

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ANANDA BITTENCOURT

MULHERES NO AGRONEGÓCIO: UMA ANÁLISE DA
CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE FEMININA NO
AGRONEGÓCIO DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO
SUL

Santa Cruz do Sul
2026

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**MULHERES NO AGRONEGÓCIO: UMA ANÁLISE DA
CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE FEMININA NO
AGRONEGÓCIO DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO
SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Mestrado), área de concentração em Desenvolvimento Regional, dentro da linha de pesquisa “Estado, Instituições e Democracia”, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

Orientador: Prof. Dr. Marco André Cadoná.

Mestranda: Ananda Bittencourt

Santa Cruz do Sul

2026

Ananda Bittencourt

**MULHERES NO AGRONEGÓCIO: UMA ANÁLISE DA
CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE FEMININA NO
AGRONEGÓCIO DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO
SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Mestrado), área de concentração em Desenvolvimento Regional, dentro da linha de pesquisa “Estado, Instituições e Democracia”, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr Marco André Cadoná
Professor orientador UNISC

Profª. Drª Cláudia Tirelli
Pofessora examinadora – UNISC

Profª. Drª Luciana Butzke
Professora examinadora – FURB

Santa Cruz do Sul
2026

CIP - Catalogação na Publicação

Bittencourt, Ananda

MULHERES NO AGRONEGÓCIO: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DA
SUBJETIVIDADE FEMININA NO AGRONEGÓCIO DA FRONTEIRA OESTE DO RIO
GRANDE DO SUL / Ananda Bittencourt. – 2026.

124f. : il.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) –
Universidade de Santa Cruz do Sul, 2026.

Orientação: Prof. Dr. Marco André Cadoná.

1. Subjetividade feminina. 2. Agronegócio. 3. Relações de
gênero. I. Cadoná, Marco André. II. Título.

AGRADECIMENTOS

À minha amada vó Nelly (*in memoriam*), guardiã das minhas primeiras letras, que plantou em mim o amor pelos livros e o respeito à nossa língua. Minha segunda mãe, referência inabalável de mulher e profissional.

Aos meus maiores e mais profundos amores, Maria Luisa e Matheus. Sem vocês, nenhuma linha deste trabalho faria sentido. O amor de vocês é o combustível sagrado que me impulsiona a buscar o crescimento, tanto pessoal quanto profissional. Se eu pudesse transformar em palavras a gratidão que sinto por ter vocês na minha vida, escreveria infinitas páginas e, ainda assim, seria pouco para traduzir o que sinto.

À minha mãe Maria Aparecida, a alma mais sensata e generosa que conheço. Foi nos teus passos que aprendi a caminhar e nos teus ensinamentos que descobri como viver a vida com dignidade. Mãe, se hoje sou o que sou, é porque fui conduzida pela força de todo o teu amor e dedicação.

Ao meu pai Ubiratã, companheiro de tantas jornadas, amigo e amor de outras vidas. Obrigada por ser meu porto seguro e por me mostrar que posso navegar pelos mais profundos e desafiadores oceanos, pois sempre terei o cais do teu abraço para atracar meu navio quando decidir retornar!

Aos meus manos, Felipe, Lúcio e Antônia. Três universos distintos que se encontram em mim para formar minha completude. Sou imensamente mais feliz porque as cores das nossas vidas se misturam. Ter vocês é ter a certeza de que nunca estarei sozinha.

Agradecer é, acima de tudo, a arte de reconhecer que nenhuma trajetória se constrói no isolamento. Talvez meus agradecimentos se estendam um pouco, mas é impossível silenciar sobre aqueles que foram sustento desta jornada. Que sorte a minha ter tantos nomes para honrar; se pude chegar onde estou, foi porque me apoiei em vocês que tão generosamente me estenderam a mão.

Ao meu orientador, professor Marco André Cadoná, pelo brilho da tua condução e pela sensibilidade da tua alma. Obrigada por me guiar com tamanha delicadeza e por compreender, com humanidade ímpar, os momentos em que precisei "pausar" para me reorganizar. Mais do que orientações acadêmicas, me ofereceste o acolhimento de um abraço amigo e palavras sinceras que foram bússolas nos dias de incerteza. Minha profunda gratidão por tua humanidade de sempre.

À minha essencial rede de apoio em Santa Cruz do Sul: Andreia Teixeira (prof. Déia), Eneida (Bisa Neida), Aline (Vovó Lini), tia Guga e Miguel. Obrigada por não medirem esforços para abraçar a nossa Malu quando meus braços já não eram suficientes para equilibrar todos os pratos que a vida me impunha.

Ao Mário, por ter sido a porta de entrada para este sonho. Obrigada por me apresentar o PPGDR, por me incentivar a redescobrir o prazer da sala de aula e por estar presente em cada dúvida sanada.

À minha fortaleza em Alegrete: Jeferson (vovô Jessu), Vera (bisa Vera), Airton (biso Iton), Antônia (tia Tonha), Márcio (vovô Marcio), Daniela (vovó Dani) e Maria Clara (tia Clara). O nosso retorno encontrou o alicerce incansável de vocês. A continuidade desta escrita, as viagens e a pesquisa de campo só foram possíveis porque tive o privilégio de contar com vocês como colunas inabaláveis no cuidado do meu maior amor. Nunca esquecerei tamanha dedicação.

Às minhas queridas colegas, as "Niñas do DR". A caminhada tornou-se infinitamente mais leve ao lado de vocês. Nossas junções, jantares e jogos foram o conforto necessário para que eu me sentisse acolhida, mesmo longe de casa. Obrigada pela amizade que floresceu entre os livros.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, pelo suporte e pelo vasto conhecimento compartilhado. Em especial, agradeço às professoras Cida e Grazi, que com tanta competência e zelo conduziram a coordenação deste curso.

À UNISC, pela oportunidade de cursar um programa de excelência, que me permitiu crescer não apenas como pesquisadora, mas como cidadã.

Finalmente, a minha gratidão mais profunda às mulheres que participaram desta pesquisa e a todas aquelas que carregam nas mãos a potência de alimentar o nosso estado através do agronegócio. Vocês são a força que desbrava caminhos e rompe silêncios. Que

o trabalho de vocês inspire as novas gerações de mulheres a se sentirem suficientes e capazes diante da grandeza da missão que desempenham. Este trabalho é, acima de tudo, um tributo a vocês.

*Minha luta diária é para ser reconhecida como
sujeito, impor minha existência numa sociedade que
insiste em negá-la (Djamila Ribeiro).*

RESUMO

Esta dissertação analisa como a maior participação das mulheres no agronegócio condiciona os processos de formação da subjetividade feminina, tomando como recorte empírico as experiências de mulheres atuantes no agronegócio da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Parte-se do reconhecimento de que, embora o agronegócio represente um dos principais setores da economia brasileira e apresente crescente inserção feminina em diferentes espaços de atuação, permanece condicionado por estruturas históricas de desigualdade de gênero associadas à cultura patriarcal, à divisão sexual do trabalho e à persistência de relações hierárquicas de poder. Nesse contexto, a dissertação propõe uma análise que problematiza os significados históricos e socioculturais da ampliação da participação feminina em um setor tradicionalmente masculinizado, buscando compreender de que forma essas mudanças repercutem na construção das identidades, dos espaços de reconhecimento e das formas de subjetivação das mulheres. Sob o ponto de vista teórico-metodológico, o estudo articula contribuições da sociologia relacional e das epistemologias feministas, compreendendo as relações sociais como processos historicamente construídos, nos quais estrutura e agência se constituem mutuamente. Metodologicamente, a pesquisa possui abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e trabalho de campo realizado por meio de entrevistas em profundidade com oito mulheres atuantes em diferentes segmentos do agronegócio da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Os dados produzidos foram analisados a partir de referenciais da análise de discurso, considerando as condições históricas, sociais e culturais de produção das narrativas. Os resultados indicam que a ampliação da participação feminina no agronegócio constitui um processo complexo, marcado simultaneamente por permanências e transformações. Observa-se maior inserção das mulheres em atividades produtivas, espaços de gestão, liderança e tomada de decisão, ampliando possibilidades de reconhecimento social, autonomia econômica e afirmação identitária. Entretanto, tais mudanças não significam a superação automática das desigualdades de gênero, uma vez que persistem mecanismos de hierarquização simbólica, estereótipos associados ao tradicionalismo gaúcho e expectativas sociais que continuam vinculando autoridade, liderança e protagonismo produtivo à figura masculina. Conclui-se que a construção da subjetividade feminina no agronegócio ocorre em meio a relações de poder, negociações simbólicas e disputas por reconhecimento, configurando trajetórias marcadas por ambivalências, tensionamentos e estratégias diversas de atuação. Assim, a maior participação feminina no setor não produz rupturas lineares com estruturas tradicionais, mas desencadeia processos contraditórios de reprodução e transformação das relações de

gênero, evidenciando a importância de análises que articulem dimensões estruturais, territoriais e subjetivas na compreensão das experiências das mulheres no meio rural contemporâneo.

Palavras-Chave:

Agronegócio; Mulheres; Subjetividade Feminina; Relações de Gênero; Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul

ABSTRACT

This dissertation analyzes how the increasing participation of women in agribusiness shapes the processes of female subjectivity formation, taking as its empirical focus the experiences of women working in agribusiness in the Western Frontier region of Rio Grande do Sul. The study starts from the recognition that, although agribusiness represents one of the main sectors of the Brazilian economy and has experienced growing female participation in different areas of activity, it remains conditioned by historical structures of gender inequality associated with patriarchal culture, the sexual division of labor, and the persistence of hierarchical power relations. In this context, the dissertation proposes an analysis that problematizes the historical and sociocultural meanings of expanding female participation in a traditionally masculinized sector, seeking to understand how these changes affect the construction of identities, spaces of recognition, and forms of women's subjectivation. From a theoretical and methodological perspective, the study articulates contributions from relational sociology and feminist epistemologies, understanding social relations as historically constructed processes in which structure and agency mutually constitute one another. Methodologically, the research adopts a qualitative approach based on bibliographic review and fieldwork conducted through in-depth interviews with eight women working in different segments of agribusiness in the Western Frontier region of Rio Grande do Sul. The data produced were analyzed based on discourse analysis frameworks, considering the historical, social, and cultural conditions underlying the production of the narratives. The results indicate that the expansion of women's participation in agribusiness constitutes a complex process marked simultaneously by continuities and transformations. Greater female participation is observed in productive activities, management spaces, leadership positions, and decision-making processes, expanding possibilities for social recognition, economic autonomy, and identity affirmation. However, such changes do not automatically imply the overcoming of gender inequalities, since mechanisms of symbolic hierarchization, stereotypes associated with gaucho traditionalism, and social expectations that continue to associate authority, leadership, and productive protagonism with masculinity remain persistent. It is concluded that the construction of female subjectivity in agribusiness occurs amid power relations, symbolic negotiations, and struggles for recognition, shaping trajectories marked by ambivalences, tensions, and diverse strategies of action. Therefore, the greater participation of women in the sector does not produce linear ruptures with traditional structures but rather triggers contradictory processes of reproduction and transformation of gender relations, highlighting the importance of

analyses that articulate structural, territorial, and subjective dimensions in understanding women's experiences in contemporary rural contexts.

Keywords:

Agribusiness; Women; Female Subjectivity; Gender Relations; Western Frontier of Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. AGRONEGÓCIO, MULHERES E SUBJETIVIDADE FEMININA.....	28
2.1 O agronegócio no Brasil: a construção de um modelo de desenvolvimento para a agricultura brasileira	29
2.1.1 A relevância econômica do agronegócio	31
2.1.2 A relevância social do agronegócio.....	35
2.1.3 Agronegócio e novas configurações territoriais no espaço rural brasileiro	37
2.2 A participação das mulheres nas atividades do agronegócio	41
2.3 A subjetividade feminina a partir da participação das mulheres no agronegócio	49
3. AGRONEGÓCIO, PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES E SUBJETIVIDADE FEMININA NA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL	59
3.1 As Mulheres no Agronegócio da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul	60
3.2 O tornar-se mulher no agronegócio: a construção da subjetividade feminina no agronegócio da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul	69
3.2.1 As mulheres da pesquisa: experiências que ganham voz	70
3.2.2 Modernização do agronegócio e a reconfiguração dos papéis sociais.....	77
3.2.3 Da invisibilidade à liderança: a emergência feminina	85
3.2.4 Conflitos, resistências e negociação simbólica	89
3.2.5 Subjetividade, autoestima e identidade	95
3.2.6 Para além da inclusão: rumo a relações de gênero democráticas?.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS.....	112

APÊNDICES	121
-----------------	-----

1 INTRODUÇÃO

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto (Beavoir, 1980, p. 13-14).

O universo do agronegócio, responsável por 21,8% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2024 (USP, 2024), historicamente esteve vinculado a uma acentuada proeminência da figura masculina. Porém, nas últimas décadas algumas mudanças desafiadoras nas convenções estabelecidas se delinearam, manifestadas no crescimento progressivo da participação das mulheres no setor, inclusive quando se consideram as atividades de gestão das propriedades e dos negócios. Já o Censo Agropecuário de 2017, aliás, indicava que a porcentagem de mulheres na gestão das propriedades rurais tinha aumentado de 12%, em 2006, para 19%, em 2017 (IBGE, 2024). Mais do que uma mudança numérica, trata-se de um fenômeno que traduz transformações importantes nas relações entre as mulheres e a organização do agronegócio brasileiro. A dissertação aqui apresentada, assim, está relacionada com essa maior participação feminina, contudo com uma preocupação centrada no processo de construção da subjetividade feminina no agronegócio, nesse contexto histórico que indica mudanças.

Considera-se, para fins de análise, que o conceito de agronegócio deriva da expressão “agribusiness”, atribuída a Davis e Goldberg (1957). Esse termo se refere ao conjunto das operações, orientadas pelo mercado, que envolvem a produção e distribuição de suprimentos agrícolas, as operações de produção na fazenda, o armazenamento, o processamento, da industrialização e a distribuição dos produtos agrícolas. Portanto, além das atividades agropecuárias, de base empresarial ou familiar, o agronegócio engloba a produção de insumos e bens de capital, a indústria de transformação de matéria-prima agropecuária; e as atividades ofertantes de serviços agropecuários especializados, desde o crédito, a assistência técnica e as consultorias agrícolas, até a armazenagem, a distribuição e a comercialização dos produtos. No entanto, na análise da participação das mulheres no agronegócio, apresentada nesta Dissertação, o foco está naquelas mulheres

que atuam no segmento “dentro da porteira”, ou seja, diretamente vinculadas às atividades desenvolvidas nas “fazendas”, sejam essas de base empresarial ou de base familiar (Barros, 2022).

O tema da participação feminina nas atividades agropecuárias não é novo na bibliografia especializada. O crescimento da presença das mulheres no agronegócio já há tempo desperta o interesse de diferentes pesquisadores e pesquisadoras, que se dedicam a analisar questões como o perfil das mulheres que atuam no setor, as relações de trabalho (inclusive com atenção aos aspectos relacionados à satisfação das mulheres), as formas de discriminação profissional, os avanços e os limites das mudanças observadas (Cepea, 2018; Arantes et. al, 2023; Joia, Orfão, 2023; Da Silva, Redin, 2020).

Contudo, as transformações em curso no agronegócio permitem diferentes questionamentos, especialmente sobre o significado histórico da presença crescente das mulheres em um contexto sociocultural que ainda guarda compromissos com uma cultura patriarcal, na qual se reproduzem características de um “machismo estrutural” (De Paula, Sant’Ana, 2022). Esse conceito remete à presença sistêmica de estruturas patriarcais na sociedade, enraizadas não apenas nas representações e relações sociais, mas também nas instituições (De Paula, Sant’Ana, 2022).

Um exemplo ilustrativo, diretamente vinculado ao agronegócio no Brasil, se observa na histórica dificuldade de as mulheres ocuparem espaços de poder em entidades de representação do setor. Como é o caso, no Rio Grande do Sul, da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL). Em seus 79 anos de existência, entre 1927 e 2006, nenhuma mulher ocupou cargos na diretoria da entidade. Uma situação que não se alterou significativamente a partir de então, pois entre 2006 e 2009 uma única mulher esteve presente na diretoria, mas na condição de suplente. Na diretoria eleita para o período entre 2022 e 2025, apenas duas mulheres fazem parte da composição, porém as duas na condição de suplentes (Farsul, 2024).¹

Importante destacar, porém, que no âmbito da Farsul Jovem, observa-se uma dinâmica institucional distinta daquela historicamente predominante no setor agropecuário. A entidade, voltada ao desenvolvimento de lideranças jovens no agronegócio, apresenta configuração organizacional marcada por expressiva participação

¹ Na diretoria eleita para o período de 2026 a 2029, apenas uma mulher, que era Conselheira Fiscal na diretoria anterior, consta na lista de “Diretores e Vice-presidentes” (Farsul, 2026).

e protagonismo feminino. Assim, por exemplo, na gestão 2021-2023, a diretoria foi composta por oito mulheres e três homens, sendo que os cargos de presidência e vice-presidência foram ocupados por mulheres. Esse cenário não apenas evidencia a presença feminina em posições estratégicas, como também sinaliza a consolidação de espaços efetivos na tomada de decisão sob lideranças de mulheres. Tal tendência se intensificou na gestão 2023-2025, na qual a diretoria passou a contar com dez mulheres e quatro homens, mantendo-se, novamente, a presidência e a vice-presidência sob condução feminina. Esses dados indicam não apenas a ampliação quantitativa da participação das mulheres, mas também a continuidade de sua centralidade nos espaços de poder e representação institucional. Desse modo, a experiência da Farsul Jovem demonstra um ambiente organizacional que indica movimentos atuais de tensionamento e de ressignificação de padrões tradicionais de gênero no agronegócio, configurando-se como um espaço de formação política e liderança no qual as mulheres não apenas participam, mas ocupam lugares protagonistas na condução estratégica da entidade.

De qualquer forma, os dados sobre a participação das mulheres no agronegócio, mesmo com tendências de mudanças, revelam contradições presentes no setor. Pois, como já foi indicado, as mulheres estão cada vez mais participantes das atividades do agronegócio no Brasil. Dados mais recentes, inclusive, indicam que há um número muito significativo de mulheres proprietárias ou sócias de áreas rurais, um crescimento no número de mulheres que atuam como gerentes ou administradoras de propriedades rurais, com um igual crescimento no número de mulheres que atuam na condição de veterinárias, agrônomas ou zootecnistas (Agroligadas, 2021).

Nesse contexto de crescimento da participação das mulheres, mesmo em atividades de maior prestígio (como são os casos de proprietárias, administradoras, mesmo profissionais que prestam assessorias técnicas), torna-se importante se perguntar sobre como essas mudanças estão repercutindo nas relações de gênero no agronegócio. Como é conhecido, o gênero é uma forma de se referir às origens sociais das identidades de homens e mulheres. Expressa, nesse sentido, concepções, representações socioculturais, ideologias, visões de mundo acerca de como se definem os papéis sociais de homens e de mulheres numa determinada sociedade. Portanto, gênero enfatiza a noção de cultura, situa-se na esfera histórico-social; diferentemente do conceito de sexo, que se situa no plano biológico, e assume um caráter relacional do feminino e do masculino (Araújo, 2005).

Considerar a questão de gênero no agronegócio, num contexto histórico de mudanças no que diz respeito à participação feminina, permite que se observe a dinâmica de relações sociais e de poder presentes num setor que é, historicamente, dominado por homens. Implicando essa preocupação a análise de como as mulheres, ao ampliarem sua participação, se posicionam, negociam e transformam seus lugares e espaços sociais, de poder, e de afirmação de suas identidades.

Essa é uma preocupação com as mudanças no próprio “tornar-se mulher” no agronegócio. Uma preocupação que não desconhece que as mudanças que ocorrem no presente não são suficientes para romper com um histórico de segregação ocupacional e de diferentes formas de discriminação. Mas não toma essa realidade como um dado, como algo imutável, que enfrenta resistências estruturais intransponíveis. Ao mesmo tempo, uma preocupação que não pressupõe que as mudanças que estão ocorrendo expressam uma “evolução” progressiva, de superação de posições secundárias e subestimadas, de mudanças de atitudes e percepções que estão rompendo barreiras de gênero, de um tempo de cada vez maior protagonismo feminino no agronegócio. Diferentemente dessas possíveis perspectivas, considera-se que essas mudanças, enquanto mudanças históricas, precisam ser compreendidas em suas especificidades, com atenção ao fato de que o mundo social se constrói a partir de pré-construções passadas, que podem ser (no presente) reproduzidas, apropriadas, destituídas, transformadas, enquanto outras podem ser inventadas nas práticas e relações dos atores sociais, criando campos de possibilidades de permanência e de transformações (Corcuff, 2001).

Trata-se de uma preocupação que, sob o ponto de vista de seu recorte teórico, remete à discussão sobre subjetividade feminina. Entendida a subjetividade enquanto um modo de ser, de pensar e de agir no mundo que é constituído nas interações que indivíduos e grupos estabelecem entre si, mas também com a sociedade, com a cultura, em suas vivências e experiências (Boris, Cesidio, 2007). Considerando-se, nesse sentido, que as mulheres constroem suas identidades e percepções de si mesmas não apenas a partir de condições objetivas; mas também através de suas experiências sociais, interpretando e significando seus modos de ser por meio de processos subjetivos que transformam as repercussões das experiências no desenvolvimento psíquico das mulheres.

A preocupação com a subjetividade feminina num contexto de maior participação das mulheres no agronegócio coloca dois desafios importantes: um que remete a questões

históricas e socioculturais, e outro que remete às discussões teóricas que estão presentes na bibliografia que analisa essa participação feminina.

Em relação à primeira questão, por um lado deve-se considerar os registros que já estão presentes na bibliografia e que indicam uma maior participação feminina no agronegócio. Como já foi assinalado, já há uma bibliografia atenta a essa maior participação e, para além de registros construídos no âmbito da comunidade científica, é possível encontrar publicações que estão vinculadas a instituições do agronegócio, ainda que, em alguns casos, com teor ufanista. Publicações essas que enfatizam a positividade das mudanças, destacando dados sobre a maior participação das mulheres em cargos de gerência (segundo dados do Instituto Agrogalaxy, 34% da gerência do agronegócio brasileiro está “sob o comando das mulheres”), a presença de mulheres em conselhos de administração de grandes grupos do agronegócio, a mudança no perfil socioeducacional (maior escolaridade) e o crescimento da “independência financeira” das mulheres (Agrogalaxy, 2024; Premiomulheresagro, 2024).

Por outro lado, nesse contexto de maior participação das mulheres ganham importância perguntas que remetem aos diferentes contextos socioculturais nos quais as atividades do agronegócio se desenvolvem. O agronegócio se desenvolve em muitos lugares cujas tradições remetem à presença de uma cultura patriarcal, na qual é forte o “machismo estrutural”. Não é demais lembrar, nesse sentido, que a formação histórica e sociocultural do Rio Grande do Sul está fortemente vinculada com o “tradicionalismo gaúcho”, no qual ainda estão muito presentes representações da “mulher gaúcha” (a “prenda”) que expressam estereótipos de gênero (Almeida, Grossi, 2019). Mesmo que essas representações não possuam “aporte histórico”, inclusive por que relativizam a importância das mudanças que ocorrem mesmo nos espaços de maior influência desse “tradicionalismo gaúcho” (como são os casos dos Centros de Tradição Gaúcha – CTG), suas permanências reiteram estereótipos de gênero, segregam espaços e contribuem para a reprodução de desigualdades de gênero latentes na sociedade atual (Almeida, Grossi, 2019).

Para os homens, a presença cada vez mais significativa das mulheres no meio rural pode desafiar normas e expectativas tradicionais provocando uma reavaliação de papéis e identidades masculinas; além disso, a presença feminina pode estimular reflexões sobre práticas e comportamentos antes considerados naturais.

Apesar dos esforços para reformular a tradição cultural, diversos preconceitos persistem, sendo o mais frequente aquele relacionado ao papel social da mulher. Em muitos casos, a mulher ainda está confinada à esfera doméstica e à função reprodutiva, áreas que recebem pouco reconhecimento e valorização. Em contrapartida, o homem continua a ocupar predominantemente a esfera pública e produtiva, o que lhe garante poder, status e prestígio. Esses papéis de gênero foram construídos ao longo do tempo pela cultura e ainda hoje contribuem na definição da estrutura da sociedade (Staduto, 2015).

No meio rural, ainda se observam tendências de maior valorização das mulheres em seus papéis reprodutivos e de cuidado das coisas da casa, apesar de elas contribuírem para a geração de renda, seja de forma direta ou indireta. Mesmo quando produzem excedentes, essa produção geralmente chega ao mercado por intermédio dos homens, que assumem a responsabilidade de atuar e ocupar o espaço público (Staduto, 2015). Nesse sentido, para as mulheres a entrada e a permanência no meio rural implicam desafios diversos, como o enfrentamento de estereótipos de gênero enraizados e a necessidade de conquistar reconhecimento por suas habilidades e pelo trabalho que realizam.

Quais são os significados do crescimento da participação das mulheres no agronegócio num contexto sociocultural como é o caso desse, que remete à presença do “tradicionalismo gaúcho” e, inclusive, em espaços rurais onde esse tradicionalismo muitas vezes está ainda mais presente? Que contornos ganham as próprias ações das mulheres, não somente em suas posturas de resistência a essas tradições, mas também de afirmação de visões de mundo comprometidas com maior igualdade de gênero? Que significados subjetivos essas mobilizações alcançam nas experiências de mulheres, que não necessariamente estão comprometidas com rupturas em relação às tradições culturais, ainda que persigam espaços de maior representatividade e de maior autonomia?

Essas são questões que, inclusive, valorizam os territórios na análise dos processos históricos de mudanças que ocorrem nas relações de gênero no agronegócio. Como é possível apreender a partir da contribuição de Silveira, num sentido relacional o território “traduz a incorporação, simultânea, do conjunto de relações sociais e de poder, e da relação complexa entre os processos sociais e espaço geográfico, este entendido como ambiente natural e ambiente socialmente produzido” (Silveira, 2020, p. 46-7). O território, portanto, não é um “recipiente”, neutro, e remete à noção de “territorialização”, essa entendida como os processos de criação dos territórios num dado espaço geográfico,

o que ocorre através de apropriações, de conflitos e de consensos, de identificações “com extensões ou recortes do espaço, resultantes de dinâmicas e/ou lógicas políticas, sociais, econômicas e culturais” (Silveira, 2020, p. 47). E é nessa direção que ganha importância a pergunta sobre como se processam a atuação e a participação de mulheres no agronegócio, mas num contexto territorial que é, ao mesmo tempo, de transformações e de permanências de territórios historicamente caracterizados por tradições culturais vinculadas ao patriarcalismo e, nessa direção, ao “machismo estrutural”.

Em relação à segunda questão, ou seja, às discussões teóricas presentes na bibliografia que analisa a participação feminina no agronegócio, mesmo que exista uma já importante bibliografia que se ocupa com a temática, ainda há espaços para análises que considerem as mudanças que estão ocorrendo a partir de perspectivas que considerem que a realidade é, ao mesmo tempo, um pressuposto e um produto da ação recíproca, superando visões substancialistas, mas também atentando para os perigos das normatividades. Nesse último caso, inclusive e especificamente relacionado às análises sobre as mulheres no agronegócio, problematizando visões que apostam na possibilidade de mulheres “heroínas”, capazes de superarem, por suas próprias forças, barreiras de gênero e alcançarem cada vez maior representatividade e protagonismo no setor. Trata-se, portanto, de considerar que as estruturas sociais são historicamente construídas, reproduzidas e/ou superadas, através de condutas individuais inseridas em círculos de interações onde “agência e estrutura mutuamente se constroem e reconstroem” (Pinto, Barbosa, 2020).

Porém, para além dessa perspectiva teórico-metodológica, há também espaços na bibliografia para investigações preocupadas com a subjetividade feminina nesse contexto de mudanças. Ao longo da história, as mulheres “têm suprimido a própria singularidade para poder participar no plano universal da linguagem e da história” (Rocha, 2013, p. 192); do que resulta representações pré-elaboradas de “mulher” “como forma universal e abstrata, apagando a individualidade real e concreta” (Rocha, 2013, p. 192). Nesse sentido, há de se considerar uma noção de “um sujeito com gênero”, ou seja, uma concepção que não negue a diferença genérico-sexual, mas que incorpore essa diferença “como uma configuração material e simbólica que dá lugar à emergência de duas subjetividades, de duas formas diversas de expressão e de conhecimento” (Salomone, 2006, p. 109-10, apud Rocha, 2013, p. 192).

A noção de subjetividade, portanto, “parte de uma negação de uma concepção ‘do sujeito racional e transparente a si mesmo, expresso em uma suposta unidade e homogeneidade de suas posições’” (Rocha, 2013, p. 193). Se a subjetividade expressa modos de ser, de pensar, de se comportar historicamente construídos, não se pode ignorar que, ao longo da história, os homens se mantiveram no poder, inclusive escolhendo, julgando e decidindo sobre a subjetividade feminina. As mulheres, assim, não ocuparam espaços de poder significativo, sendo tolhidas também no processo de construção das representações sobre o feminino, sobre seus “papéis sociais”, sobre as possibilidades ou impossibilidades de ocupação de espaços nas relações sociais; sejam essas estabelecidas no âmbito do cotidiano, sejam estabelecidas no âmbito das instituições sociais e no próprio Estado (Mariusso, Porto, 2023).

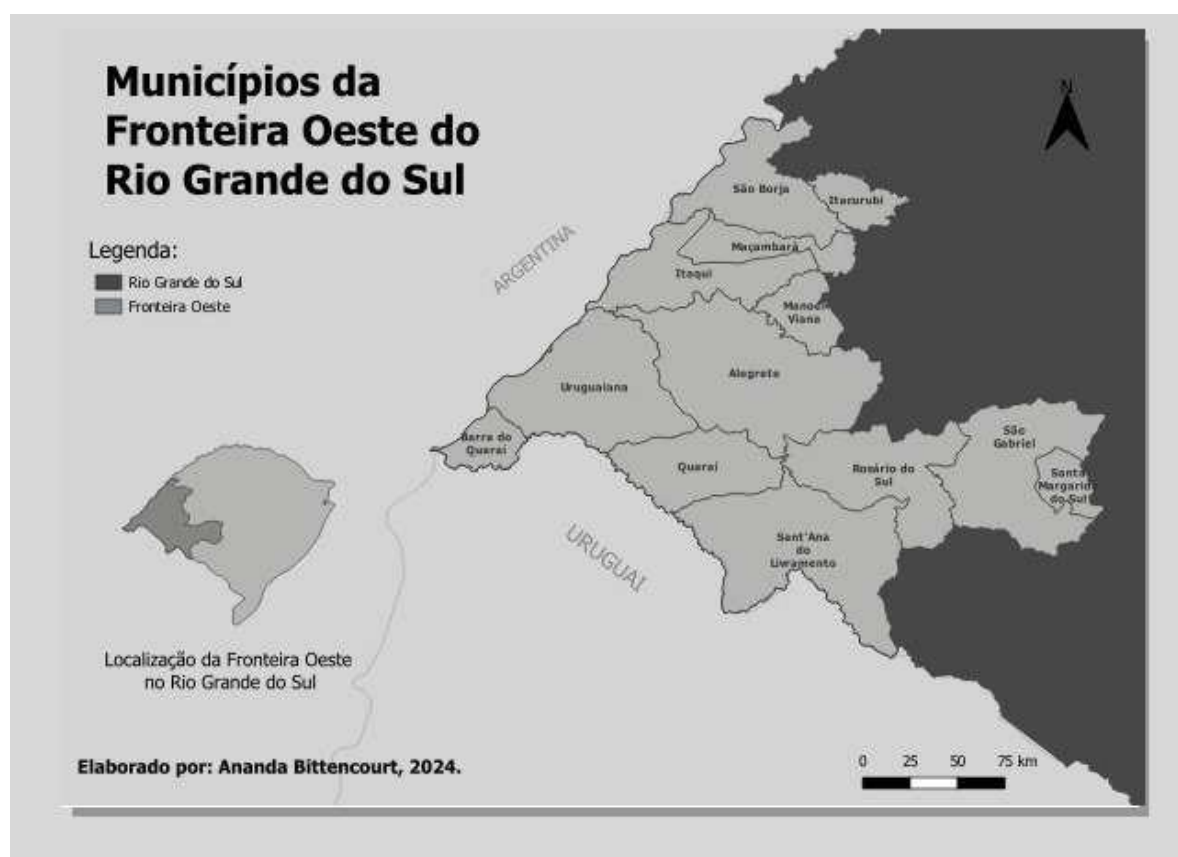
Contudo, se no presente se observam espaços de mudanças, se as mulheres estão conquistando diferentes espaços de poder, num processo em que cada vez as mulheres requerem o lugar para a definição de suas ideias, de seus pensamentos, de seus posicionamentos e de suas avaliações, então é preciso pensar como a subjetividade feminina também se transforma nesse processo histórico. É nesse contexto histórico que se torna importante compreender a estrutura sociopolítica de formação do feminino, as relações entre as estruturas sociopolíticas e a formação do feminino, os padrões que se reproduzem, mas também se definem/redefinem nesse movimento. Esse é um ponto fundamental para que se possa compreender com maior profundidade quais são os espaços que as mulheres estão conquistando, qual é a importância que alcançam, quais são as garantias que seus direitos têm, qual o alcance de suas lutas, quais as possibilidades de experienciar suas vidas afirmando suas singularidades, desativando padrões (religiosos, estéticos, morais, socioculturais) e fugindo de dispositivos de determinação existencial que negam as possibilidades de as mulheres vivenciarem e experienciarem suas próprias identidade (Mariusso, Porto, 2023).

E é a partir dessas questões, porém considerando as experiências de mulheres que atuam em atividades agropecuárias, numa região específica do Rio Grande do Sul, a Fronteira Oeste, que se coloca a problemática que definiu a proposta de investigação da subjetividade feminina no agronegócio. Uma problemática que, sob o ponto de vista da pergunta-problema, foi assim apresentada: *como a maior participação das mulheres condiciona os processos de formação da subjetividade feminina no agronegócio?* E que, sob os objetivos específicos, considerados como orientações no trabalho de campo

realizado, foram assim definidos: 1. investigar o processo histórico de mudanças no agronegócio, no qual se observa uma maior participação das mulheres nas atividades econômicas, inclusive em atividades de maior prestígio; 2. compreender como a maior participação das mulheres tensiona as relações de gênero enraizadas historicamente nas formas de organização sociopolítica do agronegócio; 3. analisar quais são as representações que as mulheres, nesse contexto de maior participação feminina no agronegócio, constroem acerca de seus espaços de poder sociocultural; 4. compreender se o aumento da participação das mulheres gera expectativas positivas sobre a concretização de relações de gênero mais democráticas no agronegócio.

Sob o ponto de vista de seu recorte histórico, o estudo realizado remete a experiências de mulheres que atuam no agronegócio que se desenvolve numa região específica do Rio Grande do Sul: a Fronteira Oeste. Uma região gaúcha que é constituída por doze municípios: Alegrete, Barra do Quaraí, Itacurubi, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, São Borja, São Gabriel, Santana do Livramento e Uruguai (Mapa 01).

Mapa 01: Municípios da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul



A região estudada integra a chamada “Faixa de Fronteira”, compreendendo uma área contínua de 150 quilômetros, do lado brasileiro, a partir da linha de fronteira com o Uruguai e com a Argentina. Uma condição que, ao mesmo tempo que enfrenta restrições decorrentes da legislação brasileira referente às fronteiras do país, apresenta uma série de oportunidades de integração econômica e de infraestrutura com os atores dos países vizinhos (RS.GOV., 2015).

Em 2022, os municípios da Fronteira Oeste somavam um total de 430.672 mil habitantes. Sendo a região que, no Rio Grande do Sul, tem a maior extensão territorial e a terceira menor densidade demográfica do estado, com apenas 11 habitantes/km². Considerando os dados do Censo de 2022, o município de Uruguaiana é o mais populoso, com 117.220 mil habitantes; em segundo lugar, aparece o município de Sant’Ana do Livramento, com 84.52 mil habitantes, chegando até aqueles com menor populações, no caso os municípios de Santa Margarida do Sul e de Itacurubi, com 2.596 mil e 2.994 mil habitantes, respectivamente (IBGE, 2022).

A economia da Fronteira Oeste está diretamente vinculada às atividades da pecuária extensiva voltada à produção de carnes e de leite, além do cultivo de arroz. Nos territórios uruguaio e argentino destacam-se, também, a exploração florestal e a fruticultura, sendo que essas, especialmente a última, vem sendo fomentadas também no lado brasileiro. Nesse sentido, a estrutura econômica dos dois lados da fronteira apresenta complementaridades, podendo ser fomentadas através de uma política comum e do incentivo ao cooperativismo local (RS.GOV., 2015).

Portanto, a região Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul tem uma localização estratégica na fronteira brasileira com o Uruguai e a Argentina, o que lhe confere um lugar de relevância econômica, mas também política e sociocultural. Trata-se de uma região que possui uma complexa dinâmica socioespacial, onde se destacam as oportunidades proporcionadas pelo comércio transfronteiriço. Historicamente, a região apresenta uma economia predominantemente baseada no setor agropecuário e enfrenta dificuldades em diversificar suas atividades produtivas (Herrlein Jr., 2000). A baixa densidade demográfica da região e a limitada industrialização refletem a dependência de atividades rurais e o êxodo populacional, resultando em ciclos de estagnação que afeta o crescimento populacional e a atratividade de emprego da região (Herrlein Jr., 2000). Sua base econômica centrada em atividades agropecuárias a coloca como um dos pilares do agronegócio no Rio Grande do Sul, graças à predominância de grandes rebanhos e

extensas áreas destinadas ao cultivo. Uma base agropecuária que não apenas sustenta a economia local, mas também contribui de forma expressiva para a dinâmica da economia gaúcha.

Sob o ponto de vista metodológico, três questões precisam ser consideradas neste texto de introdução: a primeira delas está relacionada ao método de abordagem, a segunda diz respeito ao tipo de pesquisa e às técnicas de levantamento de dados que foram utilizadas e a terceira aos procedimentos de análise e interpretação dos dados.

Em relação ao método de abordagem, é importante considerar que os resultados de uma pesquisa estão, em grande parte, vinculados ao ponto de partida de quem pesquisa e ao recorte teórico-metodológico utilizado tanto na construção da problemática quanto na coleta e na interpretação dos dados. A abordagem metodológica, nesse sentido, expressa escolhas de quem pesquisa, tanto no que diz respeito à sua visão acerca da realidade, da dinâmica histórica de desenvolvimento das comunidades/sociedades, quanto no diz respeito à sua visão acerca da ciência e da importância dessa não somente para a compreensão, mas, também, para a transformação da realidade.

A abordagem metodológica que orientou o processo de construção de conhecimento apresentado nesta Dissertação resulta de uma aproximação da sociologia relacional com a epistemologias feministas.

A abordagem relacional, em seu sentido amplo, “investiga a vida social através do estudo das relações sociais”, contrapondo-se a abordagens essencialistas, fixistas e enfatizando a importância dos processos e das interações (Vandenberghe, 2017). Assim, pressupõe-se que as relações sociais “criam a vida social”; nem o indivíduo, nem a sociedade existem por si mesmos, mas as relações entre as pessoas precedem os indivíduos, ao mesmo tempo em que a própria sociedade é um “complexo relacional que emerge das transações entre pessoas forjando redes, campos, configurações, estruturas, sistemas, instituições e outras formações” (Vandenberghe, 2017, p. 346). Uma perspectiva, portanto, que sob o ponto de vista metodológico tem implicações importantes, pois se trata de apreender as múltiplas inter-relações entre as pessoas, grupos e instituições, não considerando o mundo social a partir de entidades fixas e com atributos estáveis, mas enfatizando “a interdependência mútua das variáveis”, de modo a dissolver as entidades em processo (Vandenberghe, 2017, p. 347).

A essa perspectiva de compreensão da realidade somaram-se, então, as abordagens feministas. A partir das quais se enfatiza a importância da compreensão dos desafios dos modelos hierárquicos e universalistas tradicionais, propondo uma visão do conhecimento que incorpora a subjetividade e as experiências específicas das mulheres. As epistemologias feministas valorizam a dimensão subjetiva, emotiva e intuitiva no processo de conhecimento. Conforme aponta Margareth Rago (1998), as teóricas feministas propõem que o sujeito deixe de ser tomado apenas como ponto de partida e que seja considerado também como efeito de determinações sociais e culturais. Disso resultam importantes avanços, entre eles, uma incorporação das questões feministas nos diversos campos do saber, a provocação de rupturas com os modelos hierárquicos de funcionamento da ciência e o estabelecimento de uma nova relação entre a teoria e a prática.

Harding (1996) argumenta que a ciência discrimina as mulheres e, para contextualizar essa afirmação, analisa estudos sobre igualdade de gênero que expõem como os valores raciais, sociais e culturais influenciam a prática científica. Rossiter (1982) analisa os desafios enfrentados pelas mulheres para se destacarem na ciência no final do século XIX e identifica dois fatores que limitaram suas conquistas. O primeiro está relacionado à subordinação histórica das mulheres, que levou à invisibilidade de suas contribuições devido ao fenômeno do mascaramento intelectual. Essa concepção distorce a percepção das relações de opressão, fazendo com que os homens não se reconheçam como opressores e incentivando as mulheres a aceitarem as condições impostas. O segundo fator diz respeito à profissionalização da ciência e da tecnologia, que estabeleceu uma disparidade entre a educação recebida pelas mulheres e suas oportunidades de emprego e reconhecimento, em comparação com os homens.

Questionar os pilares que sustentam a ciência tradicional e ocidental abre espaço para refletir sobre questões frequentemente negligenciadas, como as vivências de mulheres, pessoas negras e outras minorias políticas. Esse exercício crítico permite revelar como a ciência, ao longo da história, privilegiou perspectivas dominantes, excluindo contribuições e experiências que não se alinhavam aos padrões hegemônicos. Ao desafiar esses fundamentos, torna-se possível construir um conhecimento mais inclusivo, que valorize a pluralidade de vozes e considere as diversas formas de produzir e validar saberes, enriquecendo a compreensão da realidade.

O desafio, então, muda de “fazer ciência enquanto feminista” para “fazer uma ciência feminista”, tal como aborda Cecília Sardenberg (2002). Uma ciência que não se pretende “alternativa”, mas um aprofundamento da prática científica, fundamentado na reflexividade e no conceito de objetividade forte, conforme argumenta Sandra Harding (2004). Esse processo ocorre por meio da desconstrução de dualismos e da inclusão de questões previamente excluídas. Trata-se de reconhecer a complexidade da sociedade e a necessidade de a ciência considerar as relações de poder e problematizar os valores universais. Uma perspectiva, portanto, que impacta diretamente nas metodologias de pesquisa, permitindo que pesquisadoras analisem o campo e os objetos de estudo com uma visão mais ampla e inclusiva, valorizando as diferenças e promovendo maior diversidade no conhecimento produzido.

Em relação aos procedimentos metodológicos utilizados para o levantamento dos dados, que sustentam empiricamente a análise construída, duas frentes de levantamento foram consideradas.

A primeira está relacionada à pesquisa bibliográfica, realizada para a contextualização da dinâmica histórica de participação das mulheres no agronegócio, em especial nas últimas décadas, e dos condicionamentos dessa dinâmica histórica sobre a natureza de participação e de atuação das mulheres no setor. Uma preocupação, portanto, em promover a aproximação do que existe de produção sobre a participação das mulheres no agronegócio, inclusive identificando as diferentes abordagens que disputam os significados históricos dessa participação.

A segunda delas já remete ao trabalho de campo realizado. Nesse sentido, foram realizadas entrevistas em profundidade com oito mulheres que atuam no agronegócio, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Ao final, as oito entrevistas realizadas, embora não tenham contemplado mulheres de todos os municípios, deram conta de diferentes formas de participação das mulheres nas atividades do agronegócio, com ênfase, no entanto, para aquelas que atuam diretamente nas atividades agropecuárias, atividades que estão situadas “dentro da porteira”. Entrevistas que foram conduzidas a partir de um roteiro, definido a partir dos objetivos específicos propostos: a) o processo histórico de mudanças no agronegócio, a partir da perspectiva das mulheres; b) as mudanças que estão ocorrendo no que diz respeito à participação feminina; c) as relações de gênero enraizadas historicamente e os tensionamentos possíveis num contexto de maior participação das mulheres; d) as representações das mulheres acerca dos espaços de poder no agronegócio

e das dificuldades/oportunidades colocadas às mulheres; e) a subjetividade feminina num contexto de mudanças no agronegócio; f) as possibilidades de relações de gênero mais democráticas no agronegócio num contexto de maior participação das mulheres no setor (ver roteiro das entrevistas nos apêndices).

As entrevistas foram conduzidas de modo a considerar as mulheres como “sujeitos dos discursos”, constituídas nas inter-relações sociais, que, ao falarem, também permitem que outras vozes, heterogêneas, se manifestem. O que significa dizer que, como uma espécie de pano de fundo, uma preocupação que antecede às próprias colocações dos questionamentos, as entrevistas foram conduzidas com uma preocupação com o contexto, com a compreensão de quem são as mulheres que falam, para quem se dirigem suas falas, com que intenções manifestam suas falas, onde e quando articulam suas falas. Uma preocupação, nesse sentido, que pretendeu compreender as falas das mulheres nas próprias interações, com outros sujeitos de falas, com entidades e instituições, com valores e tradição, com tempos e espaços nas quais se constituem enquanto sujeitos.

Quanto à análise dos dados, as conversas construídas com as mulheres do agronegócio foram analisadas a partir de referências que estão presentes na técnica de análise de discurso. Num esforço de aproximação com alguns pressupostos valorizados por essa tradição de análise: dar atenção aos sentidos das enunciações, negando-se a ideia de mensagem encerrada em si e atentando para como os sujeitos das falas constroem, através de suas relações sociais, significados à realidade e às próprias falas; compreender as posições ideológicas que se expressam nos atos de fala, e que integram a enunciação e os lugares históricos de onde os sujeitos falam; considerar as condições de produção das falas, que permitem uma melhor compreensão dos aspectos históricos, políticos, que condicionam a própria produção dos discursos; olhar aos sujeitos dos discursos, compreendendo aqueles que os pronunciam, mas também aqueles para os quais os discursos se dirigem (Pêcheux, 2011).

Assim, se considerou importante, ao analisar os dados, não perder de vista quais foram as mulheres que falaram, para quem elas falaram ao construírem interpretações acerca de suas próprias vivências e experiências, com que intenções orientaram os sentidos de suas falas, onde e quando falaram. Orientações que, como indicado anteriormente, formaram um “pano de fundo”, da preocupação em entender como as mulheres do agronegócio tecem suas próprias subjetividades a partir de suas lutas pelo reconhecimento nesse segmento da agropecuária no Brasil.

Cabe, por fim, a apresentação da estrutura da Dissertação, constituída que foi em dois capítulos, além desse texto de introdução e das considerações finais, quando são retomados os objetivos, avaliados os resultados alcançados com o estudo, indicado alguns limites e dificuldades encontrados, apontadas algumas oportunidades de continuidade da investigação. No segundo capítulo, “Agronegócio, mulheres e subjetividades”, dedica-se à revisão teórica e bibliográfica, analisando aspectos históricos do agronegócio no Brasil e no Rio Grande do Sul, a participação das mulheres nas atividades do agronegócio, a construção da subjetividade feminina num contexto de mudanças na participação das mulheres no agronegócio. E o terceiro capítulo, “Agronegócio, participação das mulheres e subjetividade feminina na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul”, resultado do trabalho de investigação empírica realizado, então, dedica-se à apresentação da análise construída, considerando aspectos socioculturais do agronegócio na Fronteira Oeste, a participação das mulheres no agronegócio da região, as relações de gênero e a construção da subjetividade feminina, com atenção aos lugares percebidos, concebidos e vividos pelas mulheres no contexto de inserção e de maior participação das mulheres no setor.

2 AGRONEGÓCIO, MULHERES E SUBJETIVIDADE FEMININA

Achar-se situada à margem do mundo não é posição favorável para quem quer recriá-lo (Simone de Beauvoir).

Esta parte da Dissertação está dedicada à revisão teórica e bibliográfica. Nessa direção, considerando os objetivos propostos, o capítulo está organizado para contemplar três questões fundamentais.

A primeira está relacionada à dinâmica histórica do agronegócio no Brasil. Indicando-se não somente questões relacionadas à importância econômica do setor, às mudanças tecnológicas e organizacionais que ocorrem, mas também como a expansão do setor redefine relações sociais e, mesmo, os territórios.

Em seguida, dedica-se à análise da dinâmica histórica de participação das mulheres no agronegócio, considerando dados que indicam a maior participação das mulheres no setor, mas, também, como essa maior participação é interpretada na bibliografia especializada.

Por fim, retoma-se a análise sobre a subjetividade feminina, a partir de uma perspectiva teórico-metodológica que, como já foi indicado na introdução, enfatiza a dimensão histórica da subjetividade feminina, num esforço de compreensão de como é o “tornar-se mulher” no agronegócio num contexto de mudanças. Mudanças que não ocorrem apenas sob o ponto de vista das transformações tecnológicas e organizacionais, mas também implicam avanços e retrocessos nos universos políticos e ideológicos que definem as agendas dos diferentes atores sociais e políticos, persistência de diferentes formas de mobilização das mulheres, transformações no próprio modo como as mulheres se inserem e se percebem enquanto participantes do agronegócio e da sociedade.

2.1 O agronegócio no Brasil: a construção de um modelo de desenvolvimento para a agricultura brasileira

Historicamente, a agricultura ocupa posição central na formação econômica e social do Brasil. Desde o período colonial, a produção agrícola voltada para o mercado externo foi decisiva na organização do território, na estruturação das relações de trabalho e na definição de dinâmicas regionais de desenvolvimento (Rodrigues, 1978). Ao longo do tempo, diferentes ciclos produtivos (como o açúcar, o café e, mais recentemente, a produção de grãos e proteínas animais) contribuíram para consolidar a importância do setor agrícola na economia nacional.

Entretanto, a configuração contemporânea da agricultura brasileira denominada agronegócio resulta de um conjunto de transformações mais recentes e associadas aos processos de modernização produtiva e de integração entre diferentes segmentos econômicos (Vieira Filho, 2023). A partir da segunda metade do século XX, particularmente entre as décadas de 1960 e 1980, a agricultura brasileira passou por um intenso processo de modernização, marcado pela incorporação de tecnologias, expansão da mecanização e ampliação do uso de insumos industriais. Esse processo foi acompanhado por políticas públicas voltadas ao aumento da produtividade e à inserção mais competitiva do país nos mercados internacionais de produtos agrícolas (Marra, Souza, Alves, 2015).

A partir daquele contexto, a produção agropecuária passou progressivamente a se articular com outros setores da economia, como a indústria de insumos, a agroindústria de processamento e os sistemas de distribuição e comercialização. Essa articulação ampliada deu origem ao que passou a ser designado como agronegócio, conceito que busca enfatizar a interdependência entre as diferentes etapas da cadeia produtiva que envolve a produção agropecuária (Barros, 2023). Dessa forma, o agronegócio não se limita à atividade realizada no interior das propriedades rurais, mas engloba um conjunto mais amplo de atividades econômicas que incluem pesquisa, desenvolvimento tecnológico, produção de insumos, logística, processamento industrial, comercialização.

Como enfatiza Barros (2023), o agronegócio pode ser compreendido como o conjunto de atividades econômicas que têm origem nas atividades agropecuárias em seu sentido mais abrangente. Ou seja, todas as formas de utilização econômica dos recursos naturais de origem orgânica, sejam eles animais ou vegetais, diretamente relacionados ao

solo e ao clima. Essa concepção inclui não apenas a produção agrícola e pecuária, mas também as atividades florestais, de pesca, agroindústrias (tanto de insumos quanto de processamento) e os chamados agrosserviços, que englobam setores como logística, comércio, consultorias especializadas, financiamentos, entre outros. Em resumo, agronegócio refere-se a todas as atividades cuja existência depende diretamente da agropecuária em seu sentido ampliado (Barros, 2023).

A consolidação desse modelo produtivo também esteve associada à intensificação das relações entre agricultura, ciência e tecnologia. Instituições de pesquisa, universidades e centros de inovação passaram a ocupar um lugar relevante no desenvolvimento de novas variedades de cultivos, no aprimoramento de técnicas produtivas e na adaptação de tecnologias às condições ambientais brasileiras. Esses processos contribuíram para ampliar significativamente os níveis de produtividade agrícola e para possibilitar a expansão da produção em diferentes regiões do país (Vieira Filho, Silveira, 2012).

Uma instituição emblemática de pesquisa e de inovação, nesse sentido, é a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Criada em 1973, a Embrapa historicamente ocupou um lugar fundamental no desenvolvimento do agronegócio brasileiro ao atuar como principal instituição pública responsável pela pesquisa, inovação e difusão de tecnologias voltadas à produção agropecuária. A partir de estudos científicos adaptados às diferentes condições de solo, clima e biomas do país, a instituição contribuiu para transformar áreas antes consideradas pouco produtivas (como é o caso do Cerrado) em importantes polos agrícolas. Além disso, suas pesquisas permitiram o desenvolvimento de culturas agrícolas mais resistentes, técnicas de manejo sustentável e sistemas produtivos mais eficientes, elevando a produtividade e a competitividade do Brasil no mercado internacional. Em sua história, a instituição não apenas fortalece a base tecnológica do agronegócio, mas também impulsiona o crescimento econômico, a segurança alimentar e a sustentabilidade da produção agrícola no país (Marra, Souza, Alves, 2015; Vieira Filho, 2023).

Ao mesmo tempo, a modernização da agricultura e a consolidação do agronegócio provocaram transformações significativas nas dinâmicas sociais e econômicas do meio rural. Mudanças nas formas de organização da produção, na estrutura do trabalho agrícola e nas relações entre campo e cidade passaram a caracterizar (e re-caracterizar) de maneira crescente os territórios rurais (Silva, 2018; Elias, 2011). Assim, compreender a

constituição histórica do agronegócio no Brasil implica reconhecer que esse processo não envolve apenas mudanças produtivas, mas também reconfigurações mais amplas nas relações sociais, econômicas e territoriais que condicionam o espaço rural brasileiro.

2.1.1 A relevância econômica do Agronegócio.

A consolidação do agronegócio como um dos principais setores da economia brasileira está associada à crescente importância que a produção agropecuária e suas cadeias produtivas passaram a ocupar na dinâmica econômica do país nas últimas décadas. Embora esse processo possa ser observado em diferentes dimensões, dois aspectos se destacam de forma mais significativa: a ampliação da produção e das exportações agropecuárias, e a capacidade do setor de articular diferentes segmentos produtivos, envolvendo desde a produção de insumos e tecnologias até o processamento industrial, a logística e a distribuição de alimentos e matérias-primas (Santos et al., 2025).

No que se refere ao primeiro aspecto, o agronegócio brasileiro ocupa atualmente posição central na economia nacional, sendo responsável por parcela expressiva do Produto Interno Bruto (PIB). Estimativas recentes indicam que sua participação corresponde a cerca de 23,2% do PIB brasileiro (Abagrp, 2026), o que evidencia sua relevância estrutural na composição da atividade econômica do país. Essa participação está diretamente vinculada ao desempenho do setor no comércio exterior, especialmente na pauta exportadora brasileira.

Nas últimas décadas, o Brasil consolidou-se como um dos principais produtores e exportadores globais de commodities agropecuárias, com destaque para soja e derivados, milho, carnes, café, açúcar e suco de laranja (Ipea, 2024). No primeiro trimestre de 2024, por exemplo, o agronegócio registrou um superávit de US\$ 32,23 bilhões, com crescimento de 2,8% em relação ao mesmo período de 2023. No mesmo período, o setor respondeu por aproximadamente 47,06% das exportações brasileiras, evidenciando sua importância para o equilíbrio da balança comercial do país (Ipea, 2024). Ao mesmo tempo, sua participação nas importações foi relativamente reduzida, cerca de 7,78%, o que reforça sua condição de setor gerador líquido de divisas (Ipea, 2024).

Entre os principais produtos exportados destacam-se a soja e seus derivados (farelo e óleo), carne bovina, carne de frango, milho, açúcar, café e suco de laranja, sendo a soja frequentemente o principal item da pauta exportadora do agronegócio brasileiro

(Ipea, 2024). Esse desempenho reforça a centralidade do setor não apenas como componente do PIB, mas como elemento estratégico da inserção internacional da economia brasileira.

Nesse sentido, o agronegócio passou a ser amplamente reconhecido como um dos pilares da economia nacional. Sua relevância manifesta-se na contribuição para o produto interno, na geração de divisas externas e na manutenção de saldos positivos na balança comercial. Em diferentes momentos recentes, especialmente em contextos de desaceleração de outros setores da economia, o desempenho do agronegócio foi fundamental para sustentar o crescimento econômico e a estabilidade macroeconômica do país (Santos et al., 2025).

Entretanto, a relevância econômica do agronegócio não pode ser compreendida apenas a partir de seus indicadores agregados. Trata-se de um sistema produtivo complexo, estruturado em cadeias produtivas interdependentes que articulam diferentes segmentos econômicos. Essa estrutura envolve a produção de insumos (sementes, fertilizantes, máquinas e tecnologias), a produção agropecuária propriamente dita, o processamento industrial de matérias-primas, além de atividades de transporte, armazenamento, comercialização e serviços especializados. Dessa forma, o agronegócio constitui uma rede integrada de atividades econômicas que se complementam ao longo de diferentes etapas da cadeia produtiva (Mendes, Padilha Junior, 2020).

A literatura recente tem destacado justamente essa dimensão sistêmica do agronegócio, evidenciando sua capacidade de gerar encadeamentos produtivos tanto para frente quanto para trás na economia. Estudos baseados em matrizes inter-regionais indicam que os efeitos do setor não se restringem à produção primária, mas se estendem à indústria de transformação e ao setor de serviços, com impactos diferenciados entre regiões brasileiras (Souza, Almeida, 2018). Essa característica reforça a posição do agronegócio como elemento estruturador de economias regionais, especialmente em áreas fortemente especializadas na produção agropecuária.

No caso da região Centro-Oeste, por exemplo, observa-se a consolidação de uma estrutura produtiva fortemente vinculada ao agronegócio, com destaque para a produção de soja, milho, algodão e pecuária. Essa dinâmica está associada a importantes encadeamentos produtivos, tanto no fornecimento de insumos quanto na agroindustrialização e nos serviços logísticos, evidenciando a articulação entre diferentes setores da economia regional (Vieira Filho, 2024).

A análise da cadeia produtiva da soja permite aprofundar essa compreensão. O cultivo do grão no Brasil está inserido em uma estrutura produtiva altamente integrada, que envolve desde a produção de insumos e o desenvolvimento tecnológico até a produção primária, o processamento industrial e a inserção em mercados internos e externos. Trata-se de uma cadeia que articula múltiplos setores econômicos e que se expandiu de forma significativa nas últimas décadas.

Entre 1991 e 2022, a produção de soja passou de 19,4 milhões para 154,6 milhões de toneladas, evidenciando um crescimento expressivo do setor. No mesmo período, a produção total de grãos no país também apresentou forte expansão, passando de 68,4 milhões para cerca de 319,8 milhões de toneladas. Esse crescimento foi acompanhado pela intensificação do processamento interno e pelo aumento das exportações, o que reforça a importância da soja como eixo estruturante da agroindústria brasileira (Vieira Filho, 2024).

Em termos de inserção internacional, observa-se que a soja ocupa posição central na pauta exportadora do agronegócio. Em 2022, por exemplo, as exportações representaram 63% da produção total, enquanto cerca de 33,2% foram destinadas ao processamento interno, evidenciando a forte articulação entre mercado externo e consumo doméstico. O processamento da soja gera uma ampla gama de produtos, como farelo, óleo, rações, biodiesel e insumos industriais, os quais se conectam a outras cadeias produtivas, especialmente a de carnes (Vieira Filho, 2024).

A cadeia de carnes, por sua vez, também evidencia a integração sistêmica do agronegócio. A produção de carne bovina, suína e de frango apresentou crescimento expressivo no período analisado, com aumento tanto do consumo interno quanto das exportações. Ainda que o mercado externo tenha ganhado relevância, a maior parte da produção permanece destinada ao consumo doméstico, o que reforça a importância da cadeia como base da segurança alimentar e da estrutura de abastecimento interno (Vieira Filho, 2024).

Além disso, a expansão da produção de soja esteve fortemente associada ao desenvolvimento de novas fronteiras agrícolas, especialmente no Cerrado, impulsionado por investimentos em ciência, tecnologia e inovação. Como indicado anteriormente, a atuação de instituições como é o caso da Embrapa foi decisiva nesse processo, ao possibilitar a adaptação de cultivos a condições tropicais e a incorporação de tecnologias

de manejo que permitiram a expansão da produtividade agrícola em áreas antes consideradas pouco aptas à produção intensiva.

A dinâmica regional da produção de soja também evidencia a concentração espacial da atividade agropecuária. Em 2022, o Centro-Oeste respondeu por mais de 50% da produção nacional, seguido pela região Sul, com cerca de 21%. Mato Grosso, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul destacam-se como principais produtores, evidenciando a centralidade dessas regiões na estrutura produtiva do agronegócio brasileiro. Essa concentração está associada à disponibilidade de terras, infraestrutura logística e integração com agroindústrias, o que reforça o caráter espacialmente desigual da produção (Vieira Filho, 2024).

Adicionalmente, observa-se que as principais regiões produtoras apresentam indicadores socioeconômicos relativamente elevados, o que sugere a existência de relações entre dinamismo econômico do agronegócio e desenvolvimento regional. Ainda que tais relações devam ser analisadas com cautela, elas indicam a importância do setor como elemento estruturador de economias locais (Vieira Filho, 2024).

Portanto, a relevância econômica do agronegócio brasileiro decorre não apenas de sua participação no PIB ou nas exportações, mas principalmente de sua estrutura em rede, caracterizada por fortes encadeamentos produtivos e pela integração de múltiplos segmentos econômicos. Trata-se de um sistema produtivo altamente articulado, cuja dinâmica conecta diferentes setores da economia e diferentes escalas territoriais, consolidando o agronegócio como um dos principais eixos de organização da economia brasileira contemporânea.

Destaque-se, no entanto, que a expansão do agronegócio no Brasil, ainda que possa ser apresentada como sinônimo de modernização, competitividade e desenvolvimento econômico, produz efeitos contraditórios sobre o território e as relações sociais. Embora, como indicado, o setor contribua significativamente para a geração de divisas e para o saldo positivo da balança comercial, seu crescimento tem sido acompanhado pela concentração fundiária, pela intensificação da dependência de commodities voltadas ao mercado externo e pela ampliação de conflitos socioambientais. Além disso, a crescente incorporação de tecnologias e capitais tende a fortalecer grandes grupos empresariais, enquanto pequenos produtores enfrentam dificuldades de inserção nos circuitos mais dinâmicos da produção agrícola. Nesse sentido, a expansão do agronegócio não pode ser compreendida apenas por seus indicadores econômicos, mas

deve ser analisada a partir das desigualdades sociais e dos impactos ambientais que produz nos territórios rurais (Delgado, 2012; Sauer, Leite, 2012).

2.1.2 A relevância social do Agronegócio.

A expansão do agronegócio no Brasil não se limita à sua relevância econômica, mas implica também profundas transformações nas formas de organização social do meio rural. Ao longo das últimas décadas, a modernização da agricultura e a consolidação de cadeias produtivas altamente integradas produziram reconfigurações significativas nas relações de trabalho, na estrutura fundiária, nas dinâmicas demográficas e nas formas de vida das populações rurais.

Um dos principais efeitos sociais associados à expansão do agronegócio diz respeito à reestruturação do trabalho no campo. O avanço da mecanização, da automação e da agricultura de precisão reduziu a demanda por trabalho manual em diversas etapas da produção agropecuária, ao mesmo tempo em que ampliou a necessidade de mão de obra qualificada em áreas como gestão, operação de máquinas, tecnologia da informação e serviços especializados. Esse processo tem sido interpretado pela literatura como uma forma de modernização excludente, na medida em que incorpora inovação tecnológica sem necessariamente promover inclusão social ampla no meio rural (Delgado, 2012; Júnior, Kato, Körting, 2026).

Nesse contexto, observa-se também uma crescente diferenciação social entre os agentes econômicos do campo. De um lado, consolidam-se grandes produtores integrados a cadeias globais de commodities, fortemente capitalizados e tecnologicamente intensivos. De outro, permanecem agricultores familiares e pequenos produtores com menor acesso a crédito, tecnologia e infraestrutura, frequentemente inseridos de forma subordinada nas cadeias produtivas do agronegócio ou em mercados locais mais restritos. Essa heterogeneidade social é uma característica estrutural do campo brasileiro contemporâneo (Abramovay, 1992).

Além das transformações no trabalho, o agronegócio também está associado a mudanças nas dinâmicas demográficas e nos fluxos migratórios internos. Regiões de expansão agrícola, especialmente no Centro-Oeste e em áreas de fronteira agrícola como o Cerrado e partes da Amazônia Legal, passaram a atrair contingentes populacionais em busca de emprego e oportunidades econômicas. Esse movimento contribuiu para o

crescimento de cidades médias e para a reconfiguração das relações entre campo e cidade, com a emergência de espaços urbanos fortemente articulados à produção agroindustrial (Elias, 2011).

Outro aspecto relevante refere-se às condições de trabalho no meio rural. Embora o agronegócio seja frequentemente associado à modernização produtiva e à eficiência econômica, a literatura aponta a persistência de situações de precarização laboral em determinados segmentos, especialmente em atividades sazonais e de menor qualificação. Ainda que haja avanços regulatórios e tecnológicos, a heterogeneidade das condições de trabalho permanece como uma característica importante do setor (Navarro; Moreira, 2015).

Importante destacar, nesse sentido, que o avanço da digitalização nos espaços rurais aprofunda desigualdades historicamente consolidadas. Assim, como destacam Júnior, Kato e Körting (2026), “considerando o espaço agrário extremamente desigual e conflituoso que caracteriza o Brasil [...] e a forma como tem se dado a construção das bases digitais”, a digitalização acaba privilegiando “lógicas privadas de relacionamento com a terra e a natureza, bem como os interesses de grandes empresas e produtores”, ao mesmo tempo que as tecnologias digitais não se mostram a “mesma compatibilidade com outras formas de realização da agricultura e de conexão com a terra” (Júnior, Kato, Körting, 2026, p. 32).

Ao mesmo tempo, a expansão do agronegócio também tem impactos sobre a organização social das comunidades rurais. Em muitas regiões, observa-se a substituição de formas tradicionais de produção e sociabilidade por sistemas produtivos altamente integrados ao mercado, o que altera padrões de convivência, formas de cooperação e vínculos comunitários historicamente associados ao mundo rural. Esse processo tem sido interpretado como parte de uma reconfiguração mais ampla do rural brasileiro, no qual o campo deixa de ser exclusivamente espaço de produção agrícola para se tornar também espaço de integração com redes globais de produção e consumo (Delgado, 2012).

Em que pese essas transformações, é importante destacar que o agronegócio também produz efeitos sociais positivos em determinados contextos, especialmente no que se refere à geração de empregos diretos e indiretos, à dinamização de economias locais e ao aumento da renda em regiões especializadas na produção agropecuária. Esses efeitos, no entanto, são distribuídos de forma desigual no território e entre diferentes

grupos sociais, o que reforça a necessidade de uma análise crítica sobre os padrões de inclusão e exclusão social associados ao setor (Sesso Filho, 2011).

Não se pode esquecer, também, que a expansão do agronegócio no país tem sido acompanhada por importantes impactos socioambientais, especialmente em regiões caracterizadas pela intensificação da monocultura e pela incorporação de novas fronteiras agrícolas. Entre os principais efeitos observam-se o desmatamento, a perda de biodiversidade, a degradação dos solos e a contaminação de recursos hídricos decorrente do uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes (Ferreira, 2024).

A materialização desses impactos pode ser observada na própria configuração das paisagens rurais, marcadas pela crescente homogeneização dos usos da terra e pela subordinação dos territórios às demandas do mercado global de commodities. Nesse processo, a expansão das monoculturas não representa apenas uma mudança produtiva, mas uma transformação das relações sociais e ambientais que estruturam o espaço agrário. A substituição de ecossistemas diversificados por extensas áreas de cultivo reduz a complexidade ecológica dos territórios e limita a coexistência de diferentes formas de produção e reprodução social. A paisagem, nesse sentido, torna-se expressão visível de um modelo de desenvolvimento que privilegia a acumulação de capital e a competitividade econômica, frequentemente em detrimento da diversidade ambiental, da soberania alimentar e da permanência de comunidades tradicionais e agricultores familiares em seus territórios (Ferreira, 2024).

Dessa forma, a dimensão social do agronegócio brasileiro evidencia um conjunto complexo de transformações que não podem ser reduzidas a uma única direção interpretativa. Trata-se de um processo marcado simultaneamente por modernização produtiva, reestruturação do trabalho, diferenciação social e reconfiguração das relações entre campo e cidade, revelando que o desenvolvimento do agronegócio envolve também a produção e reprodução de formas de organização social no espaço rural brasileiro caracterizadas por contradições socioambientais profundas.

2.1.3 Agronegócio e novas configurações territoriais no espaço rural brasileiro.

A expansão do agronegócio no Brasil produziu grandes transformações na organização do território nacional, reconfigurando as dinâmicas de uso da terra, a estruturação das redes urbanas e rurais e os padrões de integração entre diferentes regiões.

Nesse sentido, a dimensão territorial do agronegócio não pode ser compreendida apenas como uma consequência espacial da atividade econômica, mas como um elemento constitutivo de um processo mais amplo de reestruturação produtiva e regional no país (Elias, 2011).

Um dos aspectos centrais dessa dimensão refere-se à expansão da fronteira agrícola e à incorporação de novas áreas ao circuito produtivo do agronegócio, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Regiões antes consideradas marginalizadas do ponto de vista produtivo, como o Cerrado e partes da Amazônia Legal, passaram a ser integradas à dinâmica agroindustrial nacional e internacional, em grande medida impulsionadas por investimentos em infraestrutura, crédito rural, pesquisa científica e inovação tecnológica (Elias, 2011; Delgado, 2012).

Nesse contexto, observa-se um processo de intensificação da especialização territorial, no qual determinadas regiões passam a concentrar atividades específicas dentro das cadeias produtivas do agronegócio. O Centro-Oeste, por exemplo, consolidou-se como principal região produtora de grãos, especialmente soja, milho e algodão, enquanto regiões do Sul mantêm forte presença na agroindústria e na produção de carnes. Essa especialização regional reforça a constituição de circuitos produtivos integrados, nos quais diferentes territórios desempenham funções complementares dentro do sistema agroindustrial (Elias, 2011).

Além disso, o agronegócio contribui para a formação de redes territoriais complexas, articulando espaços rurais produtivos a centros urbanos regionais, polos industriais e mercados internacionais. Esse processo tem sido interpretado pela literatura como uma forma de urbanização do campo ou de integração funcional entre campo e cidade, na qual atividades produtivas, logísticas e de serviços passam a reorganizar a hierarquia urbana em função das demandas do setor agroindustrial (Santos, 2006; Elias, 2011).

Outro aspecto relevante da dimensão territorial refere-se às desigualdades espaciais produzidas ou reforçadas pela expansão do agronegócio. Embora o setor tenha contribuído para a dinamização econômica de diversas regiões, seus efeitos são espacialmente desiguais, com forte concentração de investimentos, infraestrutura e valor agregado em determinados territórios. Regiões mais integradas às cadeias globais de commodities tendem a apresentar maior dinamismo econômico, enquanto outras permanecem à margem dos principais fluxos de investimento e inovação.

Essa lógica de diferenciação territorial também se expressa na formação de cidades médias especializadas no agronegócio, especialmente em regiões de fronteira agrícola. Essas cidades passam a desempenhar funções estratégicas de suporte à produção agroindustrial, como armazenamento, comercialização, processamento e serviços especializados, configurando o que a literatura denomina de cidades do agronegócio (Elias, 2011). Nesses espaços, observa-se uma forte dependência da dinâmica econômica do setor agropecuário, o que reforça a integração entre economia regional e circuitos produtivos globais.

Como Denise Elias já há algum tempo enfatiza, a expansão do agronegócio contribui mesmo para a problematização da divisão do Brasil entre urbano e rural. Há uma complexidade crescente nessas relações, que também estão vinculadas à expansão do agronegócio no país, que, segundo a autora, poderiam ser melhor compreendidas através do conceito de “Regiões Produtivas Agrícolas”, formadas por espaços agrícolas “altamente racionalizados”, mas também por espaços urbanos não metropolitanos, cidades de porte médio e cidades menores (Elias, 2011).

Várias cidades brasileiras, nesse sentido, como são os exemplos de Luis Eduardo Magalhães, na Bahia, de Balsas, no Maranhão, de Urucuí, no Piauí, de Sorriso, de Lucas do Rio Verde, de Primavera do Leste, no Mato Grosso, de Rio Verde, no Goiás, e tantas outras, que, em função da expansão da fronteira agrícola, inerente à consolidação do agronegócio no País, redefiniram suas funções, apresentando dinâmicas que expressam as formas de organização de grandes cadeias produtivas do agronegócio (Elias, 2011).

A dimensão territorial do agronegócio, nesse sentido, é expressão da estruturação de cidades médias que oferecem diferentes serviços e nas quais se desenvolvem diferentes tipos de indústria, dos fluxos logísticos e das infraestruturas que sustentam sua operação. Rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e centros de armazenagem desempenham papel fundamental na viabilização da circulação de commodities agrícolas em escala nacional e internacional. A eficiência desses sistemas logísticos é um elemento central da competitividade do agronegócio brasileiro, ao mesmo tempo em que revela desigualdades históricas na distribuição de infraestrutura pelo território nacional.

Nesse sentido, novamente a produção da soja pode ser considerada como um exemplo emblemático da articulação entre expansão produtiva e reorganização territorial. Sua expansão no Cerrado e em outras regiões de fronteira agrícola está diretamente associada à constituição de novos eixos logísticos, à formação de polos regionais de

processamento e à integração com mercados globais. A cadeia da soja evidencia, assim, como uma commodity específica pode reorganizar profundamente o espaço geográfico, articulando diferentes escalas territoriais em um mesmo sistema produtivo (Vieira Filho, 2024).

Adicionalmente, a expansão do agronegócio tem implicações diretas sobre o uso e a apropriação da terra, frequentemente associadas a processos de concentração fundiária e reconfiguração das formas de ocupação do espaço rural. Embora tais dinâmicas variem regionalmente, a literatura aponta que a modernização agrícola tende a favorecer estruturas produtivas de maior escala, com impactos sobre pequenos produtores e comunidades tradicionais (Delgado, 2012; Abramovay, 1992).

Portanto, a dimensão territorial do agronegócio brasileiro evidencia que sua expansão não se limita a um fenômeno econômico setorial, mas constitui um processo de reorganização espacial do território nacional. Esse processo envolve a incorporação de novas fronteiras produtivas, a especialização regional, a formação de redes logísticas e urbanas e a produção de desigualdades espaciais, configurando o agronegócio como um dos principais agentes de reestruturação territorial do Brasil contemporâneo.

A análise desenvolvida ao longo desta seção permite compreender o agronegócio no Brasil como um fenômeno multidimensional, cuja relevância ultrapassa sua expressão estritamente econômica e se projeta sobre as formas de organização social e territorial do país. Mais do que um setor produtivo, o agronegócio constitui um modelo de desenvolvimento baseado na integração entre agricultura, indústria, serviços, ciência e tecnologia, configurando um sistema produtivo altamente articulado e espacialmente diferenciado.

Do ponto de vista econômico, evidenciou-se que o agronegócio ocupa posição central na estrutura produtiva brasileira, sendo responsável por parcela significativa do Produto Interno Bruto e por expressiva participação na pauta exportadora. Entretanto, sua relevância não se reduz aos indicadores agregados de desempenho, mas decorre de sua organização em cadeias produtivas complexas, que integram diferentes segmentos econômicos em um sistema de forte interdependência funcional. Essa característica confere ao setor capacidade de articulação entre produção primária, agroindústria,

logística e serviços especializados, reforçando seu papel estruturante na economia nacional.

No plano social, observou-se que a expansão do agronegócio está associada a importantes transformações nas relações de trabalho, nas dinâmicas demográficas e nas formas de organização da vida no meio rural. A modernização produtiva, marcada pela incorporação intensiva de tecnologia e pela reestruturação das atividades agropecuárias, produziu simultaneamente ganhos de produtividade e processos de diferenciação social, com impactos distintos entre grandes produtores, agricultores familiares e trabalhadores rurais. Além disso, verificou-se a reconfiguração das relações entre campo e cidade, com a emergência de espaços urbanos diretamente articulados às dinâmicas do agronegócio.

No que se refere à dimensão territorial, destacou-se que o agronegócio tem desempenhado papel central na reorganização do espaço geográfico brasileiro. A expansão de fronteiras agrícolas, a especialização regional da produção e a constituição de redes logísticas e produtivas integradas contribuíram para redefinir o padrão de ocupação do território nacional. Esse processo envolveu tanto a incorporação de novas áreas produtivas quanto a intensificação das desigualdades espaciais, uma vez que os benefícios do dinamismo do setor não se distribuem de forma homogênea entre as diferentes regiões.

A análise conjunta dessas três dimensões evidencia que o agronegócio deve ser compreendido como um sistema socioeconômico e territorial integrado, no qual processos econômicos, sociais e espaciais estão profundamente articulados. Sua consolidação no Brasil contemporâneo não representa apenas uma transformação setorial da agricultura, mas uma reestruturação mais ampla do modelo de desenvolvimento, com impactos significativos sobre a organização da economia, da sociedade e do território.

2.2 A participação das mulheres nas atividades do agronegócio

Ainda que as sociedades contemporâneas tenham registrado mudanças significativas no que diz respeito à participação das mulheres nos diferentes setores da economia, o agronegócio (e, sobretudo, a agropecuária) permanece historicamente reconhecido como um campo de participação relativamente baixa das mulheres, especialmente nas atividades diretamente vinculadas à produção “dentro da porteira”. Essa característica expressa a permanência de uma divisão sexual do trabalho

historicamente estruturada no meio rural brasileiro, na qual as mulheres foram frequentemente associadas a atividades de reprodução social e apoio à produção, enquanto os homens ocuparam posições de maior centralidade produtiva e decisória (Brumer, 2004; Barros et. al., 2019).

Essa configuração não pode ser compreendida apenas como uma desigualdade ocupacional, mas como parte de uma estrutura social mais ampla que organiza as relações de gênero no campo. Nesse sentido, a literatura aponta que as desigualdades de gênero no meio rural estão profundamente relacionadas a formas históricas de organização do trabalho e da propriedade, que tendem a reproduzir hierarquias de poder entre homens e mulheres (Arantes et. al., 2023). Como indicam Caroline Bueno e Susana da Silva, referindo-se às relações de gênero na agricultura, ainda hoje:

[...] os homens são considerados como os principais trabalhadores, os agricultores e os chefes da família, restando às mulheres a responsabilidade pelo espaço doméstico, realizando os cuidados da família e os trabalhos não remunerados, ocupando lugares como de ajudante e/ou esposa de agricultor, mesmo desenvolvendo as mesmas ou ainda mais atividades do que os homens.

[...]. Assim, o patriarcado baseia-se no controle do trabalho feminino excluindo as mulheres do acesso aos recursos produtivos, dispondo as relações patriarcais no âmago das relações de produção. Essas circunstâncias se tornam evidentes, quando analisamos a situação das mulheres na agricultura familiar, pois as relações entre o trabalho produtivo e reprodutivo tornam-se intrínsecas, ou seja, as mulheres trabalham em todos os setores da propriedade, desde o trabalho na lavoura, ao cuidado de filhos e idosos. No entanto [...] a incidência de mulheres que recebem alguma remuneração pelos seus trabalhos é quase inexistente. Nessa lógica patriarcal, o trabalho das mulheres é mascarado pelo ato de ajudar a família, de viver conjuntamente e sem autonomia, nas regras do “chefe de família”. Essa lógica naturaliza a exploração e dominação das mulheres e incide diretamente na vida das agricultoras (Bueno, Da Silva, 2020, 282-83).

Apesar desse quadro estrutural, a participação feminina no agronegócio brasileiro tem apresentado mudanças importantes nas últimas décadas. Entre 2004 e 2015, por exemplo, embora a população ocupada no agronegócio tenha diminuído, o total de mulheres atuando no setor aumentou em 8,3%. Esse crescimento fez com que a participação das mulheres saltasse de 24,1%, em 2004, para 28%, em 2015 (Cepea, 2018, p. 6).

Esse dado, embora agregado, já indica um primeiro movimento relevante: a expansão relativa da presença feminina em um setor historicamente masculinizado. No entanto, quando se observa a distribuição dessa participação entre os diferentes segmentos do agronegócio, a reprodução das desigualdades se torna evidente. A participação das

mulheres tende a ser mais significativa na agroindústria e nos agrosserviços, enquanto permanece reduzida nas atividades “dentro da porteira”.

Em 2015, por exemplo, apenas 19,7% das mulheres que atuavam no agronegócio estavam dentro da porteira, enquanto 45,3% atuavam nos agrosserviços (Cepea, 2018, p. 6-7). Essa distribuição sugere que a inserção feminina ocorre de forma mais intensa nos elos mais urbanizados, formalizados e tecnicamente especializados das cadeias produtivas, enquanto a produção agropecuária direta permanece como um espaço predominantemente masculino.

Sob o ponto de vista das posições e categorias de emprego, o aumento da participação feminina ocorreu, sobretudo, na categoria de “empregadas com carteira de trabalho assinada”. Esse dado é particularmente relevante, considerando a histórica presença da informalidade nas atividades agropecuárias. Também se observou crescimento de mulheres que atuam no agronegócio “por conta própria”, o que indica uma diversificação das formas de inserção no setor (Cepea, 2018).

Essas mudanças podem estar associadas a diferentes fatores, dentre os quais: o crescimento do agronegócio no país, a ampliação dos processos de formalização do trabalho no período analisado e a maior presença feminina em atividades dos agrosserviços, historicamente mais formalizadas (Cepea, 2018). Nesse sentido, a transformação não se restringe à presença numérica, mas envolve também mudanças qualitativas nas formas de inserção ocupacional.

Outro elemento importante diz respeito à relação entre participação feminina e escolarização. O período analisado coincide com um processo mais amplo de elevação da escolaridade das mulheres na sociedade brasileira, o que se reflete diretamente na composição da força de trabalho do agronegócio.

Segundo dados do Cepea (2018, p. 9), a maior participação feminina no setor foi impulsionada por trabalhadoras com maior nível de educação escolar, “indicando evolução positiva atrelada a empregos que demandam maior qualificação”. Nesse sentido, observa-se uma redução da participação de mulheres com instrução igual ou inferior ao ensino fundamental e um aumento da presença de mulheres com ensino médio e superior. Especificamente em relação ao ensino superior, entre 2004 e 2015 a participação das mulheres com esse nível de formação dobrou (Cepea, 2018, p. 9). Esse dado sugere uma

crescente articulação entre qualificação educacional e inserção feminina em segmentos mais especializados do agronegócio.

Contudo, não se tratam de mudanças que estão apenas vinculadas à estrutura de produção. É preciso enfatizar que, a partir das últimas décadas do século XX, o movimento das mulheres no meio rural também atuou significativamente para a mudança da posição das mulheres. Assim, se as mulheres estão mais presentes nas atividades, se estão ocupando terras, plantando, colhendo, cultivando o desejo de ter propriedade e usufruí-la com seu trabalho, essas mudanças ocorrem num contexto de lutas, “pelo direito de serem reconhecidas” como agricultoras. Como destacava Sales, ainda em 2007, as mulheres do meio rural criaram “seu próprio movimento, consolidado na década de 1980” e, desde então, “constituem espaços importantes de ressignificação das atividades produtivas das mulheres” (Sales, 2007).

Ainda assim, as transformações ocorridas a partir das últimas décadas do século XX não devem ser interpretadas como superação das desigualdades de gênero no setor. Apesar das mudanças observadas, persistem diferentes formas de discriminação e barreiras estruturais à ascensão feminina em posições de maior prestígio e poder decisório.

No segmento “dentro da porteira”, por exemplo, o número de mulheres que administram propriedades ainda é reduzido: 15,3% em 2015 (Cepea, 2018, p. 12). Situação semelhante é observada nos segmentos da agroindústria e dos agrosserviços, nos quais, em 2015, a cada 10 dirigentes apenas 3 eram mulheres (Cepea, 2018, p. 12). Trata-se, portanto, de um padrão persistente de sub-representação feminina em cargos de liderança. São dados que reforçam a existência de uma desigualdade estrutural na ocupação de posições de decisão, tanto em propriedades agropecuárias quanto em empresas agroindustriais e prestadoras de serviços do setor (Cepea, 2018, p. 13).

Nessa direção, pesquisas realizadas especificamente com mulheres vinculadas ao agronegócio indicam que há uma maior consciência das mulheres quanto ao seu “papel”, mas ainda se sentem distantes de espaços de poder. Em 2025, por exemplo, pesquisa financiada pela empresa Bayer com mais de noventa “produtores rurais” (45 homens e 45 mulheres), elas “vencedoras do Prêmio Mulheres no Agro”, de diferentes regiões do Brasil, indicou que “93% das mulheres do agro sabem que são influentes, mas não são liderança” (Moitinho, 2025). Um dado importante, quando considerado, pela mesma pesquisa, que as mulheres tendem a assumir mais intensamente ações comprometidas

com sustentabilidade (rotação de culturas, preservação de áreas nativas, plantio direto, uso de bioinsumos, práticas de agricultura regenerativa), contudo, ainda com espaços restritos de comando (Moitinho, 2025).

As desigualdades de gênero nas atividades agropecuárias, aliás, há muito tempo vêm sendo registradas pela literatura sobre o meio rural brasileiro. Brumer (2004), ao analisar o trabalho rural por sexo e geração, destaca que:

[...] devido às desigualdades de gênero, que atribuem às mulheres (principalmente às mulheres jovens) uma posição subordinada na estrutura familiar – evidenciada na distribuição das atividades nas esferas de produção e de reprodução, do poder e do acesso à propriedade da terra -, as mulheres têm menores perspectivas profissionais e motivação para permanecer no meio rural do que os homens [...] (Brumer, 2004, p. 225).

Brumer também chamava a atenção para o fato de que fatores externos, como o tipo de produção agrícola, o tamanho do estabelecimento e o grau de industrialização regional, podem criar oportunidades de trabalho fora da agricultura, sem que isso implique necessariamente ruptura com a residência no meio rural (Brumer, 2004).

No debate mais recente, na bibliografia especializada é possível observar que ainda existem desafios importantes para a inserção de mulheres em profissões técnicas e de gestão no agronegócio, como veterinária e agronomia, sendo notável a escassez de referências femininas no setor. Ainda que as mulheres vêm conquistando gradualmente mais espaço, tanto na agricultura familiar quanto na gestão de propriedades rurais e empresas do agronegócio. Arantes et. al., em pesquisa recente, reafirmam que a existência de desigualdades de gênero no agronegócio é uma característica recorrente. Em estudo realizado sobre a inserção profissional de egressos de Ciências Agrárias e Tecnologias em Agronegócio formados em instituições de ensino públicas de Goiás, através da aplicação de 593 questionários, no período entre agosto de 2021 e janeiro de 2022, as autoras destacam alguns resultados significativos: as mulheres são maioria entre os desempregados; enfrentam maior dificuldade para encontrar trabalho na área de formação; a ascensão profissional feminina não tem ocorrido na mesma proporção comparativamente à masculina; mulheres recebem salários inferiores, ainda que exerçam as mesmas funções. Portanto, uma realidade na qual, além da persistência das desigualdades de gênero no contexto do trabalho no agronegócio persiste, as mulheres vivenciam uma precarização na inserção profissional no setor. (Arantes et. al., 2023).

Nesse sentido, estudos sobre divisão do trabalho rural indicam que ainda persiste uma separação entre atividades masculinas e femininas no interior das propriedades, sendo comum a associação das mulheres às tarefas administrativas e de apoio, enquanto os homens permanecem responsáveis pela produção e comercialização (Barros et. al., 2019).

Um dos fatores explicativos das barreiras enfrentadas por mulheres no agronegócio está vinculado à persistência de uma cultura patriarcal nos espaços rurais. Conforme indicam Botelho & Almeida (2020), o sistema patriarcal, entendido como um conjunto de normas e práticas sociais que valoriza a liderança masculina e limita o acesso das mulheres a posições de poder, não se expressa apenas em estruturas formais, mas também em práticas culturais e institucionais que naturalizam a desigualdade de gênero. O que se objetiva, por exemplo, no processo sucessório das propriedades, que ainda privilegia os herdeiros homens, refletindo, portanto, as desigualdades de gênero que limitam o acesso das mulheres à terra, à decisão e à continuidade da atividade produtiva (Botelho, Almeida, 2020).

Nesse contexto, ainda que o discurso contemporâneo enfatize a igualdade de oportunidades, persistem desigualdades no ambiente de trabalho que se manifestam em termos de remuneração, ascensão profissional e acesso a cargos de liderança. Silva, Redin (2020), destacam que tais desigualdades permanecem mesmo em contextos de maior formalização das relações de trabalho, evidenciando a distância entre igualdade formal e igualdade substantiva.

A constatação de que ainda persistem desigualdades de gênero nas atividades vinculadas ao agronegócio não implica desconhecimento, nem relativização das mudanças recentes que estão correndo. Pelo contrário, deve-se destacar que, nos últimos tempos, diferentes estudos dão visibilidade às mudanças que estão ocorrendo.

Publicação do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, da Universidade de São Paulo, considerando dados das duas primeiras décadas do século XXI, indica que, num contexto de tendência geral de redução da população ocupada do agronegócio, o número de homens atuando no setor “diminuiu 11,6%” e o total de mulheres “trabalhando no agro aumentou 8,3%”. Assim que, entre 2004 e 2015, a participação da mulher no mercado de trabalho do agronegócio cresceu consistentemente, passando de 24,1% para 28% (Cepea, 2018, p. 16).

O estudo não ignora as dificuldades, mas destaca indicadores importantes de “melhorias ocorridas na participação e no perfil das mulheres ocupadas no agronegócio” nas últimas décadas: além do aumento da participação feminina, o crescente nível de instrução das trabalhadoras, o maior grau de formalização do emprego, o “bom nível de satisfação com trabalho” (Cepea, 2018, p. 12).

Esses dados, de alguma forma, fundamentam interpretações que procuram enfatizar mudanças comprometidas com o enfrentamento das históricas desigualdades de gênero nos espaços rurais. Estudos e pesquisas que destacam que “o papel das mulheres no agronegócio tem evoluído ao longo dos anos, passando de posições secundárias e subestimadas para assumir papéis de liderança e de influência” (Joia, Órfão, 2023, p. 110). E que são importantes para destacar que mudanças vêm ocorrendo nos últimos tempos, inclusive através da experiência de muitas mulheres que “rompem as barreiras de gênero e conquistam posições de liderança” no setor (Joia, Órfão, 2023, p. 110).

A diversidade de interpretações presentes na literatura, portanto, não impede nem o destaque aos ainda desafios colocados, nem ao fato de que a participação das mulheres no agronegócio brasileiro tem se caracterizado por um processo simultâneo de avanços e permanências. Se, por um lado, há aumento da escolarização, maior inserção em atividades formalizadas e ampliação da participação em determinados segmentos, por outro persistem desigualdades estruturais relacionadas à divisão sexual do trabalho, à ocupação de cargos de decisão e ao acesso à propriedade. Nesse sentido, como destacam Arantes et al. (2023), “a participação das mulheres no setor do agronegócio reflete essas assimetrias e revela que ainda há muito a ser conquistado”.

Finalmente, compreender essas dinâmicas exige incorporar a dimensão territorial como elemento analítico fundamental. O território não pode ser entendido apenas como suporte físico das atividades produtivas, mas como construção social e histórica. Conforme Milton Santos (2005, p. 255), o território constitui um “objeto de análise social”, no qual se articulam relações de poder, práticas econômicas e formas simbólicas de organização do espaço.

Quando se trata de regiões fronteiriças, como é o caso da região de estudo nesta dissertação, a análise assume uma singularidade especial. Nessa região, é perceptível uma identidade cultural e social que se alinha mais com os países vizinhos do que com certas expressões culturais do restante do país. Essa proximidade cultural reflete a convivência

histórica e os intercâmbios constantes entre as populações dos dois lados da fronteira. A complexidade presente em regiões como essa exige uma abordagem de pesquisa que valorize não apenas os aspectos históricos e sociais, mas também a oralidade, por meio de entrevistas, como uma ferramenta essencial para a compreensão da identidade local.

Compreender as relações de gênero a partir de um recorte territorial é fundamental para uma análise mais profunda das práticas estereotipadas que estão inscritas na cultura de um determinado território. No caso do território gaúcho, essa abordagem revela como as normas e tradições locais condicionam as dinâmicas de gênero no ambiente rural e urbano. O Rio Grande do Sul, com sua história cultural e tradições gaúchas, possui um conjunto específico de práticas e normas que definem as relações de gênero. As práticas estereotipadas frequentemente refletem o papel tradicionalmente atribuído às mulheres e aos homens na sociedade gaúcha, o que tem um impacto significativo nas oportunidades e nas percepções de gênero (Brumer, 2004).

No contexto gaúcho, as tradições culturais, como o culto à figura do "homem do campo" e as práticas do tradicionalismo, têm um papel importante na construção e na manutenção de estereótipos de gênero. Esses estereótipos frequentemente posicionam os homens como líderes e responsáveis pelo trabalho externo e pela gestão das propriedades rurais, enquanto as mulheres são associadas às tarefas domésticas e ao cuidado da família. Esses papéis estereotipados não apenas limitam as oportunidades das mulheres em termos de acesso a posições de liderança e a atividades econômicas fora do âmbito doméstico, mas também perpetuam a desigualdade ao restringir a percepção pública sobre o valor do trabalho feminino (Almeida, Grossi, 2019).

Quando o termo “fronteira” é abordado no debate teórico, diversas interpretações surgem, algumas delas até mesmo contraditórias. O estudo das relações desenvolvidas em torno das fronteiras e a maneira como essas divisões influenciam a produção cultural e a construção da identidade dos atores sociais que vivem nesses espaços é um campo de pesquisa bastante rico. O conceito de fronteira vai além de uma simples delimitação geográfica, ele pode ser simbólico, cultural e social, funcionando tanto como barreira como ponto de encontro entre diferentes grupos. Nesse sentido, a fronteira não apenas separa, mas também promove zonas de interação, onde novas identidades e formas culturais emergem (Nadai, Maurer, 2019).

Essas áreas de contato são, muitas vezes, espaços de grande dinamismo cultural. A convivência entre diferentes grupos, línguas e tradições gera expressões culturais

híbridas e multifacetadas. Isso faz das fronteiras um tema central para entender as transformações culturais em contextos de contato e, por vezes, de conflito. Para as pessoas que vivem nesses territórios, as fronteiras podem desempenhar um papel fundamental para desvendar as complexas dinâmicas sociais e políticas que se desenrolam nas regiões fronteiriças (Nadai, Maurer, 2019).

A relação dos atores sociais com o ambiente em que estão inseridos é profundamente influenciada por uma série de fatores, como a preservação e construção de elementos históricos, patrimoniais e culturais. Esses aspectos assumem uma posição estratégica na formação e no fortalecimento do vínculo entre as pessoas e o espaço que habitam, condicionando a percepção que elas têm de si mesmas e de suas comunidades. Essa interação entre os atores sociais e o espaço que ocupam não é estática, mas sim um processo dinâmico que expressa tanto influências culturais e históricas quanto mudanças impulsionadas por políticas públicas. Esse processo contínuo de construção e preservação ajuda a definir e redefinir a identidade de indivíduos e comunidades, evidenciando a importância de valorizar o patrimônio local para fortalecer os laços sociais e culturais.

2.3 A subjetividade feminina a partir da participação das mulheres no agronegócio

A análise da subjetividade feminina no contexto do agronegócio requer, inicialmente, a compreensão de que as identidades de gênero não são dadas naturalmente, mas constituídas historicamente a partir de relações sociais específicas. Conforme argumenta Joan Scott, o gênero deve ser entendido como uma categoria analítica que permite problematizar as relações de poder que estruturam as diferenças entre homens e mulheres (Scott, 1995). Nessa perspectiva, tais diferenças não decorrem de determinações biológicas, mas de construções culturais que definem papéis, expectativas e possibilidades de atuação social. Assim, ao considerar a inserção das mulheres no agronegócio, torna-se fundamental analisar como essas construções de gênero influenciam não apenas suas posições objetivas no trabalho, mas também os modos pelos quais elas se percebem e se constituem enquanto sujeitos.

Nesse sentido, a noção de subjetividade tem importância central, sendo compreendida não como uma dimensão puramente individual ou interior, mas como um processo historicamente produzido nas interações sociais. A partir das contribuições de

Foucault, pode-se afirmar que a subjetividade se constitui no entrelaçamento entre saberes, práticas discursivas e relações de poder, que orientam as formas pelas quais os indivíduos se reconhecem e são reconhecidos socialmente (Foucault, 2014). Tal abordagem permite compreender que a experiência das mulheres no agronegócio é condicionada por normas e discursos que, ao mesmo tempo em que podem reforçar papéis tradicionais de gênero, também abrem possibilidades de resistência, transformação e produção de novas formas de existência.

Dessa forma, esta parte da dissertação tem como objetivo analisar como a participação das mulheres no agronegócio contribui para a construção de suas subjetividades, considerando as tensões entre permanências e mudanças nas relações de gênero no meio rural. Parte-se do pressuposto de que esse espaço, historicamente marcado pela predominância masculina e pela divisão sexual do trabalho, constitui um campo privilegiado para observar tanto a reprodução de desigualdades quanto a emergência de novas formas de atuação feminina. Ao articular as contribuições teóricas sobre gênero e subjetividade com as transformações recentes no lugar das mulheres no campo, busca-se evidenciar como suas experiências no agronegócio implicam processos de ressignificação de identidades, ampliação de autonomia e redefinição de seus lugares sociais.

A compreensão da subjetividade feminina no contexto do agronegócio exige, inicialmente, situar o conceito de subjetividade no âmbito das ciências humanas, afastando-se de perspectivas que a tratam como uma dimensão exclusivamente individual, natural ou universal. Ao contrário, a subjetividade deve ser entendida como um processo historicamente constituído, resultante das relações sociais, culturais e materiais nas quais os sujeitos estão inseridos. Nesse sentido, conforme discutem Aita, Facci (2011), a subjetividade não pode ser reduzida a uma interioridade isolada, mas deve ser compreendida como produto e, ao mesmo tempo, condição das práticas sociais, sendo construída na relação dialética entre indivíduo, sociedade e história. Pois:

A essência humana não é abstrata e nem algo interior de cada indivíduo isolado, mas consiste no conjunto de relações sociais. Dessa forma, não é universal e desligada da existência, e sim, fundamentalmente, um produto das relações sociais de produção, uma essência construída tomando-se por base uma existência prática (Aita, Facci, 2011, p. 43).

Essa perspectiva permite compreender que os modos de sentir, pensar e agir não são dados previamente, mas produzidos em contextos específicos, mediados por relações de poder, normas sociais e estruturas econômicas. É nessa direção que, como foi indicado,

as contribuições de Foucault se tornam centrais, ao propor que a subjetividade se constitui por meio de práticas discursivas e não discursivas que organizam os modos de existência dos sujeitos. Para o autor, os indivíduos se constituem como sujeitos na medida em que são inseridos em regimes de verdade, ou seja, em sistemas que definem o que pode ser dito, pensado e vivido como legítimo em determinado contexto histórico (Foucault, 2018). Assim, a subjetividade não é apenas vivida, mas também regulada, produzida e transformada por relações de saber e poder.

A partir dessa abordagem, torna-se possível afirmar que a subjetividade é sempre socialmente situada, sendo condicionada por marcadores como classe, raça e, especialmente, gênero. O conceito de gênero, nesse sentido, constitui uma ferramenta analítica fundamental para compreender como as diferenças entre homens e mulheres são produzidas e naturalizadas ao longo da história. Conforme argumenta Joan Scott, o gênero deve ser entendido como uma categoria de análise que permite evidenciar as relações de poder que estruturam as distinções entre os sexos, deslocando a explicação das diferenças do plano biológico para o campo das construções sociais. Dessa forma, as identidades de gênero são produzidas em contextos históricos específicos, sendo constantemente reafirmadas, negociadas e transformadas (Scott, 1995).

No contexto brasileiro, autoras como Heleieth Saffioti merecem destaque na compreensão das relações entre gênero, trabalho e poder. Segundo a autora, a inserção das mulheres na sociedade capitalista ocorre de maneira subordinada, sendo marcada por desigualdades estruturais que articulam exploração econômica e opressão de gênero. Nessa direção, o patriarcado não pode ser compreendido isoladamente, mas em sua articulação com o modo de produção capitalista, o que resulta na desvalorização do trabalho feminino e na naturalização de sua posição subordinada tanto no espaço doméstico quanto no produtivo (Saffioti, 2013).

Essa análise tem grande importância para compreender que a subjetividade feminina não se constrói em um vazio social, mas em um contexto marcado por relações de dominação que influenciam diretamente os modos pelos quais as mulheres percebem a si mesmas e suas possibilidades de ação. Nesse sentido, destaca-se que as identidades de gênero são produzidas por meio de práticas culturais e educativas que definem o que é considerado adequado ou esperado para homens e mulheres. Como indica Louro (1997), o gênero não é apenas uma categoria descritiva, mas um processo contínuo de construção

social, no qual os sujeitos são constantemente interpelados a ocupar determinadas posições e a performar certos papéis.

A partir dessas contribuições, pode-se afirmar que a subjetividade feminina é resultado de um processo complexo de internalização, negociação e, em alguns casos, resistência às normas de gênero. Como destaca Berenice Bento, as normas de gênero operam como dispositivos reguladores que definem não apenas comportamentos, mas também formas legítimas de existência. Segundo a autora, os sujeitos são produzidos a partir de normas que estabelecem fronteiras entre o aceitável e o desviante, o que implica que a construção da subjetividade envolve tanto processos de conformidade quanto de contestação dessas normas (Bento, 2006).

No âmbito do trabalho, essas dinâmicas se expressam de forma particularmente evidente por meio da divisão sexual do trabalho, que organiza a distribuição de atividades entre homens e mulheres de maneira hierárquica. Conforme discutem autoras como Helena Hirata, essa divisão não se limita a uma simples diferenciação de tarefas, mas implica a atribuição de maior valor social, econômico e simbólico às atividades desempenhadas pelos homens (Hirata, 2018). Assim, enquanto o trabalho masculino tende a ser associado à produção, à técnica e à autoridade, o trabalho feminino é frequentemente vinculado ao cuidado, à reprodução social e a atividades consideradas auxiliares ou secundárias (Hirata, 2018).

Essa lógica contribui para a invisibilização do trabalho das mulheres e para a construção de subjetividades marcadas por ambivalências, nas quais coexistem sentimentos de responsabilidade, competência e autonomia com experiências de desvalorização, sobrecarga e reconhecimento limitado. No meio rural, essas dinâmicas assumem contornos específicos, uma vez que o trabalho feminino historicamente foi associado à ideia de “ajuda”, como evidenciado nos estudos de Maria Ignez Paulilo. A autora demonstra que, nas unidades produtivas familiares, o trabalho das mulheres frequentemente não é reconhecido como trabalho propriamente dito, o que contribui para sua invisibilidade estatística e simbólica (Paulilo, 2004). Uma condição, portanto, em que o trabalho desenvolvido pelas mulheres é, na maioria das vezes, pouco reconhecido e frequentemente relacionado às atividades reprodutivas, de baixa ou nenhuma valorização (Staduto, 2015).

Por outro lado, pesquisas mais recentes indicam que esse cenário vem passando por transformações significativas, especialmente a partir da maior participação das

mulheres em espaços de decisão, organização coletiva e inovação produtiva. Segundo Schneider et. al (2020), as mulheres rurais têm ocupado lugares importantes na construção de alternativas ao modelo dominante de desenvolvimento agrícola, contribuindo para a emergência de práticas mais sustentáveis e para a valorização de saberes tradicionalmente desconsiderados.

Essas transformações têm implicações diretas na construção da subjetividade feminina, uma vez que ampliam as possibilidades de atuação e reconhecimento social das mulheres. No entanto, tais mudanças não ocorrem de forma linear ou homogênea, sendo permeadas por tensões e contradições. Como apontam Helena Hirata e Danièle Kergoat, a ampliação da participação feminina no trabalho produtivo não implica, necessariamente, a redistribuição das responsabilidades domésticas, o que resulta na intensificação da jornada de trabalho das mulheres e na persistência de desigualdades de gênero (Hirata, Kergoat, 1994).

Dessa forma, a análise da subjetividade feminina no contexto do trabalho e, mais especificamente, no agronegócio, deve considerar tanto os avanços quanto os limites dessas transformações. Trata-se de reconhecer que, ao mesmo tempo em que as mulheres ampliam sua participação e conquistam novos espaços, continuam enfrentando estruturas que restringem seu pleno reconhecimento e autonomia. Nesse processo, a subjetividade feminina se configura como um campo de disputa, no qual se articulam experiências de subordinação e resistência, conformidade e transformação.

Assim, ao articular as contribuições teóricas sobre subjetividade, gênero e trabalho, torna-se possível compreender que a participação das mulheres no agronegócio não pode ser analisada apenas em termos de inserção econômica ou ocupacional. É necessário considerar também os efeitos dessa participação na produção de sentidos, identidades e formas de existência, reconhecendo que a subjetividade feminina é continuamente (re) construída nas interações entre estruturas sociais, práticas cotidianas e experiências individuais.

Como foi indicado anteriormente, a participação das mulheres no agronegócio brasileiro deve ser compreendida a partir de uma estrutura histórica marcada pela divisão sexual do trabalho, que atribuiu aos homens a centralidade das atividades produtivas e decisórias, enquanto às mulheres foram historicamente destinadas funções vinculadas ao cuidado, à reprodução social e ao trabalho de apoio. Conforme apontam Brumer (2004) e Paulilo (2004), essa configuração não se constitui como um fenômeno pontual, mas

como parte de uma organização social mais ampla que estrutura as relações de gênero no meio rural, produzindo desigualdades persistentes no acesso à terra, ao reconhecimento do trabalho e às posições de poder.

Embora essa estrutura tenha forte caráter histórico, observa-se, nas últimas décadas, um movimento gradual de ampliação da participação feminina no agronegócio. Esse crescimento, ainda que moderado, sinaliza transformações importantes na inserção feminina em um setor tradicionalmente masculinizado, especialmente quando articulado às mudanças educacionais e às novas formas de organização do trabalho rural.

Entretanto, essa inserção não ocorre de maneira homogênea entre os diferentes segmentos do agronegócio. Além disso, observa-se uma mudança nas formas de inserção ocupacional das mulheres no setor, com destaque para o crescimento do emprego formal e da atuação por conta própria. Esse processo está associado tanto à expansão do agronegócio quanto à maior escolarização feminina, uma vez que mulheres com ensino médio e superior passaram a compor parcela crescente da força de trabalho no setor.

Nesse contexto, a subjetividade feminina no agronegócio pode ser compreendida como um processo dinâmico e tensionado, no qual experiências de inserção produtiva coexistem com permanências de desigualdade e com a produção contínua de sentidos sobre o lugar social das mulheres no campo. A participação feminina não se restringe à ocupação de postos de trabalho, mas envolve também a construção de formas específicas de se perceber como sujeito em um espaço historicamente estruturado por normas masculinas de autoridade, propriedade e decisão.

Nesse sentido, a inserção das mulheres em atividades produtivas, administrativas e de gestão no agronegócio não elimina automaticamente os marcadores simbólicos que associam o espaço rural à masculinidade. Pelo contrário, como indicam as análises de gênero já discutidas, a presença feminina nesse setor frequentemente ocorre em meio a processos de reconhecimento parcial, nos quais a atuação das mulheres é simultaneamente valorizada e subalternizada. Isso implica que a subjetividade feminina é condicionada por uma ambivalência estrutural: ao mesmo tempo em que há ampliação de autonomia econômica e técnica, persistem formas de invisibilização simbólica e de naturalização de hierarquias de gênero.

A partir das discussões apresentadas, torna-se possível aprofundar a análise da subjetividade feminina no agronegócio por meio da identificação de alguns eixos centrais

que estruturam as experiências das mulheres nesse contexto. Esses eixos não devem ser compreendidos de forma isolada, mas como dimensões inter-relacionadas que expressam as tensões entre permanências e transformações nas relações de gênero no meio rural. Entre eles, destacam-se as *relações de reconhecimento*, as condições de autonomia e agência e as *dinâmicas que atravessam a inserção das mulheres em espaços historicamente masculinizados*. A partir desses elementos, busca-se compreender de que maneira a participação feminina no agronegócio contribui para a construção de subjetividades marcadas simultaneamente por avanços, limites e processos contínuos de negociação de seus lugares sociais.

Um primeiro eixo relevante dessa construção subjetiva refere-se às *relações de reconhecimento*. Conforme argumenta Nancy Fraser, o reconhecimento diz respeito às formas pelas quais determinados sujeitos e práticas são socialmente valorizados ou desvalorizados, influenciando suas possibilidades de participação em condições de igualdade (Fraser, 2007). No agronegócio, o reconhecimento do trabalho feminino ainda se apresenta como um processo desigual, no qual muitas vezes a atuação das mulheres é percebida como complementar ou auxiliar, mesmo quando elas desempenham funções de gestão ou decisão. Essa condição contribui para a formação de subjetividades marcadas por uma tensão entre competência prática e reconhecimento social, o que pode impactar a forma como essas mulheres se percebem enquanto trabalhadoras e agentes produtivas.

Outro eixo fundamental para a compreensão da subjetividade feminina no agronegócio refere-se à *autonomia*. Entendida não apenas como independência individual, mas como uma condição socialmente construída, a autonomia diz respeito às possibilidades concretas de decisão e controle que os sujeitos exercem sobre suas trajetórias e condições de vida (Mariano, 2021). Nessa perspectiva, conforme argumenta Fraser, a ampliação da participação social está diretamente relacionada tanto ao acesso a recursos materiais quanto ao reconhecimento cultural, elementos que condicionam a capacidade efetiva de atuação dos sujeitos (Fraser, 2007). No contexto do agronegócio, a crescente inserção das mulheres em atividades produtivas, técnicas e de gestão, mas também o aumento da escolaridade e suas mobilizações coletivas contribuem para a ampliação de sua autonomia, especialmente no que se refere à independência econômica, ao acesso à qualificação e à participação em processos decisórios.

Entretanto, essa autonomia se configura de maneira parcial e tensionada, uma vez que permanece condicionada por estruturas sociais que limitam sua plena efetivação. As

normas de gênero ainda operam na regulação dos espaços de poder, restringindo o acesso das mulheres a posições de liderança e mantendo a centralidade masculina nas decisões estratégicas. Além disso, a persistência da divisão sexual do trabalho implica que, mesmo diante de avanços na esfera produtiva, as mulheres continuam assumindo, de forma desproporcional, as responsabilidades relacionadas ao trabalho reprodutivo e ao cuidado. Nesse sentido, a autonomia feminina no agronegócio não pode ser compreendida como um dado consolidado, mas como um processo em construção, marcado por avanços concretos e por limites estruturais que condicionam as possibilidades de ação. Assim, a subjetividade feminina se constitui na interseção entre a ampliação das margens de decisão e as restrições impostas por um contexto ainda fortemente estruturado por desigualdades de gênero.

Em articulação a essas condições, destaca-se a dimensão da *agência*, entendida como a capacidade dos sujeitos de agir, intervir e produzir efeitos em seus contextos sociais, mesmo quando inseridos em condições estruturais restritivas (Mariano, 2021). Diferentemente da autonomia, que se refere às condições objetivas de decisão e controle sobre a própria vida, a agência diz respeito ao exercício concreto da ação, frequentemente desenvolvido em contextos marcados por desigualdades. Conforme argumenta Silvana Mariano, a agência não deve ser compreendida como sinônimo de liberdade plena ou de ausência de constrangimentos, mas como um processo situado, no qual os sujeitos mobilizam estratégias possíveis dentro dos limites impostos por suas condições sociais (Mariano, 2021). Essa perspectiva permite reconhecer que a ação não ocorre fora das estruturas, mas em constante negociação com elas, o que implica considerar tanto os condicionantes quanto as margens de manobra disponíveis.

No contexto do agronegócio, essa abordagem possibilita compreender que as mulheres exercem agência mesmo diante de restrições relacionadas à divisão sexual do trabalho, ao acesso desigual a recursos e à predominância masculina nos espaços de poder. Essa agência se manifesta em práticas diversas, que incluem desde a participação em decisões produtivas e a gestão de atividades econômicas até formas cotidianas de negociação no âmbito familiar e organizacional. Muitas dessas ações não se traduzem imediatamente em reconhecimento formal ou em ampliação da autonomia institucional, mas ocupam um lugar importante na reconfiguração das relações de gênero no meio rural. Assim, a subjetividade feminina se constrói não apenas a partir das condições de autonomia disponíveis, mas também das práticas de ação que as mulheres desenvolvem

em seus contextos, evidenciando um processo marcado por adaptações, resistências e possibilidades de transformação.

As tensões entre trabalho produtivo e reprodutivo também se constituem como elemento central na análise da subjetividade feminina no agronegócio. Mesmo diante da maior inserção das mulheres no mercado de trabalho rural, permanece a sobreposição das responsabilidades domésticas e de cuidado, o que resulta em uma experiência de intensificação da jornada de trabalho. Como foi indicando anteriormente, a partir de das contribuições de Helena Hirata e Danièle Kergoat, a entrada das mulheres no trabalho produtivo não é acompanhada, de forma equivalente, por uma redistribuição das tarefas reprodutivas, o que produz uma sobrecarga estrutural de gênero. Essa condição contribui para subjetividades marcadas por simultaneidade de papéis e por uma constante negociação entre esferas de vida.

Além disso, a participação feminina no agronegócio também implica processos de ressignificação dos papéis de gênero. Ao ocupar posições de gestão, liderança ou inovação produtiva, muitas mulheres passam a desafiar representações tradicionais que associam o campo à masculinidade e a autoridade técnica aos homens. Nesse processo, a subjetividade feminina se reconfigura não apenas pela inserção no trabalho, mas pela produção de novas narrativas sobre si mesmas enquanto produtoras, gestoras e protagonistas de suas trajetórias. Trata-se, portanto, de um movimento que envolve tanto adaptação quanto transformação das normas de gênero vigentes.

A análise desenvolvida permite compreender que a participação das mulheres no agronegócio não pode ser interpretada apenas como um processo de inclusão econômica ou de ampliação de oportunidades ocupacionais. Trata-se, antes, de um campo de produção de subjetividades condicionado por relações de poder, normas de gênero e estruturas sociais historicamente consolidadas. Nesse sentido, a subjetividade feminina não emerge como efeito direto da inserção no mercado de trabalho, mas como resultado de um processo complexo de negociações entre permanências estruturais e mudanças sociais.

Ao articular as contribuições teóricas de gênero e subjetividade com as transformações observadas no setor, evidencia-se que o agronegócio constitui um espaço simultaneamente produtivo e normativo. Ele não apenas organiza relações econômicas, mas também produz significados sobre quem pode ocupar determinados lugares, quais funções são valorizadas e como os sujeitos se reconhecem dentro dessas estruturas. Nesse

sentido, as mulheres que atuam no setor não apenas participam da produção material, mas também da produção simbólica de novas formas de ser mulher no campo.

A partir das discussões desenvolvidas ao longo desta parte da dissertação, torna-se possível compreender que a subjetividade feminina no agronegócio não se constitui como um efeito direto da inserção produtiva, mas como resultado de um processo contínuo de construção social condicionado por relações de gênero, poder e reconhecimento. Nesse processo, a experiência das mulheres no setor é marcada pela articulação entre condições estruturais que limitam o exercício pleno da autonomia e práticas cotidianas de agência que permitem a negociação e a reconfiguração parcial dessas restrições.

Dessa forma, o agronegócio deve ser compreendido não apenas como um espaço econômico de produção, mas também como um campo de produção simbólica, no qual são definidos valores, hierarquias e formas legítimas de reconhecimento social. Nesse contexto, as mulheres não apenas ocupam posições de trabalho, mas também produzem sentidos sobre si mesmas, sobre suas capacidades e sobre seus lugares sociais, contribuindo para a emergência de novas formas de subjetivação no meio rural.

3 AGRONEGÓCIO, PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES E SUBJETIVIDADE FEMININA NA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL

Este capítulo tem como objetivo apresentar e analisar os resultados do trabalho de campo realizado na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, articulando-os com o debate sobre o agronegócio, a participação das mulheres e a construção da subjetividade feminina nesse contexto. Parte-se do entendimento de que o agronegócio, enquanto dinâmica econômica, social e territorial, não se limita a processos produtivos, mas envolve relações de poder, normas culturais e disputas simbólicas que estão presentes no cotidiano dos sujeitos. Nesse sentido, investigar a inserção das mulheres nesse espaço implica olhar para além de sua presença quantitativa, buscando compreender as condições, os significados e as tensões que marcam suas trajetórias.

A análise inicia com uma contextualização do agronegócio na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, destacando suas especificidades históricas, produtivas e territoriais. Trata-se de uma região fortemente marcada pela pecuária e, mais recentemente, por processos de modernização e diversificação produtiva, que reconfiguram tanto as formas de trabalho quanto as relações sociais no meio rural. Esse pano de fundo é fundamental para compreender como se estruturam as oportunidades e os limites à participação feminina, bem como os padrões de divisão sexual do trabalho que ainda persistem. Nessa direção, considera-se a participação das mulheres no agronegócio na região de estudo a partir de uma perspectiva histórica, evidenciando como sua atuação foi, por muito tempo, invisibilizada ou secundarizada. Ainda que sempre tenham ocupado lugares relevantes nas unidades produtivas e nas dinâmicas familiares, as mulheres frequentemente foram excluídas dos espaços de decisão e reconhecimento. Recuperar esse percurso permite evidenciar continuidades e mudanças, além de situar as experiências contemporâneas em um processo mais amplo de transformação social.

O eixo central do capítulo, porém, concentra-se na análise da construção da subjetividade feminina no agronegócio, tomando como base as narrativas das mulheres

participantes da pesquisa. A partir de suas experiências, são explorados temas como a emergência de novas formas de atuação, a reconfiguração dos lugares ocupados pelas mulheres diante da modernização do setor e os conflitos e estratégias de negociação que marcam seu cotidiano. Ao dar voz a essas trajetórias, busca-se compreender como as mulheres constroem sentidos sobre si mesmas, elaboram sua identidade e enfrentam as tensões entre permanência e mudança.

Por fim, o capítulo problematiza os limites e possibilidades de transformação das relações de gênero no contexto analisado. Ao mesmo tempo em que se observam avanços na visibilidade e na liderança feminina, persistem desigualdades estruturais que desafiam a construção de relações mais equitativas. Assim, a discussão aponta para a necessidade de ir além da noção de inclusão, refletindo sobre as condições efetivas para a democratização das relações de gênero no meio rural e no agronegócio.

3.1 As Mulheres no Agronegócio da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul

A Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul constitui uma região marcada por especificidades territoriais, econômicas e socioculturais que influenciam diretamente sua dinâmica produtiva. Localizada em área de fronteira internacional com Argentina e Uruguai, a região apresenta forte integração econômica e social com os países vizinhos, particularmente em municípios fronteiriços e cidades-gêmeas, nas quais as relações econômicas e culturais ultrapassam os limites nacionais (RS.Gov., 2015, p. 9).

A condição fronteiriça da região também produz implicações socioculturais específicas. Como já foi indicado, mais do que uma delimitação político-administrativa, a fronteira pode ser compreendida como espaço de circulação, intercâmbio e construção de identidades híbridas, constituindo formas particulares de pertencimento social. Em regiões fronteiriças, relações econômicas, familiares e culturais frequentemente ultrapassam os limites estatais, produzindo dinâmicas marcadas pela convivência cotidiana entre diferentes referenciais culturais e nacionais. Nesse sentido, a Fronteira Oeste constitui uma região cuja construção identitária está relacionada não apenas à formação histórica rio-grandense, mas também às permanentes interações com populações argentinas e uruguaias, configurando aquilo que alguns autores definem como

“fronteira-zona”, caracterizada por intensas interações econômicas e socioculturais (Campigoto, 2008).

Sob o ponto de vista da organização espacial, a baixa densidade demográfica e as grandes distâncias entre municípios constituem características marcantes da região. Essas condições contribuem para a centralidade exercida por cidades como Santana do Livramento, São Borja, Alegrete e Uruguaiana, que concentram serviços e funções polarizadoras sobre municípios menores (RS.Gov., 2015).

As dinâmicas populacionais regionais também revelam processos importantes de transformação. Entre 2000 e 2010, a Fronteira Oeste apresentou taxa média anual negativa de crescimento populacional (-0,43%), constituindo-se como a única região gaúcha a registrar retração demográfica no período. Esse processo se manifesta de forma ainda mais intensa nas áreas rurais, onde a diminuição populacional ocorreu na maior parte dos municípios, indicando transformações importantes na ocupação do território e nas relações entre população e atividade econômica (RS.Gov., 2015, p. 13).

Esses elementos territoriais e demográficos constituem aspectos importantes para compreender a configuração regional das atividades produtivas, particularmente aquelas vinculadas ao setor agropecuário, central na organização econômica e social da Fronteira Oeste. Historicamente, a economia da Fronteira Oeste apresenta forte vinculação com atividades agropecuárias, especialmente a pecuária extensiva e a produção agrícola voltada à produção de commodities. A região se destaca nacionalmente pela produção de arroz, pecuária bovina e, mais recentemente, pela expansão do cultivo da soja, configurando um perfil produtivo fortemente associado ao agronegócio.

Dados econômicos evidenciam a importância dessas atividades para a estrutura regional. Em 2012, o Produto Interno Bruto regional alcançava aproximadamente R\$ 10,5 bilhões, representando 3,8% do PIB gaúcho. Embora o setor de serviços apresentasse maior participação no Valor Adicionado Bruto regional, as atividades agropecuárias possuíam participação proporcionalmente superior à média estadual, indicando a permanência de uma estrutura econômica fortemente vinculada ao setor primário (RS.Gov., 2015, p. 17).

A produção agropecuária regional apresenta importante especialização produtiva. O cultivo de cereais, especialmente o arroz, concentrava aproximadamente metade do VAB agropecuário regional, destacando municípios como Uruguaiana, Itaqui, Alegrete e

São Borja. A criação de bovinos e outras atividades pecuárias também ocupam posição central na economia regional, especialmente em municípios historicamente associados à pecuária extensiva (RS.Gov.,2015).

Em que pese a importância das atividades agropecuárias, naquele ano de 2012 o Valor Adicionado Bruto (VAB) dos serviços compreendia 62,9% do VAB total da região, seguido pelas atividades agropecuárias (21,9%) e pelas atividades industriais (15,2%) (RS.Gov., 2015, p. 17). Em relação à média do Estado, essa participação era menor na indústria e nos serviços e maior na Agropecuária, constituindo um perfil mais voltado ao setor primário (RS.Gov., 2015, p. 17). Especificamente sobre as atividades agropecuárias, Alegrete e Uruguaiana tinham maior participação no VAB agropecuário da região. No VAB da Agropecuária, o cultivo de cereais para grãos, principalmente o arroz, apresentava 50% do total, com destaque para Uruguaiana, Itaqui, Alegrete e São Borja. A criação de bovinos e outros animais, incluindo a produção de leite, possuía outros 40%, destacando-se Santana do Livramento e Alegrete. O cultivo da soja representava apenas 5,2%, destacando-se Rosário do Sul, São Gabriel e São Borja. Algumas outras produções também se destacavam, como a da uva em Santana do Livramento, da laranja e tangerina em Rosário do Sul, Alegrete e Santa Margarida do Sul e de suínos em Itaqui (RS.Gov., 2015, p. 18).

Nas últimas décadas, transformações técnicas e produtivas alteraram significativamente a dinâmica regional. A incorporação de tecnologias agrícolas, mecanização, ampliação da escala produtiva e expansão das cadeias do agronegócio intensificaram a produtividade e ampliaram a inserção regional em mercados nacionais e internacionais (RS.Gov., 2015). Entretanto, essas transformações também se articulam a processos de concentração produtiva, fortalecimento das grandes propriedades e intensificação das desigualdades entre diferentes segmentos rurais.

A predominância histórica de médias e grandes propriedades rurais produz efeitos que ultrapassam a dimensão econômica da produção agropecuária. Estruturas fundiárias caracterizadas pela concentração territorial tendem a organizar relações específicas de trabalho, sucessão patrimonial e distribuição do poder no interior das unidades produtivas. Em contextos marcados pela pecuária extensiva e pela grande propriedade, a autoridade sobre os recursos produtivos, a gestão econômica e o reconhecimento social frequentemente se articulam a estruturas familiares e produtivas historicamente masculinizadas. Nesse sentido, a configuração fundiária regional constitui também uma

dimensão relevante para compreender a organização das relações sociais e das desigualdades de gênero presentes no espaço rural.

Em relação à estrutura fundiária, por exemplo, considere-se que a Fronteira Oeste é caracterizada pela presença marcante de médias e grandes propriedades rurais. O quadro a seguir apresenta dados sobre número de estabelecimentos agropecuários e área média por município da região. Pode-se observar, de imediato, que a média de hectares nas propriedades agropecuárias da região é significativamente superior àquela observada no Rio Grande do Sul (Quadro 1).

QUADRO 1: Número e Área Média (por hectares) dos Estabelecimentos Agropecuários, na Fronteira Oeste e no Rio Grande do Sul

Local	Número de Estabelecimentos Agropecuários	Área Média (ha) dos Estabelecimentos Agropecuários
Alegrete	2.671	281,12
Barra do Quaraí	146	651,94
Itacurubi	748	136,32
Itaqui	478	606,64
Maçambará	235	669,35
Manoel Viana	647	190,37
Quaraí	933	317,70
Rosário do Sul	1.661	236,89
Santa Margarida do Sul	506	179,39
São Borja	1.017	303,04
São Gabriel	2.208	224,41
Santana do Livramento	2.962	277,26
Uruguaiana	1.116	475,04
Fronteira Oeste	15.328	349,96
Rio Grande do Sul	365.094	59,5

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 2017 (Ibge, 2026). Dados organizados pela autora.

Observe-se, portanto, que os dados do Censo Agropecuário de 2017 evidenciam uma estrutura agrária marcada por uma importante concentração fundiária na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Enquanto a área média dos estabelecimentos agropecuários no estado era de 59,5 hectares, na Fronteira Oeste essa média alcançava 349,96 hectares, valor aproximadamente seis vezes superior à média estadual. Considerando que um módulo fiscal regional corresponde a 35 hectares (Agroadvance, 2023), a área média

regional equivale a aproximadamente 10 módulos fiscais, situando-se dentro da faixa de médias propriedades (entre 4 e 15 módulos). Contudo, essa média regional esconde diferenças importantes entre municípios e indica uma configuração territorial fortemente marcada pela presença de estabelecimentos de grande extensão territorial.

Observando os dados municipais, percebe-se que alguns municípios apresentam áreas médias superiores ao limite de 15 módulos fiscais (525 hectares), classificação correspondente às grandes propriedades. É o caso de Barra do Quaraí (651,94 ha), Itaqui (606,64 ha) e Maçambará (669,35 ha), municípios cuja média dos estabelecimentos supera amplamente esse parâmetro. Mesmo municípios com médias inferiores ao limite das grandes propriedades apresentam áreas médias elevadas, como Uruguaiana (475,04 ha), Quaraí (317,70 ha), São Borja (303,04 ha) e Santana do Livramento (277,26 ha), reforçando a predominância histórica de estruturas produtivas associadas à grande propriedade rural e à pecuária extensiva. Essa configuração fundiária constitui elemento importante para compreender não apenas a dinâmica econômica regional, mas também as formas de organização social, divisão do trabalho e acesso diferenciado aos recursos produtivos, aspectos centrais para compreender a inserção das mulheres nas atividades agropecuárias regionais.

A centralidade econômica da agropecuária na Fronteira Oeste contribuiu para conformar não apenas estruturas produtivas específicas, mas também formas particulares de sociabilidade rural. A histórica predominância da pecuária extensiva, associada à média e grande propriedades e à valorização simbólica do trabalho no campo, favoreceu a constituição de representações sociais que vinculam autoridade, liderança produtiva e capacidade de comando ao universo masculino. Assim, as relações econômicas e produtivas da região articulam-se à produção de identidades e hierarquias sociais que atravessam o cotidiano rural e influenciam a distribuição diferenciada de funções e reconhecimentos entre homens e mulheres.

O que significa que a centralidade histórica das atividades agropecuárias na Fronteira Oeste não produziu apenas uma determinada configuração econômica regional, mas também formas específicas de organização social e construção identitária. Nesse contexto, a figura do “gaúcho da fronteira” ocupa posição central na constituição dos imaginários regionais. As experiências históricas vinculadas à pecuária extensiva, aos conflitos fronteiriços e à ocupação territorial contribuíram para consolidar representações associadas ao homem gaúcho como sujeito forte, trabalhador, destemido e ligado à vida

rural. Essas representações, constantemente reproduzidas por tradições regionais, festividades e narrativas históricas, contribuíram para a constituição de uma identidade regional fortemente masculinizada (Ferreira, Tomaim, 2012, p. 77-78).

Trata-se da própria construção histórica do “mito do gaúcho”, que instaura princípios e estruturam concepções reproduzidas em composição de uma ordem social com relação ao poder concedido aos homens; propondo-se uma organização androcêntrica de sociedade, onde o homem é colocado como ponto de partida para uma identidade social e a mulher está imbricada à imagem do homem (Luvizotto, 2010, p. 29). Uma imagem masculina, atrelada a um passado bélico e glorioso, que é anualmente comemorado no mês de setembro (quando, no dia 20, se comemora o “dia do gaúcho”), reforçando a intenção de fortalecer o sentido de comunidade e identidade gaúchas. De modo que a identidade gaúcha, ainda que baseada em construções mitológicas, consolida o universo masculino composto por um conjunto de hábitos e costumes, que se vinculam ao “ser homem de verdade”, “ser um verdadeiro gaúcho”. Como destacam Dias e Cardin (2022), referindo especificamente ao “bioma pampa”:

[...] uma vez que, carrega uma primeira imagem de um homem vago, errante e insolente acaba por envolver um imaginário coletivo que venera e idealiza um ícone guerreiro – “o mito do gaúcho” – e ainda, faz com que, em um contexto atual, seja ambicionada uma aproximação a esta semelhança, onde se vê e vive como tal, dando sentido a uma trama ampla de relações que acaba por amalgamar-se a uma identidade social inclinada a uma identidade de gênero masculina, uma vez que, as repercussões do homem gaúcho, são construídas socialmente e consolida o imaginário gaúcho, neutralizando a dominação masculina [...] (Dias, Cardin, 2022, p. 18).

A construção simbólica do universo rural como espaço predominantemente masculino não implica ausência feminina nas atividades agropecuárias. Ao contrário, diversos estudos apontam que a participação das mulheres sempre esteve presente nas unidades produtivas rurais, embora frequentemente invisibilizada ou interpretada como extensão das responsabilidades familiares e domésticas. A divisão sexual do trabalho no meio rural tende a atribuir maior reconhecimento econômico e simbólico às atividades desempenhadas pelos homens, enquanto parte significativa das atividades realizadas pelas mulheres permanece associada à ideia de auxílio, cuidado ou apoio familiar. Esse processo contribui para produzir assimetrias de reconhecimento e acesso aos espaços de decisão no interior das unidades produtivas (Brumer, 2004; Paulilo, 2014; Siliprandi, 2017).

Isso não significa, contudo, que as mulheres tenham ocupado posições exclusivamente subordinadas ou passivas. As experiências históricas das mulheres da fronteira revelam processos permanentes de negociação, resistência e redefinição dos papéis sociais tradicionalmente atribuídos ao feminino. Ainda que representações associadas à mulher “buena companheira” permaneçam presentes no imaginário regional, a trajetória das mulheres da Fronteira Oeste evidencia movimentos contínuos de ruptura, redefinição identitária e ampliação da participação social e econômica.

Importante destacar, nesse sentido, a pesquisa realizada por Marilene da Cunha Ribeiro sobre os jornais publicados em Uruguaiana entre 1890 e 1910, que indica que existiam diversas formas de vivenciar a condição feminina na região. Os periódicos registravam a presença de professoras, comerciantes, religiosas, artistas e mulheres envolvidas em atividades sociais e culturais. Esses registros evidenciam que a mulher fronteiriça não estava limitada ao espaço doméstico, mas participava ativamente da construção da vida urbana e rural da região (Ribeiro, 2008).

A educação, nesse sentido, desde o início do século XX representou um importante espaços de inserção feminina na sociedade fronteiriça. Já naquele contexto histórico, mulheres ocupavam funções de destaque em estabelecimentos de ensino, contribuindo para a formação das novas gerações. A presença feminina na educação não apenas ampliava as possibilidades de atuação profissional das mulheres, mas também fortalecia sua participação nos processos de transformação social e cultural da região. (Ribeiro, 2008).

A presença das mulheres no campo da educação, no entanto, também pode ser interpretada como resultado de uma divisão sexual do trabalho, na qual determinadas atividades são atribuídas predominantemente às mulheres, reproduzindo diferentes preconceitos e estereótipos. Como destaca Ribeiro, essas são representações “que povoam o imaginário popular gaúcho, notadamente na fronteira [...] e que colaboram para que se ‘crie’ uma imagem de mulher idealizada, que algum dia existiu – que às mulheres de hoje garante uma possibilidade de vínculo de identidade histórica” (Ribeiro, 2008, p. 127). E não se pode negar “os fortes traços de virtude da mulher gaúcha da fronteira que se encontra” nesse imaginário popular. Ainda que a noção de uma “uma mulher ‘buena companheira’ com ‘graça de garça’ e ‘garra de fera’, para enfrentar as intempéries da vida como a viuvez ou o cotidiano de cuidado dos filhos e da casa, por menor e mais simples que fosse”, não limita as possibilidades do imaginário, as “fontes de originalidade do

imaginário sobre o feminino na fronteira” (Ribeiro, 2008); muito menos a dinâmica histórica de vivência e de experiência das mulheres da fronteira, numa perspectiva de rupturas e de construção de novas possibilidades de construção da identidade do “ser mulher de fronteira” (Ribeiro, 2008).

Portanto, compreender a participação das mulheres no agronegócio da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul exige considerar que sua inserção nas atividades produtivas ocorre em um contexto historicamente marcado por estruturas agrárias concentradas, pela centralidade da pecuária extensiva e por construções socioculturais fortemente associadas ao universo masculino.

A construção das relações de gênero no espaço rural gaúcho está profundamente vinculada às representações produzidas historicamente pelo tradicionalismo regional. A figura do gaúcho, frequentemente associada à bravura, liderança, autonomia e domínio sobre o espaço produtivo, consolidou referências simbólicas fortemente masculinizadas, enquanto às mulheres foram atribuídos papéis vinculados ao cuidado, ao trabalho reprodutivo e ao suporte familiar. Conforme argumentam Almeida e Grossi, as representações femininas presentes no tradicionalismo gaúcho contribuíram historicamente para produzir imagens idealizadas sobre o feminino, reforçando expectativas específicas acerca dos lugares socialmente atribuídos às mulheres (Almeida, Grossi, 2019).

Essas representações não permanecem restritas ao plano simbólico. Como indicado a partir de Luvizotto (2010), a construção histórica do mito do gaúcho opera como mecanismo de reprodução de uma ordem social onde a masculinidade ocupa posição central na constituição das identidades sociais regionais. A valorização simbólica do homem campeiro, associada a imagens de força, coragem e autoridade, contribui para naturalizar relações hierárquicas de gênero e para consolidar a associação entre gestão produtiva, propriedade e masculinidade.

A literatura regional evidencia que tais construções simbólicas possuem longa trajetória histórica. Como demonstram Almeida, Grassi (2019), a representação feminina em obras clássicas da literatura gaúcha frequentemente posiciona as mulheres em papéis secundários, enquanto figuras masculinas ocupam o centro das narrativas heroicas vinculadas à ocupação territorial, aos conflitos militares e às atividades produtivas. Trata-se de um processo de construção simbólica que contribui para invisibilizar experiências femininas e reforçar padrões de gênero historicamente reproduzidos no meio rural.

Essas construções culturais articulam-se diretamente às formas concretas de organização do trabalho agropecuário. Estudos sobre mulheres rurais demonstram que a participação feminina nas atividades produtivas historicamente conviveu com processos simultâneos de presença econômica e invisibilização social. Conforme destaca Paulilo (2016), o trabalho feminino no campo frequentemente é interpretado como ajuda familiar, ainda que participe diretamente da reprodução econômica das unidades produtivas. Essa dinâmica produz formas diferenciadas de reconhecimento social e econômico, atribuindo maior legitimidade às atividades desenvolvidas pelos homens e reduzindo a visibilidade das contribuições femininas.

Mas as experiências das mulheres rurais, entretanto, não podem ser compreendidas exclusivamente a partir da subordinação. Estudos recentes demonstram que as mulheres vêm ampliando sua presença em diferentes dimensões das atividades agropecuárias, assumindo funções relacionadas à gestão das propriedades, liderança organizacional, atividades técnicas e representação institucional (Siliprandi, 2011). Ainda que persistam desigualdades estruturais, observa-se um movimento de crescente visibilidade feminina nas cadeias produtivas vinculadas ao agronegócio.

A emergência de novas formas de participação feminina também pode ser observada nas representações culturais contemporâneas sobre o rural. Produções culturais recentes têm problematizado criticamente as relações entre gênero, exploração econômica e ruralidade. A obra *Mugido*, de Marília Floôr Kosby (2017), constitui exemplo significativo nesse processo ao tensionar as formas pelas quais os corpos femininos são inseridos nas dinâmicas rurais e nas estruturas patriarcais vinculadas ao universo agropecuário. Embora situada no campo literário, a obra evidencia processos históricos de objetificação, silenciamento e naturalização das desigualdades de gênero presentes em contextos rurais marcados por relações patriarcais.

As transformações econômicas e sociais observadas nas últimas décadas também produziram mudanças importantes nas formas de inserção das mulheres no agronegócio. A ampliação dos níveis de escolarização, o acesso crescente à formação técnica e universitária, a participação em cooperativas e organizações rurais e a ampliação da presença feminina em espaços institucionais vêm contribuindo para redefinir posições tradicionalmente atribuídas às mulheres no espaço rural. Estudos sobre liderança feminina no agronegócio apontam que, embora persistam barreiras relacionadas ao reconhecimento profissional e à ocupação de posições estratégicas, observa-se crescente

legitimidade da presença feminina em funções de gestão e liderança (Cielo, Wenningkamp, Schmidt, 2014).

Há de se considerar, inclusive, que o próprio setor do agronegócio tem manifestado maior preocupação não somente com a inserção das mulheres, mas também com o seu protagonismo. Isso fica evidenciado na existência de espaços institucionais, diretamente vinculados às mulheres, mas também na mobilização de uma ação coletiva comprometida com a mobilização de uma consciência acerca da importância do protagonismo feminino no setor. Como é o caso, no Rio Grande do Sul, do Fórum de Liderança Feminina, em 2026 já em sua quarta edição, organizado pela Farsul e pelo Senar, com apoio de empresas vinculadas ao agronegócio, que tem reunido mulheres, lideranças políticas, para capacitação técnica, organização política, reflexões sobre os “desafios econômicos e estruturais que moldam a atuação das mulheres no agronegócio” (Farsul, 2026). São espaços institucionais e eventos que, ao mesmo tempo, expressam um movimento das mulheres em busca de maior poder político no setor, e o reconhecimento, ainda que gradual, das organizações representativas do setor quanto à importância de uma maior integração das mulheres em seus processos políticos.

Nesse contexto, compreender a participação das mulheres no agronegócio da Fronteira Oeste implica reconhecer que sua inserção ocorre em um espaço marcado simultaneamente por permanências e transformações. Se, por um lado, estruturas agrárias concentradas, representações tradicionalistas e divisões sexuais do trabalho continuam influenciando oportunidades e reconhecimentos, por outro, as trajetórias femininas contemporâneas revelam processos contínuos de negociação, resistência e redefinição dos lugares historicamente atribuídos às mulheres no espaço rural.

3.2 O tornar-se mulher no agronegócio: a construção da subjetividade feminina no agronegócio da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul

A partir de agora dedica-se à compreensão do processo de construção da subjetividade feminina no contexto do agronegócio na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, enfatizando as experiências de mulheres que atuam em um espaço historicamente marcado pela masculinização das práticas produtivas, das relações de trabalho e das formas de poder. Ao invés de tratar a presença feminina como um dado já estabelecido,

busca-se analisar o “tornar-se mulher” no agronegócio como um processo social, histórico e relacional.

Como já foi indicado, parte-se do entendimento de que o agronegócio contemporâneo não é apenas um setor econômico, mas também um campo social no qual se produzem identidades, hierarquias e formas específicas de reconhecimento. Nesse sentido, a inserção das mulheres nesse universo não ocorre de maneira homogênea ou linear, mas envolve trajetórias diversas, marcadas por experiências de invisibilidade, resistência, negociação e afirmação de novas posições sociais.

O texto está organizado de modo a contemplar a estrutura do roteiro de entrevistas que foi utilizado para conversar com mulheres que atuam no agronegócio na região de estudo. Assim, inicialmente apresenta-se a escuta das mulheres participantes da pesquisa, dando centralidade às suas narrativas e experiências vividas, que permitem compreender como constroem sentido sobre suas trajetórias. Em seguida, discute-se como os processos de modernização do agronegócio contribuem para a reconfiguração dos papéis sociais, abrindo possibilidades, mas também mantendo limites à atuação feminina. Na sequência, analisa-se o movimento que vai da invisibilidade à emergência de lideranças femininas, evidenciando tanto avanços quanto tensões presentes nesse processo. Também são discutidos os conflitos, as resistências e as negociações simbólicas presentes nessas trajetórias, revelando que a inserção das mulheres nesse espaço não se dá sem disputas e reinterpretações das normas de gênero. Posteriormente, então, é considerada a dimensão subjetiva dessas experiências, com foco na construção da autoestima, da identidade e da percepção de si, destacando como essas mulheres ressignificam suas posições sociais a partir do trabalho e da participação no agronegócio. Por fim, problematiza-se em que medida esses processos apontam para a construção de relações de gênero mais democráticas ou se ainda permanecem condicionadas por assimetrias estruturais.

3.2.1 As mulheres da pesquisa: experiências que ganham voz.

A compreensão da participação feminina no agronegócio passa, necessariamente, pela escuta das experiências concretas das mulheres que vivem e constroem diariamente esse espaço. As trajetórias das entrevistadas revelam que a presença feminina no setor não se dá de forma homogênea. Ao contrário, manifesta-se por meio de percursos singulares, condicionados por formações profissionais distintas, responsabilidades

familiares, inserções institucionais e diferentes formas de atuação no campo. Nesse sentido, dar voz a essas mulheres significa reconhecer a diversidade de experiências que compõem o agronegócio contemporâneo e compreender como cada uma delas contribui, à sua maneira, para a construção de novas possibilidades de presença feminina no meio rural.

As mulheres entrevistadas atuam em diferentes municípios da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul e desenvolvem atividades variadas dentro do agronegócio, abrangendo desde a produção agropecuária direta até funções técnicas, de gestão e liderança institucional. Essa diversidade revela que a presença feminina no setor não se restringe a um único lugar, mas se expressa em múltiplas formas de participação e protagonismo.

A trajetória de Ana,² a primeira entrevistada, médica veterinária no município de Cacequi, evidencia uma atuação que articula conhecimento técnico, produção rural e participação institucional. Em sua propriedade, ela atua com foco na bovinocultura de corte, realizando acompanhamentos produtivo e sanitário dos rebanhos. Paralelamente, presta assistência técnica por meio do Senar, realizando visitas a propriedades rurais e contribuindo diretamente para o aprimoramento das práticas produtivas na região. Além disso, exerce função de liderança ao atuar como presidente do grupo de jovens da Comissão Jovem da Farsul. Sua atuação demonstra como a presença feminina pode integrar conhecimento técnico, gestão e mobilização institucional, ampliando os espaços de participação das mulheres no agronegócio. Como ela mesma afirma:

Minha relação com o agronegócio é anterior à minha formação profissional. Nasci em uma família que sempre trabalhou com pecuária, especialmente com gado de corte e ovinocultura. Cresci acompanhando a rotina do campo, as lidas diárias, as conversas sobre produção, clima e mercado. A escolha pela Medicina Veterinária foi uma consequência natural dessa vivência, mas também uma decisão pessoal de permanecer nesse meio que sempre fez parte da minha identidade (Ana).

No município de Alegrete, a experiência de Larissa, a segunda entrevistada, representa a presença feminina diretamente vinculada às atividades produtivas da propriedade rural, com foco na bovinocultura leiteira. Sua atuação envolve o manejo cotidiano da produção, evidenciando o papel fundamental das mulheres na sustentabilidade das atividades agropecuárias familiares. Ao assumir responsabilidades

² Os nomes utilizados ao longo desta dissertação são fictícios e foram criados com o objetivo de preservar a identidade e garantir o anonimato das entrevistadas, em conformidade com os princípios éticos da pesquisa.

na construção da produção leiteira, ela reforça a importância do trabalho feminino na manutenção e no desenvolvimento das propriedades rurais, demonstrando que a gestão e o cuidado com a produção não são atribuições restritas aos homens, mas espaços também ocupados por mulheres que assumem protagonismo nas decisões produtivas. Como ela mesmo indica, analisando sua relação com o agronegócio:

Desde que eu nasci, né, meus pais já eram produtores... Então, eu já cresci no meio e sempre cresci querendo continuar. Então busquei o ensino, digamos assim, porque eles não tinham. Acho que a nossa geração buscou esse conhecimento e com certeza isso ajuda (Larissa).

Também em Alegrete, Luísa, a terceira entrevistada, atua como zootecnista em atividades agropecuárias relacionadas à criação de gado em sua propriedade. Sua formação técnica e atuação profissional evidenciam a crescente inserção de mulheres em áreas tradicionalmente associadas à figura masculina dentro do agronegócio. Ao aplicar conhecimentos zootécnicos na condução da produção, Luísa contribui para a qualificação das práticas produtivas, ao mesmo tempo em que reafirma a capacidade técnica e científica das mulheres no campo. Sua trajetória reforça a ideia de que a profissionalização feminina no agronegócio constitui um elemento central na transformação das dinâmicas de gênero no setor. Sua relação com o agronegócio, como ela enfatiza, está vinculada a uma tradição familiar, mas também se constrói como escolha política:

Sou a última de 5 filhos de um casal formado por um veterinário, professor de zootecnia e funcionário público e de uma contabilista que não exerceu dona de casa, os meus pais tiveram 3 filhos mais velhos que são meus irmãos que se formaram em engenharia, agronomia e o outro é advogado, minha irmã arquiteta e eu por insistência fiz zootecnia, eles (os pais) não queriam achavam que eu era muito delicada para área, mas eu já estava vivendo nesse meio. Quando eu nasci, eles já tinham comprado as terras que hoje é a fazenda aqui e estavam fazendo ela, ainda no começo, meu pai plantou todas as árvores, montou toda a estrutura, e eles fizeram juntos o que hoje é o campo que eu trabalho. Eu comecei a trabalhar como profissional em 2001, mas só fui assumir a propriedade em 2002 quando meu pai faleceu, eu tinha 24 anos e meus irmãos estavam exercendo a profissão longe e não entendiam da área muito bem e eu resolvi vir para cá quando meu pai faleceu e tocar o que eu já acompanhava com ele, desde a época da faculdade, mas sempre com aquele estigma de ser diferente, por ser mulher primeiramente, na faculdade já em uma turma de 22 homens eram só duas mulheres e por também por ser mais delicada e mais frágil, como me diziam, que eu era muito frágil e assim eu fui criando a minha história” (Luísa).

A atuação de Marina, a quarta entrevistada, médica veterinária no município de Uruguaiana, destaca-se pelo trabalho especializado em reprodução bovina. Ao

desenvolver atividades técnicas voltadas para essa área específica da produção pecuária, ela demonstra como a presença feminina também se expande para segmentos altamente especializados dentro do agronegócio. Sua atenção evidencia que as mulheres não apenas participam das atividades produtivas, mas também ocupam espaços estratégicos relacionados à inovação, à tecnologia e ao aprimoramento genéticos dos rebanhos, elementos fundamentais para a competitividade da pecuária contemporânea. Sua relação com o agronegócio também tem uma base familiar, ainda que a formação profissional condicione o vínculo:

Então, os meus pais trabalhavam no negócio do meu avô e aí depois a minha mãe começou a trabalhar no negócio e aí herdou e hoje eu trabalho no negócio da minha mãe, com os meus pais na verdade e eu vejo que não passa só da questão da herança, mas a gente herda o carinho, né? Carinho pelo trabalho, pela terra, pelo cuidado com os animais. Então eu acho que faz bastante tempo que eu vejo esse cuidado da minha família com tudo isso, com a produção e aí acabei entrando nesse ramo. No início da faculdade até queria pequenos animais, aí fui me descobrindo durante a faculdade e fui vendo o as áreas que eu gostava mais. Entrei na empresa em 2015, já remunerada como funcionária e desde então eu estou no dia a dia. Me formei em veterinária, fiz vários cursos e especializações para me aprimorar e implementar na empresa e aí vim tentando trazer essas novas tecnologias e esses conhecimentos diferentes que eu estava aprendendo fora para dentro da estância (Marina).

No Município de Manoel Viana, Rosa, a quinta entrevistada, apresenta uma trajetória que evidencia a participação feminina em atividades de gestão e comercialização no agronegócio. Ela administra uma cerealista responsável pelo recebimento de grãos e pela comercialização de insumos agrícolas, além de oferecer apoio à produção nas fazendas da família. Sua atuação demonstra que o protagonismo feminino também se manifesta em espaços de gestão empresarial, logística e comercialização, setores fundamentais para o funcionamento da cadeia produtiva do agronegócio. Ao ocupar esse espaço, Rosa evidencia que a presença feminina no setor não se limita à produção primária, mas também se estende à gestão de negócio e à articulação de diferentes etapas da cadeia produtiva:

[...]. Com 15 anos eu comecei a trabalhar na cerealista do meu pai, ajudando no que era possível, aprendendo na prática como funcionava o recebimento de grãos, a comercialização, a organização e o dia a dia desse trabalho. E fui assumindo a gestão do negócio. Sempre gostei muito dessa área, me identificava com o ritmo, com as pessoas e com a importância que esse trabalho tem para a cadeia do agro. Depois me casei e passei a fazer tudo isso com meu marido e hoje divido com ele a gestão plena do negócio (Rosa).

Tereza, a sexta entrevistada, reside em Alegrete. Também tem curso superior, em medicina veterinária, e atua em atividades agropecuária, na reprodução bovina. Sua trajetória indica um vínculo familiar com o agronegócio, que é reforçado por um sentimento de vínculo com a terra, com as atividades desenvolvidas no campo. Além de demonstrar grande perfil de liderança ao ser Presidente da Comissão Jovem do Sindicato Rural desde o ano de 2016.

Já nasci no meio (do agronegócio) pelos meus avós, mas devido ao passar dos anos me aproximei ainda pela Comissão Jovem do Sindicato Rural de Alegrete, onde aceitei o convite no ano de 2016 e desde então fortaleci o contato com o agronegócio (Tereza).

A trajetória de Juliana, a sétima entrevistada, residente de São Gabriel, também revela a combinação entre atuação técnica e fortalecimento da mulher no campo. Neta e filha de produtores rurais, ela decidiu seguir os passos da família neste meio. Nesse sentido, sua relação com o agronegócio foi sendo tecida por uma história de atuação profissional, liderança familiar, desafio de dar continuidade aos negócios da família.

Meus avós tinham uma pequena propriedade rural no interior do município, onde tive meu primeiro contato com o agronegócio. Porém, somente após o término da minha faculdade pude me inserir mais “a fundo” neste meio. (Juliana).

Por fim, Talita, a oitava entrevistada, residente no município de Rosário do Sul, atua como técnica em agropecuária na propriedade da família. Sua formação técnica evidencia a importância dos cursos profissionalizantes para a inserção de mulheres no agronegócio, possibilitando que elas desenvolvam habilidades específicas e contribuam diretamente para a gestão e execução das atividades produtiva. Sua presença reafirma a ideia de que a qualificação profissional constitui um elemento fundamental para ampliar as oportunidades de participação feminina no setor que diz:

Eu nasci neste meio, minha família já trabalhava no campo, então desde pequena eu acompanhava a lida, as conversas sobre safra, clima, preço. Não era algo distante para mim porque fazia parte da rotina da casa. Com o tempo, o que era convivência virou a minha escolha e eu quis dar continuidade ao legado da família (Talita).

Um aspecto relevante do perfil das mulheres entrevistadas diz respeito ao nível de escolarização, uma vez que todas possuem ensino superior completo. Essa característica não foi previamente estabelecida como critério de seleção, mas emergiu como traço comum entre as mulheres acessadas no campo empírico.

Tal recorrência pode ser compreendida a partir de dois movimentos interligados. Em primeiro lugar, observa-se que o agronegócio na atualidade, especialmente em suas dimensões de gestão, sucessão familiar e administração de propriedades rurais, tem se tornado progressivamente mais tecnificado e profissionalizado, exigindo competências que ultrapassam o conhecimento prático tradicional. Nesse contexto, formações superiores em áreas como Agronomia, Medicina Veterinária, Administração e áreas afins tendem a se constituir como instrumentos de inserção e legitimação profissional.

Em segundo lugar, o próprio recorte empírico da pesquisa, construído a partir de redes de contato e de acesso a mulheres com atuação mais visível no setor, tende a privilegiar sujeitos que ocupam posições de maior centralidade na organização produtiva, institucional ou associativa do agronegócio. Essas posições, por sua vez, estão frequentemente associadas a trajetórias de escolarização formal mais longa, o que contribui para a homogeneidade observada.

Claro que o perfil identificado não deve ser interpretado como representativo de todas as mulheres inseridas no meio rural ou no agronegócio da fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, mas como expressão de um segmento específico: mulheres que atuam em espaços de gestão, decisão e profissionalização da atividade agropecuária. Ainda que todas também tenham atuação nas atividades que estão situadas “dentro da porteira”. Esse recorte, portanto, não limita a análise, mas delimita seu alcance interpretativo, situando-a dentro de um universo de mulheres que ocupam posições de maior visibilidade e formalização no setor.

É a partir dessa condição, então, que, ao analisar conjuntamente as trajetórias dessas mulheres, torna-se evidente que não existe um único modo de ser mulher no agronegócio. Cada entrevistada apresenta uma história marcada por escolhas, desafios e contextos específicos, que expressam diferentes formas de inserção no setor. Essa diversidade de experiências demonstra que o agronegócio é composto por múltiplas trajetórias femininas, que se articulam entre produção, conhecimento técnico, gestão e liderança institucional

Nesse sentido, a singularidade de cada mulher entrevistada torna-se um elemento central para compreender as transformações em curso nas relações de gênero no meio rural. As particularidades de suas trajetórias funcionam como referências e inspirações para outras mulheres, mostrando que existem diferentes caminhos possíveis de participação no agronegócio. Ao ocupar espaços variados, seja na assistência técnica, na

produção agropecuária, na gestão de empresas rurais ou em posições de liderança institucional, essas mulheres demonstram que o lugar da mulher no agronegócio é aquele que ela constrói, ainda que de modo condicionado.

Outra questão que está presente nessas trajetórias é o sentimento de pertencimento ao campo. A escolha de permanecer ou retornar às propriedades familiares, mesmo diante das possibilidades urbanas, revela identificação com o modo de vida rural e com a atividade produtiva. O agronegócio não é apenas meio de subsistência, mas projeto de vida. Esse vínculo afetivo reforça a construção de uma identidade que integra competência técnica, tradição familiar e compromisso com a continuidade da atividade.

Mas, para além dessas questões, é importante destacar que as trajetórias das entrevistadas evidenciam que o “tornar-se mulher” no agronegócio é um processo relacional, construído entre pertencimentos familiares, formações profissionais, escolhas individuais e condições estruturais que condicionam o agronegócio. Longe de constituírem experiências homogêneas, essas trajetórias revelam diferentes formas de inserção feminina, que vão desde a atuação direta na produção agropecuária até posições de liderança institucional, gestão empresarial e especialização técnica.

Já nessa apresentação de suas trajetórias, uma dimensão que está presente em suas experiências é a *centralidade do reconhecimento*, frequentemente articulado ao pertencimento familiar ao meio rural. Em quase todas as trajetórias, o contato com o agronegócio ocorre desde a infância ou juventude, por meio da convivência com a produção, com a terra e com o trabalho familiar. Esse reconhecimento inicial, no entanto, não se traduz automaticamente em legitimidade social, sendo continuamente renegociado ao longo das trajetórias profissionais, especialmente quando as mulheres passam a ocupar espaços historicamente masculinizados.

Nesse processo, destaca-se também a *construção da autonomia*, que aparece tanto na escolha das formações profissionais quanto na decisão de permanecer e atuar no campo. A formação em Medicina Veterinária, Zootecnia ou Técnico em Agropecuária não se apresenta apenas como qualificação técnica, mas como estratégia de inserção e permanência em um espaço que exige construção de estratégias de aceitação. A autonomia, nesse sentido, não é apenas individual, mas situada, pois depende de negociações constantes com estruturas familiares, institucionais e de gênero.

De igual forma, a *agência feminina* se expressa de maneira significativa nas falas das entrevistadas, especialmente quando elas assumem funções de gestão, liderança ou inovação técnica. Seja na administração de propriedades, na atuação em associações rurais, na gestão de cerealistas ou na especialização em áreas como reprodução bovina, as mulheres não apenas participam do agronegócio, mas interferem na sua organização e funcionamento. Essas práticas evidenciam mudanças importantes nas fronteiras tradicionais de gênero, ainda que não eliminem completamente as desigualdades existentes.

Ao mesmo tempo, as trajetórias revelam *tensões permanentes entre trabalho produtivo e reprodutivo*, ainda que este último, por enquanto, apareça de forma menos explicitada nas falas. A permanência das mulheres no agronegócio está condicionada por responsabilidades familiares, expectativas sociais e processos de sucessão geracional, nos quais o cuidado, a continuidade do legado e a gestão do cotidiano produtivo frequentemente se entrelaçam. Essas tensões indicam que a inserção feminina no agronegócio não se dá pela substituição de papéis tradicionais, mas por sua reconfiguração e sobreposição.

Por fim, as experiências analisadas apontam para processos de subjetivação marcados pela construção de autoestima, identidade profissional e pertencimento ao meio rural. O agronegócio aparece não apenas como espaço de trabalho, mas como espaço de vida, no qual as mulheres constroem sentidos sobre si mesmas, negociando constantemente entre expectativas externas e projetos pessoais.

Dessa forma, esse primeiro contato com as mulheres entrevistadas permite compreender que o fazer-se mulher no agronegócio é um processo em disputa, no qual é possível observar avanços e permanências; experiências nas quais reconhecimento, autonomia e agência coexistem com limites estruturais e desigualdades de gênero ainda presentes. Um campo em transformação, portanto, no qual a presença feminina não apenas ocupa espaços existentes, mas também tensiona e redefine as próprias lógicas de funcionamento do agronegócio.

3.2.2 Modernização do agronegócio e a reconfiguração dos papéis sociais.

A análise do processo histórico de transformação do agronegócio brasileiro, sob a perspectiva das mulheres entrevistadas, permite compreender que a modernização do

campo extrapola a dimensão estritamente técnica ou produtiva. Trata-se de um processo que envolve mudanças nas formas de organização do trabalho, nas relações de poder, nos modos de gestão e, sobretudo, na construção das subjetividades e identidades sociais no meio rural. Como observa Graziano da Silva (2002), a modernização da agricultura brasileira constituiu uma verdadeira “industrialização da agricultura”, alterando não apenas a base técnica da produção, mas também as formas de sociabilidade e as relações sociais que estruturam o espaço rural. No contexto da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, esse processo adquire especificidades próprias, uma vez que se desenvolve em uma região historicamente marcada pela centralidade da pecuária, pela tradição gaúcha e por estruturas simbólicas fortemente masculinizadas.

As falas das mulheres entrevistadas revelam que as mudanças ocorridas no agronegócio são percebidas, simultaneamente, como transformações tecnológicas, culturais e organizacionais. Em praticamente todas as falas, a modernização aparece associada a duas dimensões centrais: a incorporação de tecnologias e a ampliação da participação feminina em espaços historicamente ocupados por homens. Essas duas dimensões surgem profundamente articuladas, indicando que a reorganização técnica do setor também produz mudanças nas relações de gênero.

Uma primeira questão que emerge nas falas das entrevistadas, nesse sentido, refere-se à modernização tecnológica como elemento de transformação das relações de trabalho e dos critérios de legitimidade no campo. As mulheres percebem que o avanço tecnológico alterou significativamente a lógica das atividades agropecuárias, reduzindo a centralidade da força física e ampliando a importância do conhecimento técnico, da gestão e da capacidade de adaptação. Juliana, ao refletir sobre as mudanças recentes no setor, destaca que:

Devido à intensificação tecnológica que vivemos nos últimos anos, é notável a necessidade que o agronegócio tem de acompanhar. Existe uma série de benfeitorias que servem para auxílio no aumento da produtividade/facilidade de manejo e quem não acompanhar, ficará para trás (Juliana).

Juliana evidencia como a modernização passa a impor novas exigências aos sujeitos do campo, produzindo uma lógica baseada na atualização constante e na incorporação de tecnologias produtivas. O agronegócio contemporâneo deixa de depender exclusivamente da experiência prática acumulada ao longo das gerações e passa a demandar conhecimentos especializados, domínio de informações técnicas e capacidade

de gestão. Uma percepção que também aparece na fala de Rosa, que relaciona diretamente a modernização tecnológica à profissionalização da atividade rural:

O agronegócio mudou muito, principalmente em tecnologia e gestão. Hoje tem mais máquinas modernas, agricultura de precisão, uso de aplicativos e informações em tempo real, drones, etc. O que trouxe mais produtividade e controle. O produtor deixou de ser amador e passou a olhar o negócio como uma empresa, cuidando de custos, planejamento e mercado (Rosa).

A fala de Rosa já permite identificar uma segunda questão importante: a tendência de empresariamento do agronegócio e a redefinição da identidade do produtor rural. As propriedades passam a ser concebidas como empresas, exigindo planejamento econômico, controle produtivo e gestão estratégica. Tal mudança aproxima o agronegócio de uma lógica empresarial, marcada pela racionalidade técnica e pela competitividade de mercado. Essa transformação é reforçada por Ana, ao afirmar que:

Percebo mudanças significativas na forma de gestão das propriedades, com maior valorização de dados, planejamento e controle produtivo e econômico. As propriedades se tornaram ‘negócios’ realmente. Também houve avanços tecnológicos, tanto em genética quanto em manejo de pastagens e sanidade (Ana).

Ao enfatizar a valorização dos dados, do planejamento e do controle econômico, Ana demonstra como a gestão rural contemporânea se estrutura cada vez mais a partir de critérios técnicos e científicos. Nesse contexto, o conhecimento especializado assume centralidade, produzindo mudanças importantes nas formas tradicionais de autoridade no meio rural.

A tecnologia como fator de ampliação das possibilidades de inserção feminina no agronegócio emerge como uma terceira questão importante. Historicamente, muitas atividades rurais foram associadas à força física e à masculinidade, o que contribuiu para restringir ou invisibilizar a participação das mulheres. Contudo, as entrevistadas percebem que a mecanização e a digitalização modificaram parte dessas barreiras simbólicas e materiais. Marina expressa essa transformação de maneira bastante significativa:

Ah, eu acho que mudou muito, além da tecnologia, assim, de computador, drone, os tratores estão melhores. Da gente, às vezes, conseguir fazer uma coisa que antes precisava de dez homens e uma carroça e hoje uma mulher, com um pouquinho de conhecimento e técnica consegue fazer sozinha com uma máquina (Marina).

Marina evidencia que a modernização técnica não apenas altera os processos produtivos, mas também tensiona representações tradicionais sobre gênero e trabalho no campo. Ao deslocar a centralidade da força física para o domínio técnico e operacional, a tecnologia abre espaço para novas formas de participação feminina e contribui para questionar a associação histórica entre masculinidade e competência produtiva rural. Nesse sentido, as mulheres entrevistadas revelam que a ampliação da presença feminina é por elas percebida como uma das transformações mais significativas do agronegócio contemporâneo.

Acho que a inclusão, principalmente da mulher. Se tu parar para ver na geração passada tinha bem menos mulheres e hoje tu vê as turmas de veterinária ou qualquer outro curso do agro é dominado por mulheres. Até a administração de grandes propriedades até um tempo atrás não se via mulheres e hoje, graças a Deus, tem muitas (Larissa).

A fala de Larissa aponta para uma quarta questão de importância na análise das mulheres entrevistadas: a feminização parcial dos espaços de formação e de gestão no agronegócio. O ingresso crescente de mulheres em cursos como Medicina Veterinária, Zootecnia e áreas de gestão rural revela mudanças importantes nos processos de profissionalização do campo. A educação formal aparece como mecanismo de legitimação da presença feminina em espaços historicamente masculinizados. Essa percepção é reforçada por Tereza, que sintetiza as principais mudanças observadas no setor ao mencionar “a questão da tecnologia, atualizações e a presença da mulher dentro do campo”. Ainda que breve, sua fala reforça a associação entre modernização técnica e ampliação da participação feminina.

Entretanto, as mulheres entrevistadas percebem que a ampliação da presença feminina não significa a superação automática das desigualdades de gênero. As mudanças ocorrem em meio a permanências culturais profundamente enraizadas na identidade rural gaúcha. Como já foi indicado nesta dissertação, a figura do produtor rural continua associada a representações de virilidade, liderança masculina e autoridade patriarcal.

Nesse contexto, as falas das mulheres entrevistadas ressaltam a tensão entre permanência cultural e a transformação social. Embora as mulheres passem a ocupar novos espaços de decisão, liderança e gestão, ainda enfrentam estruturas simbólicas que tendem a questionar sua legitimidade. Há, nesse sentido, o reconhecimento de que o avanço feminino no agronegócio ocorre de forma gradual. Ana menciona “uma mudança cultural gradual, com maior abertura para a participação feminina e para a

profissionalização do campo”. Já Talita sintetiza de maneira emblemática essa transformação ao afirmar:

Mudou muita coisa, a tecnologia entrou com força no agronegócio, hoje tudo é mais técnico e profissional. Também mudou a forma de gerir, de negociar. E eu sinto que as mulheres estão mais presentes, mais visíveis. Antes a gente ajudava, agora a gente decide também (Talita).

A expressão “antes a gente ajudava, agora a gente decide também” possui forte importância simbólica, pois revela a passagem de uma condição de invisibilidade e subordinação para outra marcada pelo reconhecimento da capacidade de decisão e liderança feminina. Trata-se de uma mudança que não se limita ao plano econômico, mas alcança o campo da subjetividade, da identidade e do reconhecimento social.

As mulheres entrevistadas indicam, portanto, que a modernização do agronegócio na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul produz reconfigurações dos papéis sociais no meio rural. A incorporação de tecnologias, o empresariamento da produção e a profissionalização da gestão criam novas possibilidades de inserção feminina, ampliando espaços de autonomia, visibilidade e participação nas decisões produtivas. Ao mesmo tempo, esses avanços convivem com permanências culturais associadas à masculinização histórica do agronegócio e da identidade gaúcha.

Assim, o processo de modernização não deve ser compreendido apenas como mudança técnica, mas como transformação social mais ampla, que cria possibilidades de redefinição das relações de poder, das formas de reconhecimento e dos modos de ser mulher no campo. Ao apropriarem-se da tecnologia, da formação acadêmica e dos espaços de gestão, as mulheres não apenas passam a ocupar funções anteriormente restritas aos homens, mas também tensionam e ressignificam as próprias estruturas simbólicas que historicamente organizaram o agronegócio na região.

As mudanças técnicas aparecem articuladas à ampliação da presença feminina e à reconfiguração dos papéis sociais no campo. Historicamente, muitas atividades rurais foram associadas à força física e à masculinidade, o que contribuiu para restringir ou invisibilizar a participação das mulheres. As próprias entrevistadas reconhecem que, durante muito tempo, o lugar feminino no meio rural esteve vinculado aos espaços domésticos, ao cuidado e às atividades consideradas secundárias em relação à produção. Larissa, ao recordar suas primeiras experiências no campo, afirma: “A mulher realmente

é de outro papel [...]. Se a mulher se envolve, se envolve na horta, a mulher nunca se envolveu no trabalho da campanha”.

Da mesma forma, Talita destaca que, quando começou a atuar no agronegócio, a participação feminina ocorria “mais nos bastidores”, ligada “à organização, apoio e administração da casa”, distante “da linha de frente das decisões”. E Juliana observa que, no passado, as mulheres vinculadas ao espaço rural eram “geralmente filhas ou esposas dos trabalhadores das fazendas”.

Essas falas evidenciam a permanência histórica de uma divisão sexual do trabalho profundamente enraizada no meio rural, na qual os homens ocupavam os espaços de comando, decisão e produção, enquanto às mulheres eram atribuídas funções de apoio e reprodução da vida cotidiana. Como já discutido anteriormente, a cultura rural gaúcha esteve historicamente associada a representações de masculinidade vinculadas à força física, à autoridade e à liderança produtiva. Nesse contexto, mesmo quando participavam ativamente do cotidiano das propriedades, as mulheres frequentemente permaneciam invisibilizadas ou socialmente deslegitimadas.

Contudo, as entrevistas demonstram que esse contexto vem passando por transformações importantes. A modernização tecnológica e a crescente profissionalização do setor contribuíram para deslocar os critérios de legitimidade no agronegócio, reduzindo parcialmente a centralidade da força física e ampliando a valorização do conhecimento técnico, da gestão e da capacidade de organização. Assim, as mulheres passam a ocupar espaços anteriormente restritos aos homens, especialmente em funções técnicas, administrativas e de liderança. Marina expressa essa transformação de maneira significativa ao afirmar: “Hoje uma mulher, com um pouquinho de conhecimento e técnica consegue fazer sozinha com uma máquina uma coisa que antes precisava de dez homens e uma carroça”.

Sua fala evidencia que a tecnologia não apenas modifica os processos produtivos, mas também tensiona representações tradicionais sobre gênero e trabalho no campo. Ao deslocar a centralidade da força física para o domínio técnico e operacional, a modernização abre espaço para novas formas de participação feminina e contribui para questionar a associação histórica entre masculinidade e competência produtiva rural.

Nesse sentido, as mulheres entrevistadas revelam que a ampliação da presença feminina é percebida como uma das transformações mais significativas do agronegócio

contemporâneo. Como indica Larissa: “Acho que a inclusão, principalmente da mulher. [...] Hoje tu vê as turmas de veterinária ou qualquer outro curso do agro dominadas por mulheres”. Uma visão que é reforçada por Ana, quando observa que:

Hoje há mais mulheres atuando como técnicas, veterinárias, agrônomas, gestoras e produtoras rurais. Ainda não é uma igualdade plena, mas há um avanço muito significativo em relação ao passado (Ana).

As entrevistadas apontam, portanto, para um processo de feminização parcial dos espaços de formação e de gestão no agronegócio. O ingresso crescente de mulheres em cursos como Medicina Veterinária, Zootecnia, Agronomia e Administração Rural revela mudanças importantes nos processos de profissionalização do campo. A educação formal aparece como mecanismo fundamental de legitimação da presença feminina em espaços historicamente masculinizados.

Essa relação entre formação técnica e ampliação da participação feminina aparece de forma recorrente nas entrevistas. Rosa destaca que o acesso ao estudo foi decisivo para ampliar a presença das mulheres no setor: “Hoje muitas se formam em Agronomia, Veterinária, Administração, Contabilidade e outras áreas ligadas ao agro, o que trouxe mais preparo técnico e mais segurança para ocupar esses espaços”. O que é reforçado por Larissa, quando associa diretamente o avanço feminino à ampliação do acesso à educação: “A partir do momento que [as mulheres] começam a ter acesso ao estudo, começam a ir para todas as áreas”.

A educação aparece, portanto, não apenas como instrumento de qualificação profissional, mas como mecanismo de construção da autonomia, da autoestima e da autoridade feminina no agronegócio. O conhecimento técnico passa a funcionar como “capital simbólico” capaz de tensionar hierarquias tradicionais de gênero e ampliar as possibilidades de reconhecimento social.

As entrevistas também demonstram que a ampliação da participação feminina não ocorre apenas nos espaços administrativos ou técnicos, mas alcança gradualmente funções de liderança, representação institucional e tomada de decisão. Tereza afirma que atualmente as mulheres atuam “em gerenciamento e liderança”, reconhecendo que essa presença “já está rompendo com a liderança do homem no setor”. Talita também observa que hoje existem mulheres “liderando, negociando, representando propriedade em eventos”, indicando que a presença feminina passa a alcançar espaços públicos e institucionais historicamente masculinizados.

Como indicado anteriormente, não se trata de um processo linear, que ocorre sem tensões. Um dos elementos mais significativos presentes nas falas refere-se à necessidade constante de legitimação da atuação feminina. As entrevistadas relatam que precisaram demonstrar competência técnica, firmeza e segurança para conquistar reconhecimento em um espaço predominantemente masculino. Como indica Luísa:

Nós mulheres, de certa forma, temos que estar sempre validando a nossa fala [...]. Toda vez que eu falava algo sobre o assunto eu já tinha me certificado antes em uma leitura sobre aquele tema (Luísa).

Luísa evidencia que o reconhecimento feminino no agronegócio não é dado automaticamente, mas construído a partir de processos permanentes de prova de competência e validação social. A necessidade de legitimação também aparece na fala da Rosa, que afirma ter conquistado respeito “mais pelo trabalho do que pelo rótulo de ser mulher ou homem”.

Essas experiências revelam que, embora a modernização do agronegócio tenha ampliado os espaços de atuação feminina, persistem estruturas simbólicas que continuam associando autoridade, liderança e competência ao universo masculino. A inserção das mulheres nesses espaços exige, frequentemente, um esforço constante de afirmação profissional e demonstração de capacidade técnica.

Ao mesmo tempo, as entrevistas permitem perceber que as mulheres não apenas passam a ocupar espaços anteriormente masculinos, mas também atribuem novos sentidos às formas de gestão, liderança e organização do trabalho no agronegócio. Algumas entrevistadas, nessa direção, associam a presença feminina a características como organização, planejamento, diálogo, sensibilidade e atenção aos detalhes. Ana destaca: “Percebo uma maior atenção à organização, ao cuidado com os animais, à gestão financeira e ao planejamento”. E Rosa afirma que as mulheres conseguem: “Ouvir mais, cuidar das pessoas, do ambiente de trabalho e das relações, e ao mesmo tempo tomar decisões difíceis”. Talita também identifica “mais organização, sensibilidade na gestão de pessoas” e “um olhar mais humano” como marcas femininas no setor.

São falas que indicam que a ampliação da participação feminina não significa apenas a ocupação de espaços previamente masculinos, mas também a introdução de novas formas de relacionamento, gestão e organização do trabalho rural. Ainda que, em alguns casos, essas representações podem reforçar determinadas associações tradicionais entre feminilidade, cuidado e sensibilidade. O que indica que as entrevistas revelam um

movimento ambivalente: se, por um lado, as mulheres rompem barreiras históricas de inserção e liderança, por outro ainda constroem parte de sua legitimidade a partir de atributos socialmente associados ao feminino.

Um processo de mudanças, portanto, que ocorre de modo gradual. A ampliação feminina no agronegócio pode se manifestar de modo contínuo num período mais recente, porém marcado por avanços graduais, disputas simbólicas e mudanças culturais. Como enfatiza Marina:

As mulheres vêm se empoderando, trabalhando a cada geração [...], vendo que são capazes, que têm condições e se especializando para conseguir executar tanto quanto um homem (Marina).

A fala de Marina evidencia que a transformação das relações de gênero no agronegócio não ocorre como ruptura imediata, mas como processo permanente de negociação, enfrentamento de resistências e construção de novas possibilidades de atuação. Há permanências culturais que exercem forte influência sobre as relações de gênero no meio rural. Como destaca Marina, “tem as tradições que são muito fortes”, especialmente em atividades associadas ao trabalho braçal e à autoridade masculina. Rosa também reconhece que, apesar dos avanços, “ainda há uma cultura que associa liderança e autoridade ao homem”.

O processo de modernização, portanto, compreende mudanças tecnológicas, mas vai para além: é compreendido pelas mulheres entrevistadas como um processo de transformação social mais ampla, capaz de redefinir relações de poder, formas de reconhecimento e modos de ser mulher no campo. Ao apropriarem-se da tecnologia, da formação acadêmica, da gestão e dos espaços de liderança, potencialmente as mulheres não apenas passam a ocupar funções anteriormente restritas aos homens, mas também tensionam e ressignificam as estruturas simbólicas que historicamente organizaram o agronegócio.

3.2.3 Da invisibilidade à liderança: a emergência feminina

A presença das mulheres no espaço rural brasileiro sempre existiu. Porém, historicamente marcada pela invisibilidade de seu trabalho e pela exclusão dos espaços de decisão. Conforme argumenta Saffioti (1987), as relações patriarcais no campo contribuíram para naturalizar o trabalho feminino como extensão das tarefas domésticas

e familiares, retirando dele reconhecimento econômico e simbólico. Entretanto, as experiências das mulheres entrevistadas demonstram que existem espaços de mudanças que vêm sendo gradativamente construídos no contexto do agronegócio da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

Observa-se um movimento de transição da condição de “ajuda” familiar para posições efetivas de liderança, gestão e tomada de decisão. O que antes era um acompanhamento periférico das atividades rurais passa a constituir protagonismo feminino em diferentes setores da cadeia produtiva. Tal transformação não ocorre de maneira linear ou sem conflitos, mas revela um processo de redefinição das relações de gênero no campo.

Nesse sentido, pode-se falar de um processo de ressignificação da sucessão familiar e da permanência no campo. Para algumas entrevistadas, o vínculo com o meio rural ultrapassa a dimensão econômica e está associado à memória familiar, pertencimento e continuidade geracional. Contudo, diferentemente das gerações anteriores, nas quais as mulheres permaneciam restritas aos bastidores administrativos ou domésticos, mulheres da atual geração passam a reivindicar participação ativa na gestão e condução das propriedades.

A profissionalização aparece como elemento central dessa mudança. A busca por formação técnica e universitária surge como estratégia de legitimação da presença feminina no agronegócio, permitindo que as mulheres ocupem espaços historicamente masculinos não apenas pela herança familiar, mas pela competência adquirida.

Na minha época ainda de faculdade, que eu comecei a fazer estágio, a maioria das áreas em Bagé não aceitava mulher como estagiária [...] Então eu nunca desisti de trabalhar com cavalo, de pedir estágio, até que tu acha um lugar que aceita, onde tu mostra que realmente está lá para trabalhar (Larissa).

Larissa revela que a inserção feminina no setor exige persistência diante de mecanismos explícitos de exclusão, especialmente nos espaços técnicos. A necessidade constante de provar capacidade aparece de forma recorrente nas entrevistas e constitui uma questão importante: a legitimação da competência feminina em ambientes masculinizados.

As entrevistadas relatam que a entrada das mulheres no agronegócio ainda provoca resistências, sobretudo em setores mais tradicionais. A autoridade feminina

frequentemente é questionada, exigindo das mulheres maior esforço para conquistar reconhecimento profissional.

Nem sempre. Em muitos casos, há resistência, desconfiança ou necessidade constante de provar competência (Ana).

Provoca conflitos sim. Nem todo mundo aceita fácil. Ainda existe preconceito, comentários, dúvidas sobre capacidade (Talita).

Mulheres novas, recém formadas, enfrentam o preconceito principalmente da geração passada (Juliana).

Essas falas demonstram que o preconceito não se manifesta apenas de forma explícita, mas também em práticas sutis de desconfiança e resistência ao comando feminino. Conforme destaca Wanderley (2009), a emergência de novos sujeitos sociais no campo tensiona estruturas tradicionais de poder e desafia modelos historicamente masculinos de autoridade rural.

Outro aspecto recorrente nas entrevistas diz respeito à necessidade de adaptação feminina aos códigos culturais do meio rural. Nesse sentido, coloca-se a importância da construção de uma postura profissional feminina como estratégia de inserção e permanência. As entrevistadas relatam que muitas mulheres precisam desenvolver “jogo de cintura”, controlar comportamentos e até adequar vestimentas para serem respeitadas em determinados ambientes de trabalho.

Muitas vezes ainda é exigido que a mulher se adapte a um ambiente masculino, “engolindo sapos”, evitando conflitos ou tendo que impor respeito de forma constante (Ana).

Eu uso bombacha e camisa, não uso roupa justa e nem curta e decotada [...] muito provavelmente eu vou estar vestida como ele (Marina).

Muitas vezes a gente precisa ter jogo de cintura. Nem sempre dá pra confrontar tudo (Talita).

Esses depoimentos revelam como a inserção feminina ainda ocorre sob determinadas condições simbólicas impostas pela cultura masculina do campo. A aceitação da mulher frequentemente depende da maneira como ela se posiciona socialmente, fala, se veste e administra conflitos.

Ao mesmo tempo, as entrevistas demonstram que essa adaptação não significa submissão absoluta, mas uma estratégia de sobrevivência e afirmação profissional. A construção da autoridade feminina ocorre, sobretudo, pela combinação entre conhecimento técnico, postura firme e capacidade de negociação.

Acredito que a postura da mulher seja o ponto chave para que situações indesejáveis não ocorram (Juliana).

É preciso mostrar muito mais competência do que um homem precisaria mostrar (Rosa).

As experiências das entrevistadas também indicam que parte da resistência masculina é justificada por discursos de proteção às mulheres, especialmente em atividades consideradas pesadas ou perigosas. Entretanto, tal proteção frequentemente reforça mecanismos históricos de exclusão.

Alguns homens acreditam que o trabalho no campo é muito duro ou pesado para mulheres (Ana).

Eles acham que aquilo não é serviço para mulher, até ocupar o espaço e ter a confiança (Larissa).

Essa lógica evidencia como ainda persistem representações tradicionais sobre feminilidade e trabalho rural, associando o campo à força física masculina.

Por outro lado, as entrevistas apontam uma importante transformação contemporânea: o reconhecimento de características femininas como diferenciais estratégicos para o agronegócio. Indica-se, nesse sentido, um processo de valorização de competências associadas ao cuidado, organização e sensibilidade na gestão rural. As entrevistadas percebem que as mulheres introduziram novas formas de administrar propriedades e equipes, combinando eficiência técnica com atenção aos detalhes, comunicação e organização.

Muitos homens já entendem que trabalhar com mulheres qualificadas melhora os resultados porque fortalece a gestão (Rosa).

Já estão buscando também mulheres exatamente pela questão do cuidado com a vaca de leite, pela higiene e o cuidado (Larissa).

Essas manifestações indicam que a presença feminina vem sendo associada à melhoria de processos produtivos, especialmente em atividades que demandam precisão, atenção e gestão humanizada. Esse movimento confirma a análise de Cintrão (2006), segundo a qual o trabalho feminino ganha maior visibilidade quando as mulheres passam a ocupar funções de gestão, comercialização e administração estratégica.

Outro elemento importante identificado nas entrevistas é a ampliação da participação feminina em espaços públicos historicamente masculinos, como sindicatos, diretorias e eventos rurais.

Eu já era minoria por ser mulher em uma diretoria que sempre foi formada por homens [...] lugares em que sempre homens são maioria (Luísa).

Luíza demonstra como o simples deslocamento feminino para espaços públicos de representação já constitui, por si só, uma ruptura simbólica importante no meio rural.

Além disso, as entrevistadas associam o fortalecimento feminino à persistência, à união entre mulheres e ao fortalecimento da autoestima profissional: “Com união, estudo e persistência” (Talita); “Eu acho que é não desistindo” (Larissa); “De cabeça erguida e os pés no chão” (Tereza).

Essas falas revelam que o enfrentamento das desigualdades de gênero no agronegócio não ocorre apenas por transformações estruturais, mas também por trajetórias individuais de resistência cotidiana.

Nesse sentido, percebe-se que a emergência feminina no agronegócio da Fronteira Oeste não representa apenas a inclusão das mulheres em espaços antes masculinos, mas uma redefinição das próprias formas de gestão, liderança e sucessão rural. Muitas vezes, as mulheres deixam de ocupar exclusivamente posições auxiliares e passam a construir uma identidade profissional própria, legitimada pela formação, pela experiência prática e pela capacidade de adaptação aos desafios contemporâneos do setor. Há, nesse processo, uma passagem da invisibilidade para a liderança, expressão não apenas de uma mudança ocupacional, mas de uma transformação cultural mais ampla nas relações de gênero, em curso no agronegócio da região fronteira oeste do Rio Grande do Sul.

3.2.4 Conflitos, resistências e negociação simbólica

Como já foi indicado, o protagonismo feminino no agronegócio da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul não ocorre de maneira homogênea nem linear. Embora as mulheres entrevistadas reconheçam avanços importantes na ampliação da presença feminina em espaços de liderança, gestão e tomada de decisão, os relatos evidenciam que essa inserção continua permeada por conflitos, resistências e processos permanentes de negociação simbólica. A entrada das mulheres em atividades historicamente associadas ao universo masculino tensiona estruturas culturais profundamente enraizadas no meio rural, revelando que a modernização técnica do agronegócio não eliminou, necessariamente, hierarquias tradicionais de gênero. Nesse sentido, conforme argumenta Scott (1995), o

gênero constitui uma forma primária de significar relações de poder, sendo precisamente nos espaços de disputa social que tais desigualdades tornam-se mais visíveis.

As entrevistas demonstram que a presença feminina ainda é frequentemente percebida como algo excepcional dentro do agronegócio, sobretudo quando relacionada a funções de comando, operação técnica ou gestão estratégica. Mesmo diante do crescimento da qualificação profissional das mulheres, permanece a ideia de que determinados espaços continuam sendo mais adequados aos homens. Tal percepção aparece associada tanto à cultura patriarcal quanto à construção histórica do trabalho rural como um espaço masculinizado. Larissa descreve esse cenário ao refletir sobre a importância da presença de mulheres pioneiras no setor:

Tem que ter as pioneiras para mostrar que pode dar certo, de que é possível para outras começarem a ver isso, idealizar isso, que até então muita mulher nem pensava que podia, que era capaz (Larissa).

A fala revela um aspecto importante da desigualdade de gênero no meio rural: a limitação não ocorre apenas por barreiras externas impostas pelos homens ou pelas estruturas institucionais, mas também pela ausência histórica de referências femininas nesses espaços. Quando as mulheres não se reconhecem como pertencentes ao universo do agronegócio, determinadas possibilidades profissionais deixam inclusive de ser imaginadas como alcançáveis. O depoimento evidencia que a ampliação da presença feminina possui também um forte caráter simbólico, pois produz novos horizontes de identificação para outras mulheres.

Essa dimensão aparece novamente quando Larissa aborda as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no cotidiano do campo:

Eu acho que essa dificuldade ainda do machismo, dessa força, do medo, sabe, dos perigos, digamos assim, que a gente também corre estando no campo. A segurança, acho que o resumo é a segurança (Larissa).

O relato demonstra que as barreiras enfrentadas pelas mulheres extrapolam a simples disputa por espaço profissional. A questão da segurança, mencionada por Larissa, revela que a experiência feminina no meio rural é condicionada por vulnerabilidades específicas, associadas tanto à violência simbólica quanto ao medo de exposição em ambientes predominantemente masculinos. Nesse sentido, a inserção feminina exige das mulheres não apenas competência técnica, mas também a construção constante de estratégias de autoproteção e adaptação.

A necessidade de validação contínua da competência feminina aparece de maneira recorrente nas entrevistas. Talita, ao comentar o crescimento da participação das mulheres em cargos de liderança, afirma: “Está crescendo, mas ainda é minoria. Quando chega lá, geralmente é muito preparada”.

Embora a fala reconheça a qualificação feminina, ela também evidencia um mecanismo importante de desigualdade: as mulheres precisam demonstrar níveis elevados de competência para alcançar posições que, quando ocupadas por homens, tendem a ser percebidas como naturais. A legitimidade feminina continua condicionada à necessidade de comprovação constante de capacidade técnica e emocional. Tal dinâmica aproxima-se do conceito de violência simbólica desenvolvido por Bourdieu (2002), entendida como uma forma de dominação que opera de maneira naturalizada, fazendo com que desigualdades sejam percebidas como normais ou inevitáveis.

Ana também menciona como essas estruturas afetam a trajetória feminina no setor: “Muitas mulheres têm competência, mas encontram barreiras estruturais para chegar nesses espaços. Ou não acreditam em seus potenciais”. Ao relacionar barreiras externas e insegurança subjetiva, Ana evidencia como os processos de exclusão são simultaneamente sociais e simbólicos. A construção histórica do agronegócio como espaço masculino produz impactos não apenas na forma como os homens percebem as mulheres, mas também na maneira como elas próprias avaliam suas capacidades e possibilidades de atuação.

Outro aspecto fortemente presente nas entrevistas refere-se ao peso da maternidade e da dupla jornada na trajetória das mulheres. Diferentemente dos homens, cuja dedicação ao trabalho costuma ser socialmente incentivada, as mulheres permanecem associadas às responsabilidades familiares e domésticas, mesmo quando ocupam funções de liderança. Juliana evidencia essa realidade ao afirmar: “Além do preconceito já citado anteriormente, a rotina da mulher acaba sendo diferente da do homem, principalmente após a maternidade”. Ana demonstra que a maternidade continua sendo percebida como elemento central na organização das experiências femininas. O trabalho produtivo no agronegócio não elimina as responsabilidades tradicionalmente atribuídas às mulheres no espaço doméstico, gerando sobrecarga e exigindo formas permanentes de conciliação entre diferentes esferas da vida social.

Essa dimensão aparece de maneira ainda mais profunda no relato de Marina, que descreve uma situação em que sua trajetória profissional foi diretamente impactada por expectativas familiares relacionadas à maternidade:

Quando eu casei, eu voltei para casa e queria assumir uma função dentro da empresa, e os meus pais acabaram colocando o meu marido naquela função. Eles diziam que era porque eu ia ter filhos, que seria muito puxado para mim. Na época eu fiquei furiosa, não aceitei: “mas como assim vocês não vão nem me dar a oportunidade de fazer?” (Marina).

O depoimento de Marina evidencia uma forma particularmente complexa de limitação da autonomia feminina: o paternalismo protetor. Nesse caso, a exclusão não ocorre através de hostilidade explícita, mas sob a justificativa de cuidado e proteção. Conforme argumenta Saffioti (1987), o patriarcado frequentemente opera por meio de mecanismos aparentemente benevolentes, que reforçam a associação entre mulher, maternidade e cuidado familiar.

O relato de Marina, além disso, é especialmente significativo porque revela também a dimensão emocional desse processo. Sua reação de revolta demonstra que a exclusão feminina dos espaços de decisão não é percebida como natural pelas próprias mulheres, ainda que frequentemente seja legitimada pelas famílias rurais como uma escolha “mais adequada” para elas.

Além das barreiras simbólicas e familiares, as entrevistadas mostram que existem obstáculos materiais concretos para a inserção das mulheres no trabalho rural. Marina destaca que muitas propriedades ainda não possuem estruturas adequadas para receber trabalhadoras mulheres:

Como que tu vai colocar uma mulher em um banheiro compartilhado como os homens usam? Tem que ter um lugar diferente para a mulher, são pouquíssimas propriedades que eu conheço que têm isso (Marina).

O que Marina indica é que a exclusão feminina também se manifesta na própria organização física dos espaços produtivos. O agronegócio foi historicamente estruturado considerando a presença masculina como padrão, o que faz com que a entrada das mulheres exija adaptações materiais ainda pouco consolidadas em muitas propriedades rurais.

Diante dessas resistências, presentes inclusive no cotidiano de trabalho, as mulheres desenvolvem estratégias permanentes de negociação simbólica para garantir sua

permanência no setor. Em muitos casos, isso envolve adequações comportamentais, emocionais e até corporais. Marina descreve como buscava modificar sua aparência para evitar julgamentos ou questionamentos sobre sua legitimidade profissional:

Eu usava bombacha, camisa larga, sempre muito solta. Eu sempre me coloco em comparação com o cargo mais baixo que eu tenho na minha empresa, porque eu nunca quis que alguém dissesse que eu estava ali para aparecer ou por vaidade (Marina).

Marina evidencia que a presença feminina no agronegócio continua submetida a uma intensa vigilância simbólica. As mulheres precisam administrar continuamente sua aparência e comportamento para serem reconhecidas como sujeitos técnicos legítimos. Tal dinâmica aproxima-se da discussão de Butler (2003) acerca da “performatividade de gênero”, na medida em que revela como os sujeitos ajustam seus corpos e comportamentos às expectativas sociais associadas a determinados espaços. Nesse contexto, a neutralização de marcas associadas à feminilidade surge como uma estratégia de proteção e inserção profissional. A mulher precisa demonstrar competência sem parecer “feminina demais”, numa tentativa de reduzir questionamentos ou desconfianças sobre sua atuação.

Apesar dos conflitos identificados, as mulheres entrevistadas também apontam transformações importantes nas relações de gênero dentro do agronegócio. Elas reconhecem o crescimento de espaços voltados à valorização da presença feminina, especialmente em eventos, organizações e redes de apoio. Ana, por exemplo, destaca a importância desses espaços para a construção de novas referências femininas: “Esses espaços dão visibilidade, troca de experiências entre mulheres que já ‘abriram caminhos’, já passaram por situações que eu não tive de passar”. Ela associa ainda essas mudanças a transformações geracionais: “Vejo que hoje a nova geração de profissionais mulheres já está entrando facilmente no mercado de trabalho”.

As mulheres entrevistadas demonstram que a maior visibilidade feminina produz impactos significativos no imaginário social do meio rural. A presença de mulheres em posições de liderança passa a funcionar como elemento inspirador para outras mulheres, contribuindo para ampliar a percepção de pertencimento feminino ao agronegócio. Larissa também enfatiza essa dimensão simbólica ao comentar a importância dos eventos voltados à participação feminina:

Esses eventos servem como uma janela para todo mundo ver que é possível para as mulheres verem que elas podem fazer isso, é uma fonte de inspiração (Larissa).

O que Larissa destaca é que a transformação das relações de gênero no agronegócio depende não apenas da ocupação concreta de cargos, mas também da construção pública de novas referências femininas de autoridade, competência e pertencimento. Nesse processo, redes de apoio, capacitação e troca de experiências aparecem como elementos fundamentais. É nessa direção que Tereza ressalta: “Mais capacitações, palestras voltadas ao grupo feminino, rodas de conversas e trocas de ideias com o que passam no dia a dia”. Já Talita enfatiza: “Mais incentivo, mais formação, mais visibilidade e políticas que garantam igualdade de oportunidades”.

As entrevistas revelam, portanto, que o fortalecimento da participação feminina no agronegócio não ocorre apenas por trajetórias individuais de superação, mas também através da construção coletiva de espaços de apoio, reconhecimento e legitimação social.

Ao mesmo tempo, algumas entrevistadas defendem que o avanço feminino depende também da naturalização da presença das mulheres em espaços de liderança. Rosa argumenta: “Liderança não deveria ter gênero. Ninguém discute liderança masculina, então não faz sentido ficar ‘rotulando’ liderança feminina”. A manifestação de Rosa é expressão de uma perspectiva importante, presente entre parte das entrevistadas: o desejo de que a presença feminina deixe de ser tratada como exceção e passe a ser percebida como “algo natural” dentro do agronegócio. Ainda assim, o próprio fato de essa reivindicação aparecer nas entrevistas revela que essa naturalização ainda está em processo de construção.

Assim, os relatos analisados demonstram que a ampliação da participação feminina no agronegócio da Fronteira Oeste ocorre através de um processo contínuo de disputa simbólica, negociação e transformação cultural. Embora persistam estruturas patriarcais, desigualdades e mecanismos de resistência, as mulheres vêm produzindo novas formas de autoridade e reconhecimento no meio rural. Através da qualificação, da permanência e da construção de redes coletivas de apoio, elas tensionam padrões tradicionais de gênero e ampliam progressivamente sua legitimidade em espaços historicamente masculinos.

Nesse sentido, as narrativas analisadas demonstram que os conflitos enfrentados pelas mulheres no agronegócio da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul não podem ser

compreendidos apenas como experiências individuais ou episódios isolados de preconceito. Os relatos evidenciam a persistência de uma estrutura relacional de gênero historicamente construída no meio rural, na qual a autoridade, a competência técnica e a legitimidade dos espaços de comando continuam sendo socialmente associadas ao universo masculino. Assim, mesmo diante do avanço feminino em posições de liderança e gestão, permanece ativa uma lógica simbólica que exige das mulheres validação constante, maior comprovação de competência e adaptação contínua aos códigos culturais predominantes no setor.

As entrevistas revelam ainda que a inferiorização feminina não se manifesta apenas em formas explícitas de discriminação, mas também através de mecanismos cotidianos de desconfiança, exclusão velada e paternalismo protetor, nos quais o cuidado e a proteção acabam funcionando como formas ambivalentes de controle da autonomia feminina. Nesse contexto, as estratégias de negociação simbólica desenvolvidas pelas mulheres, como a adaptação comportamental, a gestão da aparência, a neutralização de marcas de feminilidade e o investimento constante em qualificação, surgem como condições fundamentais para sua permanência e reconhecimento profissional em ambientes ainda fortemente masculinizados.

Ao mesmo tempo, os depoimentos indicam que o agronegócio passa por um processo gradual de transformação cultural, marcado pela valorização crescente da competência técnica como critério legítimo de reconhecimento profissional. Embora as resistências persistam, especialmente entre gerações mais antigas vinculadas a modelos tradicionais de organização patriarcal do campo, observa-se a ampliação de redes femininas de apoio, espaços de formação e estratégias coletivas de fortalecimento da participação das mulheres no setor.

3.2.5 Subjetividade, autoestima e identidade.

A construção da subjetividade feminina no agronegócio da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul ocorre em meio a transformações nas relações de gênero no espaço rural. Mais do que mudanças ocupacionais ou econômicas, as experiências relatadas pelas entrevistadas revelam alterações na maneira como essas mulheres percebem a si mesmas, compreendem seu lugar social e constroem sentidos sobre autonomia, pertencimento, competência e reconhecimento. Conforme discutem Boris e Cesidio (2007), a

subjetividade corresponde à forma como o sujeito se posiciona no mundo, sendo continuamente produzida pelas experiências sociais, culturais e históricas vividas ao longo da trajetória individual.

Nesse sentido, os relatos demonstram que a inserção feminina no agronegócio vem produzindo mudanças identitárias significativas. As mulheres deixam gradativamente de se perceber apenas como auxiliares invisíveis do trabalho masculino para construir uma autoimagem vinculada à liderança, à tomada de decisão e à competência técnica. Como indicado, essa transformação subjetiva não ocorre sem tensões. O agronegócio permanece condicionado por valores patriarcais historicamente consolidados, que continuam produzindo inseguranças, cobranças e conflitos internos relacionados ao pertencimento feminino nesses espaços. Talita descreve de maneira bastante significativa esse processo de reconstrução da própria identidade:

No começo eu me sentia meio ‘fora do lugar’, como se eu tivesse que provar o tempo todo que eu era capaz. Com o tempo, fui percebendo que eu não precisava me encaixar num molde masculino pra dar certo. Hoje eu me vejo mais forte, mais segura, com orgulho da minha trajetória. Sinto que meu lugar é onde eu quiser estar. O agronegócio me ensinou que eu posso ocupar espaços que antes nem imaginava, e isso mexeu profundamente com a forma como eu me enxergo como mulher (Talita).

Talita evidencia que a experiência feminina no agronegócio envolve inicialmente um sentimento de deslocamento simbólico. A percepção de estar “fora do lugar” revela como determinados espaços ainda são socialmente concebidos como masculinos, exigindo das mulheres um processo contínuo de legitimação de sua presença. Ao mesmo tempo, seu relato demonstra um importante movimento de ruptura subjetiva: a rejeição da necessidade de adaptação a um “molde masculino” para conquistar reconhecimento profissional.

Essa dimensão é especialmente relevante porque evidencia que a transformação da subjetividade feminina não significa masculinização, mas sim a construção de novas formas de pertencimento e autoridade dentro do espaço rural. Nesse sentido, a identidade profissional dessas mulheres passa a ser construída a partir da integração entre feminilidade, competência técnica e autonomia. Juliana também enfatiza esse deslocamento identitário ao afirmar:

Passei a me reconhecer não apenas como participante, mas como a pessoa que toma decisões. Isso impactou diretamente minha compreensão sobre meu lugar social, deixei de me perceber como exceção e passei a me ver como parte da transformação do setor (Juliana).

O depoimento de Juliana demonstra que a participação ativa nos processos de gestão e tomada de decisão produz impactos profundos sobre a forma como essas mulheres compreendem seu próprio valor social. Juliana deixa de se perceber como uma figura marginal ou excepcional para reconhecer-se como sujeito legítimo dentro das transformações contemporâneas do agronegócio.

Essa mudança subjetiva pode ser relacionada à discussão proposta por Nogueira (2001) acerca da construção social dos papéis de gênero. Segundo a autora, os discursos culturais produzem expectativas diferenciadas sobre homens e mulheres, limitando historicamente a atuação feminina a posições secundárias ou de apoio. As entrevistas demonstram, contudo, que a ocupação de espaços estratégicos no agronegócio vem alterando não apenas a percepção social sobre as mulheres, mas também a maneira como elas próprias se percebem.

A questão da autoconfiança aparece como um dos elementos centrais nesse processo de transformação subjetiva. Ana afirma:

O agronegócio fortaleceu minha autonomia andando por quilômetros de estradas rurais sozinha, senso de responsabilidade humana na produção de alimentos, valor pessoal, além de fortalecer minhas raízes e minha responsabilidade com quem veio antes e construiu o legado (Ana).

Ana indica que a experiência profissional no agronegócio não produz apenas reconhecimento técnico, mas também fortalecimento emocional e identitário. A autonomia construída através da vivência cotidiana no campo permite que ela desenvolva maior segurança sobre sua própria capacidade, ampliando sua percepção de valor pessoal e pertencimento ao espaço rural.

Ao mesmo tempo, as mulheres entrevistadas revelam que esse fortalecimento subjetivo convive com cobranças permanentes e sentimentos de exaustão. Ana acrescenta: “Aumentou minha autoestima e confiança porque me provo todos os dias que sou capaz, embora também traga cobranças constantes”.

Sua manifestação evidencia uma dimensão importante da experiência feminina no agronegócio: a necessidade contínua de comprovação de competência. A autoestima é fortalecida pela superação dos desafios cotidianos, mas permanece condicionada pela pressão constante de corresponder às expectativas de desempenho impostas às mulheres em ambientes masculinizados.

Tal dinâmica aproxima-se da discussão de Matos e Madalena (2022) acerca das “crenças centrais”, entendidas como esquemas subjetivos profundamente internalizados que definem percepções que os sujeitos têm de si mesmos. Em um contexto historicamente marcado pela exclusão feminina dos espaços de comando, muitas mulheres crescem assimilando a ideia de que determinados lugares não lhes pertencem. A experiência profissional no agronegócio atua, portanto, como um processo gradual de reconstrução dessas crenças sobre capacidade, competência e legitimidade. Essa reconstrução aparece de forma muito clara no relato de Rosa: “Hoje eu me vejo como alguém que decide, que resolve, que constrói. Isso muda a forma como eu me coloco no mundo. Eu sei o que entrego e sei o meu valor”.

A manifestação de Rosa indica que a autoestima dessas mulheres está profundamente vinculada à percepção de utilidade, competência e capacidade de resolução. O reconhecimento profissional passa a funcionar como elemento estruturante da identidade feminina contemporânea no campo. Rosa complementa:

Cada decisão tomada, cada problema resolvido, cada resultado alcançado fortalece a autoestima. Tu começa a se ver como alguém capaz, necessária, forte (Rosa).

A experiência cotidiana de tomada de decisão aparece, assim, como elemento central na construção do autoconceito feminino. A autoestima está diretamente relacionada à avaliação valorativa que o indivíduo realiza sobre si mesmo. No caso das entrevistadas, o enfrentamento dos desafios profissionais produz um fortalecimento progressivo da percepção de capacidade pessoal e legitimidade social (Sbicigo, Bandeira, Dell’Aglia, 2010).

As entrevistas também revelam que essa construção subjetiva não ocorre de maneira homogênea. Algumas mulheres relatam ter desenvolvido desde cedo uma percepção de competência vinculada ao ambiente rural. Larissa, por exemplo, afirma: “Eu sempre achei que eu era capaz, que era possível eu fazer o que eu faço, eu já fui criada aqui, neste meio”. Ainda assim, mesmo demonstrando segurança pessoal, Larissa reconhece que o ambiente do agronegócio continua produzindo expectativas contraditórias sobre o comportamento feminino:

Eu não concordo com essas coisas extremistas que tem hoje de que tu tem que deixar de ser 100% feminina para ser mulher do agro ou para ser mulher do agro tu tem que ser 100% feminina. Eu acho que tem que ter um meio termo (Larissa).

O que a manifestação de Larissa revela é que a subjetividade feminina no agronegócio contemporâneo também envolve negociações constantes entre identidade profissional e feminilidade. Diferentemente de períodos anteriores, nos quais a inserção feminina frequentemente exigia a neutralização de marcas associadas ao feminino, as entrevistadas demonstram buscar formas mais integradas de construção identitária, nas quais competência técnica e feminilidade não apareçam como elementos incompatíveis.

A experiência da maternidade surge igualmente como elemento importante na constituição subjetiva dessas mulheres. Marina relata de forma bastante intensa as dificuldades enfrentadas durante o retorno ao trabalho após tornar-se mãe:

A maternidade é um baixo na nossa carreira [...]. Eu senti muita dificuldade de voltar a trabalhar, medo de não conseguir fazer as coisas, medo de me frustrar, de não me respeitarem, medo de errar (Marina).

Marina revela como a maternidade continua impactando profundamente a autopercepção profissional feminina. O medo da perda de reconhecimento e da diminuição da capacidade produtiva aparece associado a sentimentos de insegurança e fragilidade subjetiva. Entretanto, Marina também descreve o retorno ao trabalho como um processo de reconstrução de sua autoestima:

Eu fui puxada, fui buscada porque eu precisava voltar ao meu trabalho e também sentir que tu tinha valor [...], e trabalhar foi o que fez minha autoestima florescer, me sentir capaz e valorizada (Marina).

Marina mostra que o trabalho produtivo ocupa um lugar central na identidade dessas mulheres. O reconhecimento profissional não representa apenas independência econômica, mas também pertencimento social, valorização subjetiva e reconstrução da autoconfiança.

Outro aspecto importante identificado nas entrevistas refere-se às mudanças na percepção masculina sobre as mulheres no agronegócio. As entrevistadas relatam que a convivência cotidiana e os resultados profissionais vêm alterando gradualmente visões tradicionais sobre capacidade feminina. Juliana afirma: “quando ocupamos espaços estratégicos e entregamos resultados positivos, há uma mudança da visão tradicional para uma lógica de percepção positiva”. Rosa complementa: “no começo alguns estranham, outros duvidam, mas com o tempo passam a respeitar”.

O que os relatos de Ana e de Rosa indicam é que a competência técnica atua como importante mecanismo de transformação simbólica das relações de gênero no meio rural. A presença constante de mulheres em espaços de liderança contribui para enfraquecer representações tradicionais associadas à incapacidade feminina.

Ainda assim, as entrevistas revelam que essas mudanças permanecem marcadas por desigualdades geracionais. Ao compararem suas trajetórias com as de suas mães, as entrevistadas identificam diferenças profundas na forma como cada geração compreende o significado de “ser mulher no agronegócio”. Ana descreve essa diferença de maneira bastante expressiva:

Para a minha mãe, ser mulher no agronegócio significava, sobretudo, trabalhar muito sem reconhecimento, estar nos bastidores, apoiando a família, o marido e a propriedade [...]. No meu caso [...], significa ocupar espaços de forma mais visível, ter acesso à formação técnica, poder opinar, decidir e ser reconhecida como profissional (Ana).

Da mesma forma, Rosa afirma:

Minha mãe provavelmente diria que ser mulher no agronegócio era ajudar, apoiar, cuidar, estar nos bastidores. Eu digo que é decidir, liderar, negociar, errar, acertar e seguir em frente.” (Rosa)

Ana e Rosa evidenciam uma importante transformação histórica da identidade feminina no espaço rural. Enquanto gerações anteriores eram associadas à invisibilidade, ao apoio doméstico e à participação indireta no trabalho produtivo, as mulheres entrevistadas constroem suas identidades a partir da ação, da liderança e da tomada de decisão. Tal mudança pode ser relacionada à discussão de Del Priore (2004) sobre a trajetória histórica das mulheres no Brasil, marcada pela luta gradual por reconhecimento social, voz pública e autonomia. No contexto do agronegócio, essa transformação assume características específicas, pois ocorre dentro de um espaço tradicionalmente associado à masculinidade, à autoridade patriarcal e à divisão sexual rígida do trabalho.

As entrevistas demonstram ainda que a experiência feminina no agronegócio contemporâneo vem produzindo sentimentos de orgulho, pertencimento e responsabilidade coletiva. Talita afirma: “minha trajetória não é só minha, ela representa muitas outras mulheres que vieram antes e as que ainda estão começando”. Juliana também reconhece sua trajetória como parte de um processo mais amplo: “entendo minha trajetória como parte de um movimento maior de reposicionamento das mulheres no

setor”. Talita e Juliana revelam que a construção da subjetividade feminina no agronegócio ultrapassa experiências individuais, assumindo dimensão coletiva e histórica. As mulheres passam a perceber sua atuação profissional como parte de um processo mais amplo de transformação das relações de gênero no meio rural.

Nesse sentido, a identidade feminina contemporânea no agronegócio é marcada simultaneamente pela permanência de desafios estruturais e pela emergência de novas formas de pertencimento, reconhecimento e autonomia. As entrevistas demonstram que a experiência profissional no campo vem permitindo às mulheres construir uma percepção mais positiva de si mesmas, fortalecendo autoestima, segurança técnica e legitimidade social.

Não se trata de uma superação das desigualdades de gênero historicamente consolidadas no espaço rural. A necessidade de validação constante, as cobranças relacionadas à maternidade, a dupla jornada e os mecanismos simbólicos de desconfiança continuam presentes nas experiências femininas no agronegócio contemporâneo. Ainda assim, as mulheres entrevistadas demonstram construir estratégias de resistência e fortalecimento subjetivo que lhes permitem redefinir progressivamente seu lugar social, transformando não apenas sua percepção de si mesmas, mas também os próprios significados atribuídos à presença feminina no campo.

3.2.6 Para além da inclusão: rumo a relações de gênero democráticas?

A ampliação da presença feminina no agronegócio da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul revela um movimento importante de transformação social, mas os dados empíricos demonstram que a inclusão numérica das mulheres não significa, automaticamente, a democratização das relações de gênero no setor. Conforme argumenta Fraser (2009), a justiça de gênero exige mais do que acesso formal aos espaços produtivos: requer “paridade de participação”, isto é, condições efetivas para que homens e mulheres possam atuar em igualdade simbólica, política e material. Nesse sentido, as entrevistas evidenciam que a presença feminina vem ampliando perspectivas de gestão, alterando dinâmicas de liderança e tensionando estruturas tradicionais, porém ainda coexistem práticas de deslegitimação, hierarquização e resistência cultural que limitam a construção de relações plenamente democráticas.

Uma das questões centrais identificadas nas entrevistas refere-se à tensão entre inclusão formal e reconhecimento efetivo. Em diferentes falas, as entrevistadas reconhecem avanços importantes na ocupação de cargos estratégicos, na participação em sindicatos, feiras e espaços decisórios, mas enfatizam que a mulher ainda é frequentemente percebida como exceção dentro do universo produtivo rural. A permanência dessa lógica demonstra que a inserção feminina continua sendo condicionada pela necessidade constante de legitimação. Ana sintetiza essa percepção ao afirmar:

Ainda é necessário enfrentar mudanças culturais profundas. O agronegócio precisa superar visões que colocam a mulher como exceção, apoio ou presença secundária. É fundamental reconhecer o trabalho feminino como profissional e legítimo, garantir igualdade de oportunidades, respeito nos espaços de decisão e condições que considerem as múltiplas jornadas que muitas mulheres enfrentam (Ana).

Ana evidencia que o principal desafio contemporâneo não é apenas garantir presença, mas transformar os significados atribuídos ao trabalho feminino. Nesse aspecto, as entrevistas apontam para a persistência de uma divisão simbólica do trabalho rural, na qual a autoridade masculina ainda aparece como referência natural de comando. As entrevistas demonstram que essa lógica ainda permanece ativa.

Rosa explicita essa problemática ao defender que o reconhecimento da mulher deve deixar de estar vinculado à ideia de apoio complementar:

Precisa mudar a forma de olhar. Parar de achar que a mulher ‘ajuda’ e começar a ver que ela lidera, decide e responde. Também precisa ter mais espaço real para a mulher participar das decisões grandes” (Rosa).

Essa mudança de percepção aparece como condição fundamental para a democratização das relações de gênero. O que está em disputa não é apenas a execução de tarefas, mas a legitimidade da mulher como sujeito de decisão econômica e política dentro do agronegócio.

As entrevistas também revelam que o processo de democratização é condicionado por mecanismos sutis de resistência masculina, muitas vezes naturalizados no cotidiano produtivo. Juliana define esse fenômeno como uma “cultura machista implícita”, indicando que o preconceito contemporâneo nem sempre assume formas abertas de exclusão, mas permanece presente em pequenas desconfianças, dificuldades de acesso a

posições estratégicas e necessidade permanente de validação técnica. Nesse sentido, Juliana afirma:

Acho que é necessário reduzir essa cultura machista implícita, aumentar o acesso a posições estratégicas e fortalecer políticas institucionais que equilibram os papéis de homens e mulheres. Além disso, é fundamental reconhecer formalmente o trabalho feminino, inclusive na gestão familiar rural, que historicamente foi invisível (Juliana).

A manifestação de Juliana remete diretamente à reflexão de Kergoat (2003), para quem a divisão sexual do trabalho constitui uma relação social estruturada pela hierarquização do masculino sobre o feminino. O poder masculino não se manifesta apenas pela exclusão direta, mas pela naturalização da ideia de que a mulher precisa comprovar continuamente sua capacidade para ocupar lugares que aos homens são automaticamente atribuídos. Essa exigência de comprovação permanente aparece de forma muito intensa no relato de Luísa, especialmente quando descreve sua inserção na gestão da propriedade após o falecimento do pai:

No início não foi fácil porque tem o estigma desse meio cultural em que a gente vive, os homens muito machistas. Eu tive que trocar os funcionários porque eles não me obedeciam, eu falava e era ignorada, eles faziam o que queriam, então eu troquei todos os funcionários” (Luísa).

Luísa evidencia que o conflito não estava relacionado à capacidade técnica da entrevistada, mas à dificuldade de aceitação da autoridade feminina em um espaço historicamente masculinizado. A resistência à liderança da mulher aparece, portanto, como resistência simbólica à redistribuição do poder.

A experiência de Luísa também demonstra que a democratização das relações de gênero no agronegócio não ocorre de maneira consensual ou linear; ela envolve enfrentamentos cotidianos, negociações constantes e estratégias de afirmação da autoridade. Em diversos momentos, as entrevistadas relatam que precisam recorrer à formação técnica, ao estudo e à especialização como formas de neutralizar o preconceito estrutural. Nesse aspecto, Luísa afirma:

Em algum momento tu vai escutar alguém dizendo ‘tu não entende e não é a tua área’, então eu acho que a vivência, a prática e o estudo vão te dar um embasamento melhor para enfrentar toda a situação (Luísa).

Novamente, a necessidade de “estar sempre validando a fala”, presente em diferentes entrevistas, evidencia o que Bourdieu (2002) denomina violência simbólica: a

imposição de critérios desiguais de legitimidade. Enquanto a autoridade masculina tende a ser presumida, a autoridade feminina precisa ser permanentemente demonstrada por meio de desempenho superior, qualificação contínua e resultados concretos.

Uma outra questão relevante, identificada nas entrevistas, refere-se às desigualdades estruturais que dificultam a consolidação de relações mais democráticas no setor. As mulheres relatam que o espaço rural ainda é organizado materialmente a partir de uma lógica masculina, tanto em termos de segurança quanto de infraestrutura. Larissa destaca a questão da vulnerabilidade feminina no campo:

Eu vejo assim, a questão da segurança como o maior desafio para nós mulheres. [...] Eu estou mais vulnerável que um homem campereando. [...] Acho que no agronegócio muita coisa mudou em questão de tecnologia que ajuda as mulheres, mas a segurança principalmente ainda é um problema (Larissa).

Na mesma direção, Marina chama atenção para a ausência de condições estruturais adequadas à permanência feminina no trabalho rural:

Eu acho que se tivesse mais opção de estrutura seria melhor. [...] São pouquíssimas propriedades que têm alojamento feminino, banheiro separado, espaço pensado para mulheres.” (Marina)

As manifestações de Larissa e de Marina dialogam diretamente com a perspectiva de Biroli (2018), segundo a qual a democracia de gênero depende também das condições materiais de existência. Não basta permitir simbolicamente a entrada das mulheres; é necessário que o espaço produtivo seja reorganizado para garantir segurança, dignidade e permanência.

Apesar das tensões e resistências, as entrevistas também apontam para processos importantes de transformação cultural. Diferentes entrevistadas percebem mudanças graduais na forma como homens passam a reconhecer a presença feminina no setor, especialmente quando convivem com mulheres em posições técnicas e decisórias. Talita observa:

Quando eles começam a ver mulheres decidindo, negociando, liderando equipe, entendendo de números e de campo, alguma coisa muda. Nem todos aceitam fácil, mas muitos passam a respeitar. A presença constante da mulher faz com que a imagem antiga, de que só homem entende do assunto, vá perdendo força (Talita).

Esse reconhecimento gradual da competência feminina demonstra que a convivência cotidiana produz deslocamentos importantes nas representações tradicionais de gênero. A autoridade passa a ser construída menos pelo sexo e mais pela capacidade de gestão, resolução de problemas e entrega de resultados. Rosa reforça essa perspectiva ao afirmar: “quando homens e mulheres decidem juntos, o ambiente fica mais humano, mais completo e mais equilibrado”.

O que Rosa indica é que a democratização das relações de gênero não é percebida pelas entrevistadas como disputa entre homens e mulheres, mas como possibilidade de construção de relações mais colaborativas e menos hierarquizadas. O objetivo não é substituir uma dominação por outra, mas ampliar a horizontalidade nas relações de poder.

Outro aspecto relevante diz respeito à busca pela naturalização da presença feminina no agronegócio. Em diferentes entrevistas, surge o desejo de que o debate sobre “mulher no agro” deixe de existir como algo extraordinário, tornando-se parte ordinária da dinâmica produtiva. Juliana afirma: “Gostaria que o reconhecimento da competência feminina deixasse de ser tratado como exceção ou diferencial e passasse a ser compreendido como algo natural”. Da mesma forma, Talita declara: “Eu gostaria que não fosse mais necessário falar sobre ‘mulher no agro’ como algo diferente. Que fosse natural. Que competência fosse o único critério”.

Essas falas revelam uma mudança importante na própria concepção de igualdade defendida pelas entrevistadas. O objetivo não é apenas ampliar espaços exclusivos para mulheres, mas construir um contexto em que o gênero deixe de operar como marcador central de legitimidade profissional.

Ao mesmo tempo, as entrevistadas reconhecem que essa transformação ainda é desigual e condicionada por temporalidades distintas. As gerações mais jovens demonstram maior abertura à participação feminina, enquanto setores mais tradicionais mantêm estruturas de autoridade fortemente masculinizadas. A democratização aparece, portanto, como um processo em curso, marcado por avanços, ambiguidades e permanências históricas.

A participação em sindicatos, feiras agropecuárias, comissões jovens e eventos como a Expointer é percebida como elemento fundamental nesse movimento de mudança cultural. Esses espaços permitem visibilidade, formação de redes de apoio e

fortalecimento coletivo da presença feminina no setor. Ana destaca que esses ambientes ampliam o reconhecimento social das mulheres:

Que homens e mulheres possam atuar como parceiros, compartilhando decisões, responsabilidades e méritos, contribuindo para um setor mais justo, humano e sustentável (Ana).

Nesse sentido, a democratização das relações de gênero no agronegócio não depende apenas da inserção individual de mulheres em cargos de liderança, mas da transformação gradual das estruturas simbólicas, culturais e institucionais que sustentam a desigualdade.

Portanto, as entrevistas demonstram que o agronegócio da Fronteira Oeste vive um momento de transição histórica, no qual coexistem permanências patriarcais e movimentos concretos de transformação. A presença feminina já não pode mais ser reduzida apenas à lógica da “ajuda” ou do apoio invisível; ela se afirma cada vez mais como presença técnica, gestora e decisória. Entretanto, a democratização efetiva das relações de gênero ainda exige o enfrentamento das desigualdades simbólicas, da necessidade permanente de validação da competência feminina, das barreiras estruturais e da persistência de culturas organizacionais masculinizadas.

As falas das entrevistadas revelam que as mudanças mais profundas ocorrem justamente quando a autoridade feminina deixa de ser percebida como exceção e passa a integrar naturalmente o cotidiano produtivo do campo. Nesse processo, estudo, qualificação, permanência e redes de apoio aparecem como estratégias fundamentais de transformação social. Mais do que inclusão, o que está em curso é uma lenta reconstrução das formas de poder, reconhecimento e pertencimento dentro do agronegócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo compreender como a maior participação das mulheres no agronegócio condiciona os processos de formação da subjetividade feminina, tomando como recorte empírico as experiências de mulheres atuantes no agronegócio da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Partiu-se do reconhecimento de que, embora o agronegócio brasileiro constitua um dos setores econômicos mais relevantes do país e apresente crescente inserção feminina em diferentes níveis de atuação, suas formas históricas de organização permanecem estruturadas por desigualdades de gênero, pela divisão sexual do trabalho e por representações tradicionalmente associadas ao protagonismo masculino no meio rural.

Ao longo do trabalho, buscou-se compreender não apenas o aumento quantitativo da presença feminina no setor, mas sobretudo os significados sociais, culturais e subjetivos produzidos por esse processo. Nesse sentido, a dissertação procurou analisar como as mulheres constroem suas identidades, produzem reconhecimento social e negociam posições de poder em um espaço historicamente masculinizado. Mais do que observar mudanças ocupacionais, interessou compreender como tais transformações condicionam processos de subjetivação e produzem novas formas de pertencimento, autonomia e reconhecimento.

No que se refere ao primeiro objetivo específico (investigar o processo histórico de mudanças no agronegócio e a ampliação da participação feminina em atividades econômicas e espaços de prestígio), os resultados demonstraram que a presença das mulheres no setor não constitui um fenômeno recente. As narrativas das entrevistadas evidenciam vínculos históricos com o meio rural, marcados por trajetórias familiares associadas à produção agropecuária ao longo de gerações. Entretanto, também revelam que essa presença esteve, por muito tempo, invisibilizada ou subordinada a formas secundarizadas de reconhecimento.

Historicamente, o trabalho feminino no campo foi frequentemente interpretado como extensão das atividades domésticas ou como mera colaboração às atividades

masculinas, sem o devido reconhecimento econômico, técnico ou gerencial. O que se observa contemporaneamente não é o surgimento da participação feminina, mas a reconfiguração dos espaços ocupados pelas mulheres, acompanhada por maior visibilidade social, ampliação das responsabilidades assumidas e crescente legitimidade de suas atuações profissionais.

Nesse processo, destacam-se transformações importantes associadas ao acesso à educação, à profissionalização e à modernização produtiva. A presença de médicas veterinárias, zootecnistas, gestoras, técnicas agropecuárias e produtoras rurais evidencia que a formação técnica e acadêmica passou a ocupar um lugar estratégico na construção de trajetórias profissionais femininas no agronegócio contemporâneo. O conhecimento emerge, portanto, não apenas como instrumento de qualificação, mas como mecanismo de legitimação e fortalecimento subjetivo.

Em relação ao segundo objetivo específico (compreender como a ampliação da participação feminina tensiona relações de gênero historicamente enraizadas), a dissertação demonstrou que a crescente presença das mulheres produz mudanças significativas em estruturas tradicionalmente marcadas pela predominância masculina. Contudo, tais mudanças não devem ser interpretadas de forma linear ou celebratória.

Os resultados permitem afirmar que o processo analisado é marcado por ambivalências. Ao mesmo tempo em que as mulheres ampliam sua presença em funções de liderança, gestão e tomada de decisões estratégicas, persistem formas de desigualdade relacionadas ao reconhecimento profissional, à legitimidade de sua autoridade e à reprodução de expectativas tradicionais sobre masculinidade e feminilidade.

As experiências relatadas pelas entrevistadas evidenciam que a inserção e permanência feminina no agronegócio frequentemente exigem processos permanentes de negociação, validação e demonstração de competência. As entrevistadas relataram sentir a necessidade constante de provar conhecimentos técnicos e capacidades gerenciais para alcançar níveis de reconhecimento considerados naturais quando associados aos homens. Essa constatação sugere que os avanços observados convivem com permanências históricas, produzindo contextos nos quais transformação e reprodução caminham juntas.

Sob esse aspecto, a perspectiva teórico-metodológica adotada mostrou-se particularmente relevante. A articulação entre sociologia relacional e epistemologias feministas permitiu compreender que as relações de gênero observadas não resultam de

disposições naturais ou imutáveis, mas constituem construções históricas continuamente produzidas nas interações sociais, institucionais e simbólicas. E a experiência concreta das mulheres faz diferença, pois permite interpretar as experiências das entrevistadas como processos relacionais, nos quais estrutura e agência se constituem mutuamente.

Quanto ao terceiro objetivo específico (analisar as representações construídas pelas mulheres acerca de seus espaços de poder sociocultural), os resultados evidenciam que a subjetividade feminina no agronegócio é construída em um movimento contínuo de tensionamento entre tradição e transformação.

As mulheres entrevistadas foram socializadas em contextos influenciados pelo tradicionalismo gaúcho, no qual a figura masculina ocupa, historicamente, posição central nas narrativas sobre produção rural, autoridade e liderança. Entretanto, suas trajetórias revelam processos graduais de redefinição identitária, nos quais novas formas de pertencimento e reconhecimento passam a ser construídas.

As narrativas demonstram que família, trabalho, educação, vínculos afetivos com a terra e experiências profissionais atuam conjuntamente na constituição dessas subjetividades. O pertencimento ao meio rural aparece não apenas como herança econômica ou patrimonial, mas como experiência simbólica e emocional vinculada à construção da identidade. Ser produtora, técnica, gestora ou profissional do agronegócio aparece articulado às formas pelas quais essas mulheres compreendem a si mesmas e atribuem sentido às suas trajetórias.

Nesse processo, a subjetividade emerge como construção dinâmica e histórica. Não se trata de compreender as mulheres entrevistadas como sujeitos totalmente determinados pelas estruturas sociais, tampouco como agentes completamente autônomas. Ao contrário, suas trajetórias indicam movimentos simultâneos de condicionamento e criação, reprodução e transformação, adaptação e resistência.

Outro elemento importante refere-se ao papel da modernização tecnológica. A incorporação de novas tecnologias, a expansão da agricultura de precisão, o uso crescente de ferramentas de gestão e a profissionalização do setor contribuíram para ampliar oportunidades de inserção feminina. A redução da centralidade da força física e a valorização crescente de competências técnicas, gerenciais e analíticas produziram novas possibilidades de atuação.

Entretanto, a dissertação evidencia que modernização não significa automaticamente democratização. Os avanços tecnológicos alteram formas de organização produtiva, mas não eliminam necessariamente relações desiguais de poder. Muitas vezes, desigualdades persistem sob novas configurações, reproduzindo mecanismos sutis de exclusão, invisibilização ou desvalorização simbólica.

Nessa direção, no que se refere ao quarto objetivo específico (compreender se o aumento da participação feminina produz expectativas acerca da construção de relações mais democráticas), os resultados indicam percepções amplamente favoráveis às transformações em curso. As entrevistadas reconhecem diferenças significativas entre suas trajetórias e as experiências vividas por gerações anteriores, especialmente no acesso à formação, à participação decisória e às oportunidades profissionais.

A comparação geracional constitui, assim, um elemento importante da análise. Enquanto mães e avós frequentemente vivenciaram formas mais rígidas de exclusão dos espaços de decisão, as mulheres entrevistadas percebem ampliação concreta das possibilidades de atuação. Isso não significa o desaparecimento das desigualdades, mas indica mudanças importantes nos referenciais sociais que organizam as relações de gênero no meio rural.

Também merece destaque a dimensão coletiva observada nas experiências analisadas. A participação crescente em organizações representativas, sindicatos, grupos de liderança, entidades de classe e espaços associativos demonstra que a ampliação da presença feminina ultrapassa trajetórias individuais. Esses espaços operam como ambientes de formação, fortalecimento identitário e construção de redes de apoio, ampliando a visibilidade das questões de gênero no setor.

Do ponto de vista analítico, a dissertação permite afirmar que o processo de tornar-se mulher no agronegócio não pode ser compreendido como trajetória linear de emancipação. Trata-se de um processo contraditório, marcado por avanços parciais, disputas simbólicas e reconfigurações permanentes. As mudanças observadas não representam ruptura absoluta com estruturas tradicionais, mas evidenciam processos graduais de transformação nos quais permanências e mudanças coexistem.

Como limitação, reconhece-se que o recorte empírico adotado, concentrado na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, e o número de entrevistas realizadas não permitem generalizações sobre o conjunto do agronegócio brasileiro. Entretanto, a abordagem

utilizada não teve como propósito construir inferências universalizantes, mas compreender experiências concretas capazes de iluminar dinâmicas socioculturais mais amplas.

Nesse sentido, futuras investigações podem ampliar esse debate incorporando outras regiões do país, diferentes segmentos produtivos e perspectivas interseccionais que considerem marcadores relacionados à classe, raça, geração e território. Tais abordagens podem contribuir para uma compreensão mais ampla das múltiplas experiências femininas presentes no agronegócio contemporâneo.

Por fim, conclui-se que a maior participação das mulheres no agronegócio condiciona significativamente os processos de formação da subjetividade feminina ao ampliar experiências de autonomia, reconhecimento, pertencimento e protagonismo social. Contudo, esses processos permanecem condicionados por relações históricas de poder, desigualdades persistentes e disputas permanentes em torno da legitimidade e do reconhecimento.

As mulheres entrevistadas demonstram que o agronegócio contemporâneo já não pode ser compreendido exclusivamente a partir de referências masculinas. Sua presença crescente em atividades técnicas, gerenciais, políticas e representativas evidencia transformações importantes nas relações de gênero no campo. Mais do que ocupar novos espaços, essas mulheres participam ativamente da redefinição dos significados da presença feminina no meio rural, produzindo novas formas de liderança, pertencimento e existência social.

A construção da subjetividade feminina no agronegócio da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul revela, portanto, que tradição e transformação não operam como polos opostos, mas coexistem em processos complexos e permanentemente negociados. É precisamente nessa tensão, entre permanências históricas e possibilidades emergentes, que novas formas de ser mulher no campo continuam sendo produzidas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Rio de Janeiro: ANPOCS; São Paulo, 1992.
- AGROLIGADAS, 2021. **Elas fazendo história: Pesquisa sobre a participação feminino no agronegócio brasileiro**. Disponível em: < [Ebook Agroligadas Final | PDF](#)> Acesso: 10 de novembro, 2024.
- AGROVANCE, **Alqueire, hectare, acre, módulo fiscal**: 4 medidas de terra para você conhecer, 2023. Disponível em: <https://agroadvance.com.br/blog-alqueire-hectare-acre-modulo-fiscal/>. Consulta em: 28 mai. 2026.
- AITA, Elis Bertozzi; FACCI, Marilda Gonçalves Dias. **Subjetividade: uma análise pautada na Psicologia histórico-cultural**. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 32-47, abr. 2011.
- ALMEIDA, Eliane Moreira, GROSSI, Patrícia Krieger. **A representação da mulher no tradicionalismo gaúcho: estereótipo e subversão**. Anais do IV seminário internacional de políticas públicas, intersectorialidade e família. 2019
- ARANTES, Cássia da Silva Castro.; LEMOS, Ana Heloísa da Costa; MEDINA, Gabriel da Silva; CRUZ, José Elenilson; **O agro é masculino: discriminação profissional de mulheres no agronegócio**. Cad. EBRAPE.BR, v. 22, nº 2, Rio de Janeiro, 2024.
- ARAÚJO, Massilon. **Fundamentos de agronegócios**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO. **Números do agronegócio**. Ribeirão Preto: ABAG-RP, 2026.
- BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo. 2023. **Agronegócio: Conceito, Projeto, Implementação e Resultados Socioeconômicos no Brasil**. Aula Magna. 61º. Congresso da SOBER (julho 2023). Piracicaba-SP, Brasil.
- BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo; ALMEIDA, Alexandre Nunes. **Mulheres no agronegócio: mercado de trabalho do agronegócio brasileiro**. Piracicaba. (CEPEA). v. 3, 2019.
- BASSAN, D.; SIEDENBERG, D. Desenvolver buscando a redução das desigualdades. In: ETGES, V.; ARENDT, S. **Desenvolvimento Regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v. 2.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESÍDIO, Mirella de Holanda. **Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade**. Revista Mal estar e Subjetividade. Fortaleza, v.7, n.2, p.451-478, 2007 Disponível em < [Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade](#)>: Acesso em: 7 de novembro, 2024.

BOTELHO, Matheus Gabriel Lopes, ALMEIDA, Ruth Helena Cristo. **Juventude rural e sucessão geracional em comunidade rural da Amazônia Oriental**. Revista Contribuciones a Las Ciencias Sociales, 13(12), 1-29. 2020 Disponível em: < <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/126>>. Acesso em 29 set 2025.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2002.

BRASIL. **Censo Agrário 2017**. Disponível em <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/produtores.html> Acesso em 20 de mar de 2024.

BRUMER, Anita. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. Revista Estudos Feministas, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 205–227, 2004.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTTO, A. **Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania**. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.). Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011, p.11-34.

BUENO, Caroline Tapia; SILVA, Susana Maria Veleda da. **O patriarcado na agricultura familiar brasileira: reflexões a partir do município de São Lourenço do Sul – RS**. Revista NERA, Presidente Prudente, v. 23, n. 51, p. 280-302, jan./abr. 2020.

BURG, Inês Claudete. **As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudoeste paranaense**. 2005. 131 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102721/226752.pdf>>. Acesso em 19 jun 2025.

CAMPIGOTO, José. Narrativas e culturas de fronteira na América do Sul. **História Revista**, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 379-409, jul./dez. 2008.

CARNEIRO, Maria José. **Herança e gênero entre agricultores familiares**. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 16, p. 22-55, 2001.

CEPEA, ESALQ, USP. **PIB do Agronegócio brasileiro**. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx#:~:text=Diante%20disso%20e%20considerando%2Dse,24%25%20regis%20trados%20no%20ano%20passado.>> Acesso em: 16 maio 2026.

CEPEA. **Mulheres no agronegócio**. 2018. Disponível em <[https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Mulheres%20no%20agro_VOLU ME3\(4\).pdf](https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Mulheres%20no%20agro_VOLU%20ME3(4).pdf)>. Acesso em 19 e julho de 2024.

CIELO, I. D.; WENNINGKAMP, K. R.; SCHMIDT, C. M. A participação feminina no agronegócio: o caso da Coopavel – Cooperativa Agroindustrial de Cascavel. **Revista Capital Científico**, v. 12, n. 1, jan./mar. 2014. Disponível em: www.spell.org.br/documentos/download/33094. Acesso em: 28 fev. 2018.

CORCUFF, Philippe. **As Novas Sociologias: construções da realidade social**. São Paulo: Edusc, 2001.

COSTA, C.; MARIN, J. O. B. **Gênero e Campesinato no Sul do Brasil: Dominação masculina e transformação**. Curitiba: Editora CRV, 2018, p. 09-175.

CRAMER, L.; CAPELLE, M.; SILVA, A. Representações Femininas da Ação Empreendedora: uma Análise da Trajetória das Mulheres do Mundo dos Negócios. 2001. **Anais...** Encontro de estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, 2, 2001, Londrina. **Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2001.

DAVIS, John Herbert; GOLDBERG, Ray Allan. **A concept of agribusiness**. Boston: Harvard Business School Press, 1957.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na Agricultura à economia do Agronegócio. Mudanças climáticas em meio ao século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/UNESP, 2004.

DE PAULA, Luciane; SANT’ANA, Carolina Gomes. **A violência contra a mulher no Brasil: repercussão pública do machismo estrutural**. Fórum Linguístico, v.19, n. 1, 2022. Disponível em: < [Vista do A violência contra a mulher no Brasil: repercussão pública do machismo estrutural](#) > Acesso em 9 de novembro de 2024.

DIAS, Nitielle Floriano. **A música regional e a constituição da identidade gaúcha: as representações do gaúcho e do pampa**. 2023. 147 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Centro de Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2023.

DIAS, Nitielle; CARDIN, Eric. O homem e o pacto “narcísico da masculinidade”: a música regional como ferramenta mediadora do ideal masculino. **Tempo da Ciência**, Toledo, v. 29, n. 58, julho - dez. 2022.

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, número especial EGAL, p. 1-17, 2011.

FARIA, Nalu. **Exclusão e mulheres na América Latina**. In: SOF-SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. Feminismo e luta das mulheres: análise e debates. São Paulo: SOF, 2005.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FARSUL). **A representação feminina no sindicalismo patronal rural**. Porto Alegre: FARSUL, 2024.

FERREIRA, Priscila; TOMAIM, Cassio dos Santos. **A memória e a identidade gaúcha na Fronteira Oeste Brasileira através do documentário “A conquista do oeste” da RBS TV**. Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia V. 3, N.2, Julho-Dezembro de 2012

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética? Planejamento e Políticas Públicas**, n. 30, p. 101-130, 2007.

HARDING, Sandra. Introduction: is there a feminist method? In: HARDING, Sandra (ed.). **Feminism and methodology**. Bloomington and Indianapolis, USA: Indiana University Press, 1987.

HARDING, Sandra. **Ciencia y Feminismo**. San Sebastian de los Reyes. Ediciones Morata, 5ª ed, 1993.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, 1, 7-31, 1996.

HARDING, Sandra. Standpoint theory as a site of political, philosophic, and scientific debate. In: Harding, Sandra (Ed.). **The feminist standpoint theory reader**. New York, London: Routledge, 2004. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=qmSySHvly5IC&pg=PA1&hl=ptBR&source=gbv_toc_r&cad=2#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 15 de novembro 2024.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de; CINTRÃO, Rosângela Peixoto. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Revista Nera, Presidente Prudente, ano 9, n. 8, p. 1-28, jan./jun. 2006.

HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo. **Rio Grande do Sul, 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil meridional?** Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000.

HIRATA, Helena. **Gênero, patriarcado, trabalho e classe**. Revista Trabalho Necessário, v. 16, n. 29, p. 14–27, 2018.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **A classe operária tem dois sexos**. Tempo Social, São Paulo, v. 6, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agro 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Comércio exterior do agronegócio: desempenho recente. **Carta de Conjuntura**, Brasília, n. 63, nota 3, abr. 2024.

JOIA, Fernanda da Silveira; ORFÃO, Laura Helena. **O papel da mulher em cargos de liderança no agronegócio**. Revista Estudo & Debate, Lajeado, RS, v. 30, n. 4, 2023.

KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo, 2003. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/862885/mod_resource/content/0/Daniele%20Kergoat%20Divis%C3%A3o%20sexual%20do%20trabalho.pdf. Consulta em: 25 mai. 2026.

KOSBY, Marília. **Mugido**: ou diários de uma doula. São Paulo: Coragem, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOVATTO, Patrícia Braga; CRUZ, Patrícia Postali; MAUCH, Carlos Rogério; BEZERRA, Antônio Amaral. **Gênero, sustentabilidade e desenvolvimento: uma análise sobre o papel da mulher na agricultura familiar de base ecológica**. Redes, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 191–212, 2010.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. **As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

MARCONE, Stefania. **Igualdade de Gêneros: uma estratégia para o desenvolvimento cooperativo**. In: DALLER, Vera Lúcia Oliveira; MOREIRA, Eugênia de Moraes Aguiar (org.). Cooperativismo de Gênero. Brasília: MAPA/ACS, 2009. p. 23-40. Disponível em: < <https://repositorio-dspace.agricultura.gov.br/bitstream/1/218/1/cooperativismo-de-genero.pdf> >. Acesso em 19 jun 2025.

MARIANO, Silvana Aparecida. Agência e autonomia feminina: aportes para estudos sociológicos em contextos de pobreza urbana. **Revista Estudos Feministas**. 2021

MARIUSSO, Gabriela Géa; PORTO, Giovane Moraes. **A formação da subjetividade feminina na sociedade ocidental: o gênero e a determinação existencial**. RJLB - Revista Jurídica Luso-Brasileira, Lisboa, ano 9, n. 4, p. 693-722, 2023.

MARRA, Renata; SOUZA, Geraldo da Silva; ALVES, Eliseu. Política agrícola, produtividade e crescimento da agricultura brasileira. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 24, n. 4, p. 11-23, out./dez. 2015.

MATOS, Lara Novato de; MADALENA, Tatiana da Silveira. **A construção da subjetividade feminina, suas implicações e efeitos na pós-modernidade: uma perspectiva da terapia cognitivo-comportamental**. Cadernos de Psicologia, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, p. 4-25, jan./jun. 2022.

MELO, M.; LOPES, A. Empoderamento de mulheres gerentes: a construção de um modelo teórico de análise. **Revista Gestão & Planejamento**, Salvador, v. 13, n. 3, 2013.

MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JUNIOR, João Batista. **Agronegócio uma Abordagem Econômica**. São Paulo: Pearson, 2007.

MOITINHO, Fábio. **93% das Mulheres do Agro Sabem Que São Influentes, Mas Não São Liderança**. [Forbes Brasil](https://forbes.com.br/forbes-agro/2025/10/93-das-mulheres-do-agro-sabem-que-sao-influentes-mas-nao-sao-lideranca/), São Paulo, 22 out. 2025. Disponível em: < <https://forbes.com.br/forbes-agro/2025/10/93-das-mulheres-do-agro-sabem-que-sao-influentes-mas-nao-sao-lideranca/>>. Acesso em: 25 de jan 2026.

NADAI, Vanessa Passino; MAURER, Rodrigo Ferreira. **Conceito de Fronteira: Uma análise Geopolítica e Global**. Anais do 9º SALÃO INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - SIEPE Universidade Federal do Pampa | Santana do Livramento. 2017

NAVARRO, Zander. **A agroecologia: as coisas em seu lugar (A agronomia brasileira visita a terra dos duendes)**. Colóquio, v. 10, n. 1, p. 11-15, jan./jun. 2015.

NOGUEIRA, Conceição. **Feminismo e discurso do gênero na Psicologia Social**. Psicologia e Sociedade, v. 13, n. 13, p. 107-128, 2001.

PAULILO, Maria Ignez. **A mulher no mundo rural: o que mudou em 20 anos?** Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 149-152, 2004.

PÊCHEUX, Michel. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Análise de discurso: Michel Pêcheux**. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2011.

PINTO, Luiz Eduardo de Souza; BARBOSA, Jorge Alexandre. **A perspectiva relacional em Pierre Bourdieu**. Poiesis - Revista de Filosofia, Montes Claros, 2020.

RAGO, Margaret. **Epistemologia feminista, gênero e história**. In: PEDRO, M. J.; GROSSI, M. P. (Orgs.). Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 25-37.

RAUBER, C. **Masculinização da população rural no Rio Grande do Sul – análise a partir dos sistemas agrários**. 2010. - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

REZZUTTI, Paulo. **Mulheres do Brasil: a história não contada**. Rio de Janeiro: Leya, 2018. 320 p. ISBN 9788544107058

RIBEIRO, Marilene da Cunha. **A construção do imaginário da mulher brasileira na fronteira oeste do Rio Grande do Sul: o que revelam os jornais do período de 1890 a 1910**. 2008. 137 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

RIO GRANDE DO SUL. **A Faixa de Fronteira gaúcha e as dinâmicas de integração econômica**. Porto Alegre: Portal Oficial do Estado do Rio Grande do Sul (RS.GOV), 2015

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional (SEPLAN-RS). **Plano Plurianual PPA 2016-2019: diretrizes estratégicas regionais**. Porto Alegre: SEPLAN, 2015.

ROCHA, Nildicélia Aparecida. **A constituição da subjetividade feminina em Alfonsina Storni: uma voz gritante na América.** São Paulo. Editora UNESP, 2013.

RODRIGUES, Mauro de Rezende. **A agricultura e o desenvolvimento econômico: o caso brasileiro.** Rio de Janeiro: FGV, 1978.

ROSSITER, Margaret. **Women scientists in America: struggles and strategies to 1940.** Baltimore: The University Press. 1982. Disponível em: < [Women Scientists in America: Struggles and Strategies to 1940 - Margaret W. Rossiter - Google Livros](#) > Acesso em 15 de novembro 2024.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero patriarcado violência** - 2.ed.— São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SALES, Celecina Maria Veras. **Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos.** Estudos Feministas, Florianópolis, 15 (2); 240, maio-agosto 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2006.

SANTOS, Milton. **O retorno do território.** Observatório Social de América Latina, Buenos Aires, v. 16, p. 251–261, 2005.

SCHNEIDER, Clair et. al. Mulheres rurais e o protagonismo no desenvolvimento rural: um estudo no município de Vitorino, Paraná. **Interações**, Campo Grande, v. 21, n. 2, p. 245-258, abri./jun. 2020.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? Feminismo, Ciência e Tecnologia.** Salvador, Redor/NEIM-FFCH/UFBA, 2002.

SAUER, S.; LEITE, S. Expansão Agrícola, Preços e Apropriação de Terra Por Estrangeiros no Brasil. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 50, Nº 3, p. 503-524, Jul/Set – Impressa em Setembro de 2012.

SBICIGO, Juliana; BANDEIRA, Denise; DELL’AGLIO, Débora. Escala de Autoestima de Rosenberg (EAR): validade fatorial e consistência interna. **Psico-USF**, v. 15, n. 3, p. 395-403, set./dez. 2010.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Porto Alegre, Educação & Realidade, v. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em < [Vista do Gênero: uma categoria útil de análise histórica](#) >. Acesso em: 26 de setembro de 2024.

SESSO FILHO, Umberto Antônio; GUILHOTO, Joaquim José Martins; RODRIGUES, Rossana Lott; MORETTO, Antônio Carlos; GOMES, Magno Rogério. **Geração de renda, emprego e impostos no agronegócio dos estados da região sul e restante do Brasil.** Revista Economia & Tecnologia, [S. l.], v. 7, n. 2, 2011.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres Agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. **Pensamiento iberoamericano**, v. 9, p. 169-184, 2011.

SILVA, Brenda Ribeiro da; REDIN, Ezequiel. **Lugar de mulher é onde ela quiser: os desafios das mulheres no mercado de trabalho dos agronegócios**. Revista Estudo & Debate, Lajeado, RS, v. 27, n. 3, 2020.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP/IE, 2002.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Trabalho e capital no campo brasileiro: mutações e contradições**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima. **Oito observações para se pensar teórica e metodologicamente o desenvolvimento regional: uma contribuição ao debate**. In: SILVEIRA, Rogério Leandro Lima; DEPOINT, Cidonea Machado; FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan (Orgs.). Reflexões teóricas e metodológicas sobre desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2020.

SOUZA, G. L.; ALMEIDA, A. N. **Agronegócio: gestão, tecnologia e inovação**. São Paulo: Atlas, 2018.

SPANEVELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo. **Desenvolvimento e gênero: um olhar sobre o rural a partir da perspectiva de Amartya Sen**. Desenvolvimento Rural e Gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

TASSO, Caroline Garcia; SPANEVELLO, Rosani Marisa. **O papel das mulheres nas propriedades rurais e a construção da sucessão geracional**. In: COLÓQUIO NACIONAL, 5.; INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM AGRONEGÓCIOS, 1., 2022, Palmeira das Missões.

TOSI, Marcela. **A Conquista Do Direito Ao Voto Feminino**. 2016. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/conquista-do-direito-ao-voto-feminino/>>. Acesso em: 15 de maio de 2025.

VANDENBERGHE, Frédéric. **A relação como operador mágico: Acesso em divisão entre sociologia processual e relacional**. Sociologia & Antropologia, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 341-370, 2017.

VAZ-SERRA, Adriano. O inventário clínico do autoconceito. **Psiquiatria Clínica**, v. 7, n. 2, p. 67-84, 1986.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; REZENDE, Geraldo da Silva (Orgs.). **O agro no Brasil: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2023.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; SILVEIRA, José Maria Ferreira Jardim da. Mudança tecnológica na agricultura: uma revisão crítica da literatura e linhas de pesquisa.

In: SOUZA, Geraldo da Silva *et al.* (Orgs.). **Produtividade na agropecuária brasileira: avanços e fatores determinantes**. Brasília: Brasília: Ipea/Embrapa, 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como espaço de vida**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WESZ JUNIOR, Valdemar João; KATO, Karina Yoshie Martins; KÖRTING, Matheus Sehn. **Agronegócio, digitalização e novas formas de exclusão no Brasil**. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 28, 2026. Disponível no SciELO Brasil.

APÊNDICES

ROTEIRO DA ENTREVISTA:

Título da Dissertação:

O Tornar-se Mulher no Agronegócio: uma análise da construção da subjetividade feminina no agronegócio da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

Pesquisa vinculada à realização da Dissertação de Mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – UNISC.

Mestranda: Ananda Bittencourt.

Professor Orientador: Dr. Marco André Cadoná.

Este Roteiro de Entrevistas faz parte de uma pesquisa, para fins de realização do Mestrado em Desenvolvimento Regional, que tem como objetivo: “analisar como a maior participação das mulheres condiciona os processos de formação da subjetividade feminina no agronegócio”. É muito importante destacar que **a participação na pesquisa é voluntária e que as informações fornecidas serão exclusivamente utilizadas para os fins da Dissertação, não sendo necessária nenhuma identificação pessoal** (não é preciso dar nome, endereço residencial e/ou profissional, telefone). Também é **importante informar que tu tens o direito de recusar ou interromper a entrevista a qualquer momento**, sem que isso acarrete qualquer prejuízo ou consequência negativa para ti.

Agradeço a participação, esperando que os resultados da pesquisa possam contribuir para ampliar nosso conhecimento sobre a participação das mulheres no Agronegócio, sobre as mudanças que ocorrem com essa participação e o que é necessário para que as mulheres possam ser respeitadas de modo integral.

Ananda Bittencourt.

Endereço para contato: abittencourt@mx2.unisc.br

Marco André Cadoná.

Endereço para contato: mcadona@unisc.br

Eixo 01: Dados sobre a entrevista.

Local de Moradia:

Idade:

Escolaridade:

Atualmente trabalha em atividades agropecuárias:

Eixo 02. O processo histórico de mudanças no agronegócio, a partir da perspectiva das mulheres:

Gostaria que você falasse sobre sua relação com as atividades agropecuárias. Sua família já era proprietária de terras quando você nasceu? Passou a ter relação com o agronegócio em função de suas escolhas profissionais?

O que mudou, nesse tempo, nas atividades do agronegócio? quais foram as principais mudanças que você percebe ter ocorrido?

E que desafios essas mudanças colocam para quem atua no agronegócio? Em termos de organização das atividades, de gerenciamento, de atuação no mercado?

As atividades do agronegócio, ainda mais aqui na fronteira, sempre estiveram mais vinculadas à cultura gaúcha, às atividades dos peões, dos homens. Você entende que essa relação ainda está presente ou já é possível observar mudanças?

Eixo 03. As mudanças que estão ocorrendo no que diz respeito à participação feminina:

Sobre a participação das mulheres no agronegócio, como era o papel da mulher no agronegócio quando tu começaste a atuar ou teve contato com essa realidade?

De lá para cá ocorreram mudanças em relação às mulheres no campo? Se ocorreram, em sua opinião elas resultam em maior participação das mulheres?

(Se entende que ocorreram mudanças e as mulheres têm maior espaço) Onde as mulheres, atualmente, estão atuando no agronegócio? é uma participação que tende a romper com a tradição que coloca o homem como liderança, como aquele que conhece e manda?

(Se entende que ocorreram mudanças) Em tua opinião, que fatores contribuem para que essas mudanças, garantindo às mulheres maior participação?

E que “marcas” femininas tu percebes hoje no agronegócio? Como a maior participação das mulheres tem marcado o setor?

Eixo 04. As relações de gênero enraizadas historicamente e os tensionamentos possíveis num contexto de maior participação das mulheres.

A maior participação das mulheres no agronegócio, em tua opinião, tem ocorrido de modo tranquilo ou é algo que provoca discordâncias, conflitos, resistências?

Num setor historicamente masculino, a participação das mulheres deve ocorrer com muitas adaptações, inclusive com muita negação das características femininas. Tu entendes que isso ocorre? que a participação das mulheres no agronegócio exige adaptações e, inclusive, aceitação de situações que favorecem os homens (algo como “muitas vezes é preciso saber ‘engolir sapo’”)?

E os homens? Como tu percebes a reação dos homens diante da maior participação das mulheres? É possível dizer que há mudanças também na identidade masculina, no que é ser homem no agronegócio?

Tu ainda vês atitudes ou ideias que acham que o lugar da mulher não é no campo ou no comando dos negócios?

Tu já vivenciaste ou presenciaste alguma situação em que a presença feminina tenha causado estranhamento ou resistência?

Como tu achas que as mulheres têm enfrentado essas situações de resistência?

Eixo 05. As representações das mulheres acerca dos espaços de poder no agronegócio e das dificuldades/oportunidades colocadas às mulheres.

Como tu vês a presença das mulheres em cargos de liderança ou espaços de tomada de decisão no agronegócio?

O que tu achas que mais atrapalha as mulheres a chegarem nesses espaços?

Tu acreditas que existem oportunidades específicas para mulheres no setor? Quais?

O que poderia ser feito para ajudar mais mulheres a ocuparem lugares de influência no agronegócio?

Nos últimos tempos, em eventos do agronegócio (aqui no Rio Grande do Sul, por exemplo, na Expointer) as mulheres têm maior participação, inclusive com espaços para o debate sobre a importância da participação feminina no setor. Além disso, é possível encontrar maior número de publicações, de debates nos meios de comunicação, preocupados com essa questão. Como tu percebes essas mudanças? São, em tua avaliação, oportunidades que se abrem para um maior protagonismo feminino no setor?

Eixo 06. A subjetividade feminina num contexto de mudanças no agronegócio.

A tua experiência no agronegócio mudou a maneira como tu te percebes como mulher?

E essa experiência muda a percepção que os homens têm das mulheres? Se muda, como essas mudanças se manifestam nas relações entre homens e mulheres?

Estar mais ativa nesse meio mexeu com tua autoestima ou com a forma como tu enxergas o teu valor?

Que sentimentos ou reflexões emergem para ti ao pensar na tua trajetória como mulher no agronegócio?

Se você fosse comparar a situação de tua mãe, na tua idade, e a tua, hoje, como cada uma responderia à pergunta “o que é ser mulher no agronegócio”?

E a sociedade? como a sociedade, na época de sua mãe, respondia a essa pergunta, sobre “o que é ser mulher no agronegócio”? e hoje, como a sociedade responde à mesma pergunta?

Eixo 07. As possibilidades de relações de gênero mais democráticas no agronegócio num contexto de maior participação das mulheres no setor.

Tu acreditas que a maior participação feminina pode contribuir para relações mais equilibradas entre homens e mulheres no setor?

O que tu achas que ainda precisa mudar para que o ambiente do agronegócio seja mais justo para as mulheres?

Já viu exemplos de união ou parceria entre homens e mulheres que funcionam de forma respeitosa e igual?

O que tu gostarias que mudasse nas relações entre homens e mulheres dentro do agronegócio nos próximos anos?